



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

FLORA PEREIRA DA SILVA

**Percepções angolanas, meio ambiente e terra:
uma ponte entre a crítica pós-colonial e a ecologia política**

BRASÍLIA

2020

FLORA PEREIRA DA SILVA

Percepções angolanas, meio ambiente e terra:
uma ponte entre a crítica pós-colonial e a ecologia política

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Selma Alves Pantoja

Brasília

2020

FLORA PEREIRA DA SILVA

Percepções angolanas, meio ambiente e terra:
uma ponte entre a crítica pós-colonial e a ecologia política

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Selma Alves Pantoja – Universidade de Brasília
Presidente

Prof. Dr. Rodrigo Campos Pires – Universidade de Brasília
Membro titular interno

Profa. Dra. Doris Wieser – Universidade de Coimbra
Membro titular externo

Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa – Universidade de Brasília
Membro suplente

Data da defesa: 17 de dezembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Eu quero dedicar todo meu agradecimento às três redes que tornaram possível a consolidação deste trabalho. A primeira rede é formada por mentoras e mentores intelectuais e acadêmicos que me deram sempre os melhores conselhos e direções a serem seguidas e que trouxeram forma e conteúdo às teorias aqui compartilhadas. As duas outras redes são formadas por mãos invisíveis. São nomes que não aparecem nos créditos. São nomes que tampouco levam os créditos para os seus próprios currículos. No entanto, sem essas mãos, a realização desta empreitada seria inviável. Há duas enormes redes despercebidas por trás de uma autora, sobretudo por trás de uma autora mãe, e gostaria de começar por elas.

Ser ao mesmo tempo mãe, mulher, profissional e acadêmica foi até hoje, sem dúvida, o maior desafio que já enfrentei. A pandemia e o isolamento trouxeram a pitada final de complexidade. No entanto, uma rede de apoio enorme me permitiu seguir com cabeça e coração (quase sempre) firmes. Começo pela rede mais próxima. Agradeço, antes de tudo, ao centro dela, meu filho Gael, a pessoa mais importante da minha vida e que me faz querer ser melhor, mais forte e sempre justa. Agradeço ao Natan, companheiro e pai maravilhoso, que segurou todas as barras e que foi e sempre é ouvido, colo e acolhimento para mim e para Gael. Agradeço à minha mãe, Ivone, mulher intelectual, uma fortaleza sem igual, que me abriu e me abre todas as portas e que me dá bases emocionais para este e todos os outros trabalhos da vida. Agradeço ao meu pai, Ricardo, homem da razão, da cabeça tranquila, e que me puxa para a terra sempre que mais preciso. Obrigada por acreditarem em mim de um jeito tão forte e doce que, mesmo quando eu quero não acreditar, tenho a força generosa de vocês que sobra e que gentilmente dividem comigo.

Agradeço à Eliana, pelo amor e carinho ao meu filho e pela delicadeza sem igual do apoio no meio desta pandemia. Agradeço às mulheres da família materna. A força de cada uma, quebrando barreiras e rompendo padrões, é motriz e inspiração. Agradeço à minha Vó Geny, que se foi no meio deste mestrado, por sua resiliência e entrega em tudo que fez. Agradeço a vó Ericka, Salette, Teca, Eduardo, César e Carlo, presentes em tantos momentos importantes e dando flores à vida do Gael. Agradeço às amigas e aos amigos, Beatriz, Gustavo, Luís, João, Bruna, Rapha e tantos outros que sempre me seguram a mão.

Sem essa rede enorme de apoio, este mestrado definitivamente não seria possível. Me peguei pensando inúmeras vezes no meu privilégio. Eu, mesmo com essa base, me senti sempre à

beira do precipício, sempre correndo contra o tempo e contra um sistema que não acolhe vulnerabilidades. Pensei em quantas mães têm seus sonhos intelectuais e profissionais cortados por não terem a mesma sorte. Não sei como conseguem, só posso imaginar e me inspirar na força que têm. Essas mulheres de fibra abriram e continuam a abrir espaço para outras. A elas, dedico a segunda base desta dissertação e todo meu agradecimento – sobretudo àquelas que têm que se virar sozinhas, que dançam na corda bamba, que extraem de si toda sua força para produzir conhecimento e ter o direito de existir na academia.

A terceira rede tem como centro minha orientadora, Profa. Dra. Selma Alves Pantoja, que, na verdade, é também parte das outras duas, me acolhendo em todas. Minha enorme admiração por ela, pelos desafios que me trouxe e pelos caminhos que me abriu. Entrei no mestrado achando que conhecia parte do mundo pós-colonial e descobri que conhecia apenas um pequeno riacho. A Profa. Selma me mostrou, certa, enormes oceanos, que pretendo navegar pelas próximas décadas. Também fizeram parte dessa formação o Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos e a Profa. Dra. Doris Wieser, que, pelas dicas preciosas na banca de qualificação, abriram portas teóricas que viriam a se tornar pilares deste trabalho.

Agradeço às pesquisadoras e aos pesquisadores que me acolheram em Portugal: Cláudia Castelo, Aida Freudenthal, Philip Havik, João Afonso Baptista, Eduard Gargallo, Patrícia Vieira, Lúcia de Oliveira Fernandes e Joana Sousa. Na gentileza de me receber para uma conversa em meio às suas agendas lotadas, apresentaram, com seus instigantes trabalhos, novos mundos de conhecimentos. O mais especial agradecimento aos entrevistados de Angola, que dividiram sua sabedoria, trazendo vitalidade para este trabalho. Pasqual Baptistiny, Allan Cain, Adão Domingos, Cecília Kitombe, João Malavindele, Manuel Pembele, Pedro Vaz Pinto, Garcia Quitari, Vladimir Russo, Erica Tavares, um imenso obrigada por compartilhar a riqueza de suas percepções.

Agradeço também à FAP-DF, que me concedeu a bolsa de viagem para a pesquisa em Portugal, e ao Decanato de Pós-Graduação (DPG) da Universidade de Brasília, pelo auxílio de viagem técnica para Angola, que, por causa da pandemia, infelizmente, não aconteceu. Também agradeço ao Prof. Dr. Helder Bahu, do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED), por seu convite de visita à instituição e por se disponibilizar a me receber.

Apesar de não ter conhecido Angola, este trabalho é fruto e consequência das experiências que vivi em duas viagens por outros 16 países da África. As viagens que fiz superaram expectativas românticas de alguém que iniciava a história com o continente – e grudaram na alma. As diferenças

e as conexões que ali encontrei deixaram o mundo mais perto. Foi um sonho que tomou forma: forma de estradas, de ônibus apertados, de comidas interessantes, de braços abertos, de gente que ensina e de gente que aprende, de cansaço, de arte pulsante, de toneladas de trabalho, de vidas compartilhadas e de muita humanidade. Para essas Áfricas, que me deram a oportunidade de viver uma utopia, sou um rio de agradecimentos. Parte desse rio deságua hoje neste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação procura demonstrar como as nuances de interpretação sobre meio ambiente das sociedades que compõem o sistema-mundo hoje, em particular no contexto angolano, foram formadas ao longo de uma história global de colonização e dominação do Norte sobre o Sul, não apenas econômica e cultural, mas também ambiental. A partir de um olhar da crítica pós-colonial e da ecologia política, abordo a dança de influências e percepções entre a agenda internacional e a regional sobre as noções de meio ambiente e terra, analisando o peso da hegemonia das epistemologias ocidentais e capitalistas na construção e na ideia específica desses conceitos, entendendo como estes são absorvidos e emanados em Angola e seu Sul. O país e a região, com suas histórias marcadas pela apropriação agressiva dos solos e exploração desmedida da biodiversidade, palcos de um longo conflito civil que devastou sociedade e natureza, se fazem únicos enquanto lentes para entender o significado de meio ambiente no espaço global, suas incoerências e o lugar desse conceito na cartografia de poderes da Modernidade.

Palavras-chave: Meio ambiente. Terra. Ecologia política. Crítica pós-colonial. Angola.

ABSTRACT

This dissertation seeks to demonstrate how the interpretation nuances of environment in the societies that make up the world-system, particularly in the Angolan context, were built over a global history of colonization and domination of the North over the South, not only on economic and cultural levels, but also on an environmental one. From a post-colonial criticism and political ecology perspective, I approach the flow of influences and perceptions between the international and regional agendas about the notions of environment and land, analyzing the weight of the hegemony of western and capitalist epistemologies in the construction of these concepts, and how they are absorbed and emanated in Angola and its South. Both country and region, with their histories marked by the aggressive appropriation of soils and excessive exploitation of biodiversity, stages of a long civil conflict that devastated society and nature, become unique as lenses to understanding the meaning of the environment in the global space, its inconsistencies, and the place of this concept in the power map of Modernity.

Keywords: Environment. Land. Political ecology. Postcolonialism. Angola.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mudança do Clima e Saúde.....	123
Gráfico 2 – Covid e Meio Ambiente.	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mudança climática: o que esperar do futuro.....	111
Figura 2 – Queimadas de agosto de 2019.....	117
Figura 3 – Imagem de satélite mostra os focos de queimada e a fumaça em Angola, Zâmbia e Congo no dia 25 de agosto de 2019.....	118
Figura 4 – Charge ilustrando o conceito de injustiça ambiental.	125
Figura 5 – Charge sobre racismo ambiental	143

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

CES – Centro de Estudo Sociais

CMMD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

DPG – Decanato de Pós-Graduação

DW – Deutsche Welle

ECP – Programa de Estratégia de Combate à Pobreza

ES – Segurança Ambiental

FAA – Forças Armadas Angolanas

FAP-DF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

FNLA – Frente Nacional pela Libertação de Angola

IBPES – Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas em Serviços de Biodiversidade e Ecossistemas

ICS – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL)

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

ISCED – Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

KF – Fundação Kissama

MAA – Ministério do Ambiente Angola

MIAA – Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NASA – Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço

NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

OCHA – Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

ONGs – Organizações não Governamentais

OSC – Organizações da Sociedade Civil

PIB – Produto Interno Bruto

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – Frente Nacional pela Libertação de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ANGOLA, TERRA E MEIO AMBIENTE	27
1.1 A terra da era dos primeiros contatos.....	28
1.2 Expropriação e colonização do solo africano.....	32
1.3 Consolidando o controle militar e a economia extrativista.....	38
1.4 O contexto no Sul de Angola	43
1.5 Os conflitos de terra como combustível para a guerra de independência	45
1.6 Um vazio no rural: independência e transição para a economia centralizada.....	50
1.7 Meio ambiente e guerra civil.....	52
1.8 A Lei de Terras de 1992.....	58
1.9 O fim da guerra e o novo país: a relação com a terra no cenário de paz.....	62
2 A CRÍTICA PÓS-COLONIAL COMO PONTE PARA O ENTENDIMENTO DE MEIO AMBIENTE EM ANGOLA	70
2.1 História ambiental: por onde andou o meio ambiente?.....	73
2.2 A crítica pós-colonial: uma porta de entrada	81
2.3..... Genocídio do conhecimento e um discurso em que a coexistência de saberes não é permitida	88
2.3.1 Narrativas epistêmicas	90
2.3.2 A ciência caucasiana e a ciência dos outros	94
2.3.3 O racismo como instrumento epistêmico	98
2.4 Caminhos possíveis para o diálogo e para as pontes de conhecimento	100
3 DO MUNDO AO SUL DE ANGOLA: CONECTANDO MEIO AMBIENTE E ECOLOGIA POLÍTICA E A CRÍTICA PÓS-COLONIAL.....	110
3.1 Como chegamos aqui? Um olhar político ecológico	114
3.2 O Antropoceno – um passo para frente e outro para trás.....	120

3.3..... Capitaloceno, uma era histórica subjugada pelo capital, e o Chthuluceno, uma era composta	127
3.4 Na composição do clima, a questão da terra e da territorialidade.....	130
3.5 Como reinventar o futuro?	135
3.6 Do todo ao Sul de Angola	145
CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS	151
ENTREVISTAS	166

Introdução

O que significa ser brasileira? Essa pergunta guiou muitas escolhas da minha vida pessoal e profissional. No Brasil, durante a infância, sempre escutei na mídia e na escola sobre nossas ascendências europeias: somos italianos, portugueses, alemães, espanhóis etc. Morei quando criança na Europa e ali tive o primeiro choque. No meu primeiro dia de escola, ficou muito claro que eu não pertencia àquele mundo. Não se identificavam comigo, e eu não me identificava com eles. Ali, eu era uma estrangeira, uma latina, alguém de fora. Acho que isso foi transformador para o resto da minha vida. De volta ao Brasil, ainda na escola, comecei a questionar as informações que nos estavam sendo passadas. Não entendia como estávamos estudando mais sobre o Império Romano e sobre a Revolução Francesa do que sobre nossa história indígena ou sobre a África. Não entendia estudar – e vangloriar – alguém que não nos aceitava. Na minha escola, o Brasil começava em 1500, era formado pela Europa, branco e ocidental. O resto era resto e tratado como tal.

Aquilo não fazia sentido. Foi então que passei a procurar outros caminhos. Com 15 anos, encontrei um documentário de um cineasta africano cujo nome ficou perdido na memória de adolescente, mas o filme me hipnotizou. Eu me identifiquei com a linguagem, com o jeito de pensar. Acreditei que naquele caminho estaria tudo aquilo que a escola me escondia. Decidi que seguiria minha profissão por aí. Queria saber cada vez mais sobre o continente. Passei a estudar mais sobre o assunto, ler autores africanos, estudar arte africana e ver filmes e documentários produzidos no continente sempre que podia. Cada livro ou filme me levava a outro e me achava ali mais do que me achava no que me tinham ensinado até então. A pergunta “o que é a África?” passou a ser central.

Na faculdade de jornalismo, comecei a entender o quanto a nossa mídia está distante desse mundo e quão pouco se interessa por essa pergunta, mas continua apaixonada por aquele outro mundo – aquele mundo branco do Norte Global. Fui fazendo levantamentos sobre África na mídia, e o resultado era sempre o mesmo: pobreza, fome, miséria. Se for para falar bem: safáris. Nunca sobre o lado humano, o lado social. Dessa pesquisa surgiu uma ideia que ficou anos no forno sendo cultivada. Em 2012, lancei com o designer e companheiro de vida Natan de Aquino o projeto Afreaka.¹ A ideia era descobrir, enquanto jornalista, uma África fora do estereótipo, uma África que a mídia não nos mostra, uma África protagonista, assim como as diferentes e múltiplas Áfricas dentro do continente, fugindo da falsa unidade atribuído à região. O impulso do projeto deu certo por financiamento

¹ Disponível em: www.afreaka.com.br. Acesso em: 10 nov. 2020.

coletivo e moramos por quase dois anos no continente, viajando de mochila e transporte público por 16 países do Sul, Leste e Oeste africano.

Tivemos a chance de entrevistar cientistas, artistas digitais, políticos, cantores de ópera, ambientalistas, ativistas, jornalistas, documentaristas, diretores, empresários, escultores, um vencedor do prêmio Nobel, um vencedor do prêmio Camões, e muitos outros. Fora o meu nascimento como mãe, o Afreaka foi a experiência de maior entrega e aprendizagem da minha vida. O conteúdo apurado na viagem virou uma plataforma de mídia, com mais de 100 reportagens, que teve cinco milhões de acessos e cem mil seguidores. Ao longo de seis anos, o projeto se expandiu para áreas de educação e produção cultural. Formamos uma rede de 112 escritores colaboradores, produzimos dois festivais culturais que foram recebidos em sete centros culturais de São Paulo e assistidos por 15 mil pessoas. O material visual captado na viagem foi transformado em sete exposições de arte. A educação, impulsionada pela demanda da Lei nº 10.639, também nos abraçou. Fizemos mais de 30 formações de professores do ensino fundamental e médio e lançamos uma coleção de livros didáticos em 2017. A partir dessa ação, decidimos pisar no freio. A razão foi uma soma de questões pessoais com questões nacionais.

No Afreaka, refinei mais sobre o “ser brasileira”, pois, por mais que eu repudiasse o lado colonizador presente no Brasil, a cor da minha pele branca escura, o meu “ser urbano”, o acesso à universidade pública e a minha classe social me colocavam em uma posição inerte de privilégio em um país de contradições. Eu, desgostosa ou não com essa posição, estava inevitavelmente no meio da teia do racismo estrutural e da desigualdade social que abarca o contexto nacional e entendi que refletir constante e continuamente sobre essa posição seria a única maneira de mitigar os limites trazidos por ela para as minhas narrativas de então e futuras sobre o Brasil ou sobre o continente africano – limites de conhecimento dos quais essa dissertação não foge. Ainda, em 2017, a crise social brasileira já estava em alta, e o golpe político mostrava resultados concretos – que acentuavam as injustiças sociais no Brasil. Julguei que, para qualquer colaboração efetiva, era preciso uma pausa para introspecção e compreensão das raízes dessa realidade. A escolha do mestrado foi fruto desse combinado.

Somou-se ao processo uma mudança geográfica. Ao pisar no freio do Afreaka, de São Paulo me mudei para Brasília, para voltar a trabalhar mais diretamente com outra paixão: a pauta ambiental, onde assumi a coordenação de área de comunicação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Na busca de um programa de pós-graduação, encontrei o perfil da

Professora Selma Pantoja, na Plataforma Lattes, e, ao cursar sua aula, entendi que tinha encontrado o que eu estava procurando. Os estudos pós-coloniais e decoloniais foram e ainda têm sido para mim uma tentativa de reorganizar a minha mente, transgredir a educação que recebi e tentar reconstruir minha identidade. Nesse campo, vi também a possibilidade e a necessidade de combinar os dois universos que sempre me circundaram, sujeitos e agentes que viram o sistema-mundo crescer à sua custa: a África e o meio ambiente.

Em 2018, quando comecei o mestrado, eu estava envolvida em um projeto profissional sobre defensores ambientais no Brasil, que tinha como objetivo comunicar a violência enfrentada por aqueles que vivem, trabalham e lutam pela proteção da terra e de seus bens naturais. Os níveis alarmantes de perda da biodiversidade global e dos estresses climáticos provocados pela humanidade, somados à disparidade de poder, recursos e acesso à informação entre as grandes empresas e os que têm seus direitos ambientais afetados, têm feito que cada vez mais pessoas comuns se encontrem na linha de frente das batalhas de proteção ao meio ambiente, lutando contra a exploração insustentável de seus territórios e contra as violações e impunidades de corporações ou dos governos responsáveis.

No mesmo ano, foi lançado o relatório *A que preço?*, da Global Witness, que revelava que as ameaças, em todo o mundo, atingiam os números mais altos já registrados. O trabalho também mostrava que, dos 22 países com maior número de casos de assassinatos de defensores, 19 faziam parte do Sul Global. A maioria dos casos era ligada à luta pela terra e ao conflito com o agronegócio. Na África, no entanto, as estatísticas não fechavam – fragilidade apontada pelo próprio relatório –, com 19 casos de assassinato no ano, número bem menor do que os outros continentes. Motivada por esse contexto, minha ideia de pesquisa inicial era entender o enquadramento do tema na África e nos países com mais casos destacados, analisando o porquê da falta de dados e de denúncias. Seria a marginalização do conhecimento africano causa desses números faltantes? Seria o próprio conceito de defensor incompatível com a visão local do significado de proteção do meio ambiente?

O estudo da região Sul de Angola, em especial Namibe e Huíla, veio com o convite da Professora Selma, agora minha orientadora, para se juntar ao seu grupo de pesquisa. Como não era um dos países que eu conhecia, inicialmente, fiquei receosa, mas fui facilmente fígada ao começar as leituras sobre as regiões, seus povos e história. Ali estava um caso ímpar onde terra, meio ambiente e conflitos expunham as consequências finais e latentes de um mundo gerido pelo

capitalismo e por um norte ocidental que, para privilegiar algumas sociedades, devastam epistemologias e ecossistemas de outras. Já na pesquisa bibliográfica, vi que o termo “defensores” era mais um conceito de meio ambiente criado pelos órgãos de desenvolvimento e pelos governos, sem reverberação na realidade angolana. Era uma das muitas narrativas criadas no hemisfério Norte e transportada verticalmente para outros espaços e agendas. Foi nesse momento que percebi o potencial de explorar os próprios conceitos de **meio ambiente** e **terra** na região e dessa relação analisar os sistemas de poderes globais que os envolve – fiz deste o objetivo da minha pesquisa. Uma mudança de emprego, em 2019, para trabalhar diretamente com diferentes organizações da sociedade civil que estão diariamente na frente de batalhas fundiárias e socioambientais, tornou meu interesse pelo tema ainda mais intenso.

Angola resguarda 35 de um elenco de 45 minérios indispensáveis ao mundo contemporâneo e, em geral, em proporções abundantes (WALDMAN, 2017). Nesse acervo, três itens se destacam: diamantes, sendo a segunda maior produção africana e quinta mundial; petróleo, sendo o maior produtor do continente; e gás natural, variando posições entre os 20 maiores do mundo. O país abriga considerável superávit ecológico, considerando seus recursos hídricos (alberga as bacias hidrográficas dos rios Zaire, Zambeze, Kwanza, Kubango, Kuando e Kunene), fauna (8.000 espécies de plantas, 275 espécies de grandes mamíferos, 915 espécies de aves) e flora (florestas densas sempreverentes, savana de capim alto, savana de xerófitos, miombos, prados, estepes, vegetação ribeirinha e mangais) (MMA, 2006).

No outro lado da moeda dessas riquezas, a nação tem feridas profundas não curadas. Foi marcada por um período longo e impiedoso do colonialismo, um regime de violência social que deixou como legado um sistema de intransigências e as marcas do imperialismo. Ainda traz as duras inscrições deixadas pela guerra de independência. Esta, ao mesmo tempo em que fez nascer uma nação, fez nascer uma guerra civil – que duraria quase 40 anos e destruiria o país. A devastação do meio ambiente, conectada à apropriação de terras e à destruição de territórios (físicos e culturais), foi chave para o desencadeamento e a manutenção de cada um desses contextos históricos, privando o povo angolano de direitos fundamentais que vão do acesso a um ambiente saudável e seus bens naturais ao direito de cultivar e subsistir.

A discrepância socioambiental que se revela em perspectiva nacional em Angola é ainda mais acentuada no Sul do país, marcado pelo contraste das paisagens inóspitas, por comunidades mais isoladas e pela imensa variedade cultural dos povos que ali circulam. Uma região também

carimbada pela seca e pela fome, que afeta 2,3 milhões de pessoas na região, incluindo mais de 500 mil crianças com menos de cinco anos (UNICEF, 2019). Um cenário drástico de insegurança alimentar e estado nutricional comprometido. Não obstante, não é apenas o fato de ser frente de batalha para a questão climática e ambiental que faz o Sul digno de estudo. Pelo contrário, como veremos, o seu estigma de “terra de ninguém” (CARVALHO, 2000), sua insularidade geográfica e sua marginalização social e histórica fazem que as percepções ali sobre os significados de terra e ambiente sejam afloradas, intensas e interligadas entre si.

O Sul foi margem política no período colonial, tendo sido o local com menor e mais tardia penetração ocidental. Como veremos nas entrevistas realizadas para esta dissertação, das quais falarei mais a seguir, a região é o exemplo a que os entrevistados e entrevistadas recorrem para falar de uma maior conexão entre humanidade e meio ambiente, para falar de terra como cultura e de meio ambiente como existência. Em suas narrativas, percebemos que é ali que as relações estão mais exacerbadas, que é ali onde fica mais claro inferir diferentes modelos de perceber e agir sobre o território, o que não significa que não encontraremos também um lugar de contradições. No entanto, ali veremos que a resiliência pode existir no próprio entendimento do espaço, não apenas como uma adaptação física ao ambiente, mas como um sistema de conhecimento e uma formação socioecológica sustentável, que encapsula a reação humana aos atos políticos, gerando respostas e resistência a circunstâncias instáveis tão diversas quanto à seca, mas também quanto à violência (CASTELO, 2019).

Quando refiro o Sudoeste de Angola como um terreno excelente e sugiro de que forma a insularidade geográfica que lhe corresponde poderá emprestar à apreensão da sua história as vantagens da análise de uma dinâmica de fronteira, estou a ter em conta, evidentemente, um corpo de formulações teóricas que em meu entender se adapta com facilidade a substâncias empíricas que ainda hoje prevalecem ali. (CARVALHO, 2000, p. 718)

Angola e seu Sul, com suas histórias marcadas pela apropriação agressiva dos solos e exploração desmedida da biodiversidade, palcos de um longo conflito civil que devastou sociedade e natureza, se fazem únicos enquanto lentes para entender o significado de meio ambiente no espaço global, suas incoerências e o lugar desse conceito na cartografia de poderes da Modernidade. As incongruências e diferenças ali encontradas compõem um corpo teórico que permite expandir as conclusões. O Sul de Angola sendo início, meio e fim da crise ambiental, como

fonte e como tributário, se encontra em um lugar privilegiado, digno de foco de investigação e compreensão acadêmica para essa temática.

Para abordar tais temas, esta dissertação se organiza em três capítulos. O primeiro capítulo traz a contextualização: a história de Angola vista pela ótica do meio ambiente e da terra, do período anterior à chegada dos portugueses até os dias de hoje. Procuo mostrar as bases que construíram, ao longo do tempo, o entendimento que existe hoje sobre as questões ambientais e fundiárias no país. Relaciono, ao traçar uma breve retrospectiva, como cada marco histórico da região trouxe, cada um a seu modo, mudanças para os habitantes tanto no entendimento sobre os temas quanto nos modos de se relacionar com os ecossistemas locais.

Em uma linha do tempo, busco entender a perspectiva histórica e mostrar como o legado do colonialismo, baseado na expropriação da terra e na ocupação violenta e fragmentada do território angolano, a guerra de independência, a estatização da terra, uma longa guerra civil herdada do colonialismo, a abertura despreparada para a economia de mercado e o estabelecimento das leis nacionais fundiárias imaturas ou sem implementações adequadas são responsáveis pelo que hoje se entende, se aceita e se replica em Angola quando se fala de terra e meio ambiente. Permeando o capítulo, quando possível, procuro trazer o recorte para o Sul do país, mostrando sua história paralela e, ao mesmo tempo, circunscrita em um todo maior, evidenciando maior aproximação ou distanciamento de determinados marcos, assim como de seus reflexos social, cultural e ambiental.

O processo de ocupação e uso da terra de práticas econômicas devastadoras em relação às florestas, aos solos, às faunas locais e às sociedades, desde os primeiros contatos com os europeus até os dias de hoje, nos guia para o segundo capítulo, que procura analisar como as diferentes percepções sobre a degradação ecossistêmica estão ligadas ao projeto geopolítico global da Modernidade. Recorro à crítica pós-colonial como ponte para o entendimento do conceito de meio ambiente em Angola, procurando entender seus limites e sua ressonância para as populações do país, sobretudo para sua região Sul. Nesse processo, procuro trazer as colaborações endógenas africanas, em especial as apropriações e contribuições angolanas para sua concepção.

A partir de um olhar da crítica pós-colonial e do Sul Global, abordo a dança de influências e adaptações entre a agenda internacional e a regional, analisando o peso da hegemonia das epistemologias ocidentais e capitalistas na construção e na ideia específica desses conceitos, entendendo como estes são absorvidos e emanados no país. Procuo demonstrar como as nuances

de interpretação sobre meio ambiente das sociedades que compõem o sistema-mundo hoje, em particular no contexto angolano, foram formadas ao longo de uma história global de colonização e dominação do Norte sobre o Sul, não apenas econômica e cultural, mas também ambiental. Os hibridismos existentes se mostram resultantes de uma negociação identitária perante o colonialismo intimamente ligada à noção de território e pertencimento. Veremos como o direito à terra e o direito ao meio ambiente saudável, no sentido prático, estão ligados a esse direito de pertencer, no sentido cultural – uma vez que terra e identidade são duas faces da mesma moeda.

No terceiro capítulo, analiso os possíveis nós de conexão entre os campos da ecologia política e da chamada crítica pós-colonial, procurando percorrer as principais vozes e considerações dos dois campos, bem como seus liames com o debate contemporâneo sobre as mudanças do clima e os processos epistemicidas dos conhecimentos e saberes, para entender como essa relação tem sido debatida pelo e para o continente africano e, mais precisamente, Angola – sobretudo quando analisada pelo viés da terra e do impacto sobre ela e sobre as populações que dela dependem. Ao falar de ecologia no Sul de Angola, levantando o entendimento holístico das identidades pós-coloniais, procuro demonstrar a existência de um contexto socioambiental global maior que fortalece o Norte geopolítico e as elites dos países do Sul em detrimento das outras sociedades, as quais assistem há cinco séculos à grande maioria dos seus bens naturais ser transformada em capital de uma máquina política e econômica global insustentável.

A ideia inicial para esta dissertação previa dois destinos de pesquisa. O primeiro, Portugal, para pesquisa bibliográfica, e o segundo, Angola, para uma pesquisa bibliográfica e de campo. A viagem para Portugal foi fruto de uma bolsa da FAP-DF para visitas técnicas e aconteceu em fevereiro de 2020. Visitei Lisboa, onde dediquei o tempo entre pesquisas na Biblioteca Nacional, Biblioteca do ISCTE e Biblioteca do ICS da Universidade de Lisboa e entrevistas e conversas com africanistas com pesquisas em Angola, como Cláudia Castelo, Aida Freudenthal e estudiosos de outras áreas do continente, como Philip Havik, e da área da ecologia política, como João Afonso Baptista, Eduard Gargallo e Patrícia Vieira. Também fui muito bem recebida em Coimbra pela Professora Dra. Doris Wieser, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que me apresentou o *campus* e seus centros de pesquisa. Ali dividi o tempo entre a biblioteca da Universidade de Coimbra, a riquíssima biblioteca do Centro de Estudo Sociais e entrevistas com as especialistas Lúcia de Oliveira Fernandes e Joana Sousa.

Tanto a pesquisa quanto as conversas trouxeram uma camada antes incipiente para a pesquisa. Se antes o meu objetivo era olhar para a interpretação sobre o meio ambiente em Angola pelas lentes da crítica pós-colonial, depois da viagem e das bibliografias descobertas, entendi que o campo da ecologia política era o liame que faltava para a construção da análise. Com essa nova lente, seria possível estudar o equilíbrio (ou desequilíbrio) dos ecossistemas em Angola, partindo do entendimento não apenas dos grupos sociais que neles estão inseridos, mas também do território cultural ao qual estão atrelados. Entende-se que os problemas ambientais são consequências diretas do apoderamento do meio ambiente e de seus bens pelos mais ricos e recaem de modo desigual sobre as populações, prejudicando física e epistemologicamente os mais vulneráveis. Os autores encontrados nas bibliotecas de Portugal e as conversas com os investigadores me ajudaram a fornecer uma boa estrutura de análise para a marginalidade da região estudada e a escancarar as diferenças, em evidência no contexto angolano, do mapa de poder existente entre o Sul e o Norte Global, hoje e ontem.

Para realizar a viagem ao Sul de Angola, fui contemplada pelo Edital do Decanato de Pós-Graduação (DPG) da Universidade de Brasília, com auxílio para Participação de Estudantes de Pós-Graduação em Eventos Científicos Nacionais e Internacionais. O projeto previa uma passagem por Huíla, para participar de um evento no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, ISCED, a convite do Professor Dr. Helder Bahu. No roteiro também estavam incluídas visitas a Namibe e Luanda. Além do intuito de reforçar a pesquisa bibliográfica, acessando livros e autores nas bibliotecas de tais cidades, não acessíveis no mundo digital a partir do Brasil, outro grande motivo da viagem ao Sul de Angola seria a realização de entrevistas qualitativas em profundidade com profissionais que atuavam com questões ambientais ou fundiárias angolanas, sobretudo em sua região austral, que serviriam como ponto de partida para as análises desta dissertação sobre as diferentes interpretações e entendimentos sobre os temas de meio ambiente e terra no país.

Antes da partida, organizei uma primeira triagem. O critério de seleção para as entrevistas foi, inicialmente, geográfico, considerando profissionais que tinham experiências ou atuavam especificamente nas províncias do Sul de Angola ou então que tinham uma atuação de abrangência nacional, da qual a região Sul estaria incluída. O segundo critério foi a experiência profissional e atuação com questões da terra, meio ambiente e de gestão comunitária ambiental, sobretudo lideranças comunitárias, políticas e organizacionais, pois como analisam Baldin e Munhoz (2011) sobre este método de pesquisa para as questões ambientais, as lideranças são capazes de refletir os

anseios comuns ao seu meio social próximo, assim como são os principais influenciadores nas discussões ao seu entorno, uma vez que são identificados por seus pares como importantes atores sociais. O método selecionado para a identificação e recrutamento dos participantes da pesquisa aconteceu conforme a amostragem por cadeias de referência, ou seja, pela técnica metodológica *snowball sampling* (BIERNACKI e WALDORF, 1981). No Brasil, a metodologia também é conhecida como “amostragem em Bola de Neve”, ou “cadeia de informantes” (PENROD, et al 2003, GOODMAN, 1961, apud BALDIN e MUNHOZ, 2011). A técnica é uma forma de pesquisa não probabilística, ou seja, que não pode ter o resultado generalizado, em que os participantes iniciais indicam novos participantes e assim em diante.

Por e-mail, antes da viagem, consegui selecionar e agendar 14 entrevistas entre as três cidades a serem visitadas, e pretendia descobrir outras vozes importantes, pela mesma metodologia quando chegasse lá, principalmente porque tive mais dificuldade em conseguir referências e marcar entrevistas com pessoas da região Sul, déficit que eu pretendia mitigar durante o trabalho *in loco*. A viagem estava marcada para o dia 7 de março de 2020, com saída de São Paulo. Voei de Brasília para a capital paulista no dia 5 de março, e, um dia antes da viagem internacional, fui obrigada a cancelar a viagem. O surto do coronavírus havia chegado ao Brasil, e os voos em Angola também estavam sendo cancelados. Alguns colegas de lá me escreveram dizendo que no aeroporto de Luanda passageiros de voos estrangeiros estavam sendo encaminhados para um período longo de isolamento. A decisão foi difícil, mas não havia espaço para risco, e o campo e as visitas às bibliotecas angolanas não aconteceram.

O fato inédito mundial mexeu com a agenda de todos. Apesar de alguns cancelamentos e desistências, muitos dos entrevistados toparam o desafio e a transposição do encontro para o mundo *on-line*. Consegui, ainda no mês de março, conversar por videoconferência usando as plataformas Skype, WhatsApp e GoogleTalk com dez angolanos e angolanas que trouxeram em horas de bate-papo suas percepções do conceito de terra e meio ambiente para e do Sul de Angola. Não consegui, pela via digital, sanar o déficit da região Sul, e com alguns nomes da região que já tinha o encontro marcado tive dificuldade de manter as entrevistas por conta do (não) aceite do encontro *on-line* ou da (não) continuação das conversas digitais. O resultado final foi: oito lideranças em organizações da sociedade civil ou da área de preservação ambiental, uma jovem influenciadora digital e ativista ambiental e um investigador acadêmico da área – a maioria dos participantes com experiência nacional e algumas com experiências ou vivências na região Sul. A apresentação dos entrevistados

e entrevistadas, com mais detalhes sobre idade, origem e ocupação, está no fim desta dissertação, junto com a bibliografia, uma vez que foram a mais rica fonte de conhecimento que pude obter para o meu objeto.

No total foram 550 minutos de entrevistas, depois aparadas e transcritas em 52 páginas de texto. A escolha de como usar as entrevistas não foi fácil. Inicialmente pensei em fazer uma análise crítica das principais falas que foram selecionadas e que aqui serão apresentadas. No entanto, por três motivos acabei optando por um outro modelo. Ao reler as entrevistas e refletir como usá-las, decidi selecionar recortes e trechos que complementassem e ilustrassem o tema discutido e fui montando um quebra-cabeça literário ao longo do texto. As falas, assim, foram usadas como fotografias de um contexto, em uma tentativa mais fluida e um pouco mais poética do que a referência formal.

O primeiro motivo para esta escolha foi uma questão prática de tempo. Tratando-se de uma dissertação, e conseqüentemente, de uma pesquisa mais curta do que um doutorado, o tempo necessário para uma análise profunda exigiria não apenas um período maior de dedicação como também um número maior de entrevistas, para que fosse possível chegar ao ponto de saturação exigido em uma amostra não probabilística de método *snowball*. Assim, considerando o número de entrevistas, a quantidade e a qualidade do material coletado, decidi que o modo mais proveitoso seria a extração dos trechos centrais que representassem de modo não generalistas algumas das percepções angolanas sobre as questões ambientais e fundiárias de suas regiões e do país.

O segundo motivo de evitar a análise crítica da fala dos entrevistados e das entrevistas foi fruto da procura da mesma coerência epistemológica que aqui cobro da literatura ocidental *mainstream* por meio da crítica pós-colonial. Julguei que por, de modo geral, usar os autores da bibliografia desta dissertação mais como referência e apoio de ideias e conceitos e menos para críticas conceituais (salvo poucas exceções), deveria fazer o mesmo com as entrevistadas e entrevistados, dando a esses o mesmo peso epistemológico que dei aos autores e autoras aqui citados. Por fim, vale reforçar que a proposta das entrevistas era mapear e entender possíveis percepções angolanas sobre as questões da terra e do meio ambiente e, se tratando de percepções e não de descrições factuais, o espaço que fica para diagnósticos críticos já deveria ser por si só reduzido, sobretudo do local exterior de fala e de análise da autora. Procurei assim, evitar uma contradição entre prática e teoria, deixando à leitora e ao leitor o papel da interpretação.

Sinto que as entrevistas são as vozes centro deste trabalho. São elas que dão o tom e que confirmam ou desfirmam as hipóteses que vão sendo levantadas ao longo do trabalho. É nelas que Angola se mostra aqui presente. Sem as narrativas trazidas pelos entrevistados e entrevistas, não seria possível entender as camadas de complexidade dos temas para o país ou descobrir os pontos nevrálgicos de conexão entre os temas de terra e meio ambiente e a história angolana. Nas próximas páginas, navegaremos entre mares angolanos, pós-coloniais e políticos ecológicos. No entanto, será evidente que, nessa costura, faltam pedaços. O que procuramos em uma dissertação é um fio condutor que nos guie do início ao fim. Aqui, esse fio seria o objeto, o Sul de Angola. No entanto, depois de uma extensa pesquisa pela bibliografia existente sobre terra e meio ambiente voltada para a região, a pesquisa de campo e bibliográfica em Angola foi frustrada pela pandemia, e o corpo de entrevista foi menor do que o planejado. Assim, meu objeto se tornou um objeto fluido, uma espécie híbrida entre a região Sul e Angola como um todo.

As próprias entrevistas, como veremos, são um meio-termo, as pessoas vão e voltam. Algumas não são do Sul, mas estão falando do Sul ou recorrendo a ele para falar que ali existe um elo mais forte e mais complexo entre as pessoas e o meio ambiente, que ali houve uma penetração menor do colonialismo e do Ocidente, que ali as coisas estão mais exacerbadas e as identidades, talvez, mais claras, e que os modelos (de pensar o mundo e a terra), talvez, sejam outros. O Sul é exemplo e referência. No entanto, o conjunto do território angolano não deixa de existir e aparecer nas falas. A independência, a guerra, a outra guerra – todas são lembradas em um contexto muito mais nacional que exclusivamente regional. O meu texto reflete essa oscilação.

Um objeto que é um meio-termo entre o regional e o nacional traz como consequência os limites da dissertação, mas também é seu alento. Esse tom fluido é reflexo do contexto do mundo em que eu vivo, e minha escrita traz o seu contexto embutido. Eu vivo em um sistema-mundo, do qual a academia não escapa, em que essa região está segregada às margens do conhecimento. A própria falta de bibliografia sobre esse espaço e sobre esse tema já demonstra o seu existir periférico, em uma conjunção epistemicida, por isso se fazem ainda mais dignos de estudo. Não há falta de informação ali, mas há informações em outros modelos, informações desacreditadas, rejeitadas ou não consideradas verdadeiras pelo Ocidente, por isso não acessíveis do outro lado do oceano. Com isso, ora Angola toda, ora apenas o Sul, assim seguiremos até o fim do texto. No entanto, esse ir e vir não deixará de trazer informações importantes que vão alimentando e

costurando uma história de conhecimento. Trarei pedaços que, juntos, para mim, tomaram forma e sentido, em um modelo inspirado no de Morisson (1984) sobre a memória:

The pieces (and only the pieces) are what begin the creative process for me. And the process by which the recollections of these pieces coalesce into a part (and knowing the difference between a piece and a part) is creation. Memory, then, no matter how small the piece remembered, demands my respect, my attention, and my trust. (MORRISON, 1984, p.386)

Sem a memória, teríamos blocos isolados de ideias, sem conectividade e fluidez entre elas. Tal análise se aplica aqui para as peças ausentes do quebra-cabeça do Sul de Angola. Por mais que não tenhamos todas as peças, não se justifica a falta de pesquisa e de sua busca. Se, para Morrison, a memória é o processo de juntar esses pedaços e não o pedaço em si já completo, minha dissertação procura o mesmo para o conhecimento sobre e da região. A criação está no amalgamar das partes. Escutei, há poucos dias, que a leitura acadêmica é como ver baleias no oceano. Você fica horas vendo o mar parado e, de repente, um sinal azul e brilhante, que faz sentido. Um pedaço de barbatana aqui, um pedaço de cauda ali e, quem sabe, um belo salto. Escrever sobre meio ambiente, terra, Angola e seu Sul foi um longo e prazeroso observar do oceano, que, para mim, aos poucos e aos pedaços se fez, mesmo que com lacunas, completo de sentido.

1 Angola, terra e meio ambiente

Neste capítulo, me dedico ao entendimento da história de Angola pela ótica da relação da sociedade com a terra e com o meio ambiente. O objetivo é compreender as bases que construíram ao longo do tempo o mais comum entendimento que hoje se tem sobre os temas no país. Parto do princípio de que o conhecimento não é uma ilha, mas surge de um encadeamento de ideias que vão aos poucos se juntado, em determinada época, tomando forma e criando o que pode ser considerado “uma verdade” para determinada região. Assim, cultura e fatos se mesclam. Enquanto um fato se soma aos outros para gerar um conhecimento, a cultura é a lente pela qual tais fatos serão interpretados. Se o objetivo deste trabalho é aproximar-se do olhar angolano para o assunto e o modo como seu povo se relaciona a ele, é impossível fazê-lo sem antes olhar para o percurso e as estradas que trouxeram o país para o lugar no tempo e espaço que hoje ocupa. Para a questão fundiária e ambiental, a leitura contemporânea isolada seria ainda mais falha.

Por isso, como primeiro passo, procuro aqui demonstrar os reflexos da colonização, da guerra de independência e da longa guerra civil, não apenas para a degradação ambiental da região, mas também para a mudança de percepção de seus habitantes em relação aos ecossistemas locais e aos seus territórios. Como sabemos, a história da África Central Ocidental, incluindo a da atual República de Angola, é milenar. Um olhar contemporâneo sobre as complexidades históricas da região e de suas gentes não caberia em uma dissertação. Meu objetivo não é tentar resumir tal linha do tempo, pois isso implicaria uma análise rasa e com deslizes. Todavia, foi feita uma revisão bibliográfica de alguns dos principais títulos e de estudos de especialistas capazes de tornar a narrativa sobre o meu tema mais adequada, mostrando suas tonalidades ao longo da história.

A revisão bibliográfica feita aponta que os temas fundiários e ambientais se entrelaçam como causa e consequência. A relação entre conflito de terra e disputa de bens naturais foi um gatilho tanto para a explosão dos movimentos de independência quanto para início e para o agravamento da guerra civil em Angola, e continua, nos dias atuais, sendo a principal razão de diferentes tensões sociais, afetando sobretudo as comunidades rurais. Procuro, neste primeiro momento, traçar uma breve retrospectiva histórica e mostrar como os primeiros contatos com europeus, o processo de colonização e expropriação da terra, a guerra de independência, a estatização da terra, a guerra civil e a abertura para economia de mercado e o estabelecimento das leis nacionais fundiárias implicaram impactos significativos na relação com o meio ambiente e no

uso dos bens naturais na região. Junto, veremos, tais fatos são a liga responsável para o que hoje se entende, se aceita e se replica em Angola quando se fala de terra e meio ambiente.

1.1 A terra da era dos primeiros contatos

Os primeiros moradores ao sul da bacia do Rio Congo, na região que hoje é conhecida por Angola, foram os povos San, caçadores e coletores que viviam em comunidades pequenas e descentralizadas e mantinham práticas de gestão da terra explorando os bens naturais sem fortes tradições de posse ou propriedade da terra (BALL, 2017). No fim do primeiro milênio, as populações Bantu, grupos sedentários maiores, compostos por dez a cinquenta famílias, congregando comunidades de até mil pessoas, migraram para a região introduzindo as práticas agrícolas e habilidades avançadas de fundição do ferro. As populações que ocupavam a região foram expulsas para destinos áridos do Sul e do Leste, mais escassas de bens naturais, passando a complementar a caça e coleta com a prática do pastoralismo transumante (HENDERSON, 2010; SILVA, 2006).

Até o século XIV, algumas dessas sociedades se organizaram em estados relativamente centralizados, no formato de linhagem, com relação de parentesco baseada na matrilinearidade. A sociedade de maior complexidade estrutural e mais poderosa era o reino do Kongo, se estendendo pelo Norte de Angola e avançando para além das fronteiras do que hoje seria o Gabão. Já na região central, sobre o vale do rio Cuanza, se ergueu a formação social do Ndongo, sob o poder dos titulares Ngola, que mais tarde deram o nome ao atual país (PANTOJA, 2020; BALL, 2017; HEINTZE, 2007). Ao sul dos domínios do Ngola (ou terras/território do Ndongo), as terras altas de Benguela eram governadas “[...] por uma dúzia de soberanos mercadores e uma linha costeira de aldeias piscatórias atlânticas” (BIRMINGHAN, 2016, p.10). Hoje estas três regiões compõem o Norte, o Centro e o Sul da República de Angola.

Tais formações sociais linhageiras contavam com sistemas de governanças complexos com bastante capilaridade, dispoendo de ordens sociais bem estabelecidas e sistemas judiciários refinados, diferentes das versões da Biblioteca Colonial, que insistem em trazer um recorte de que, antes da chegada dos europeus, a região era ocupada por coletivos desorganizados, atrasados e “tribais”, sem interesse pela agricultura ou por outras formas de “modernização”. Vale a reflexão de que tal narrativa existia e existe para reforçar a ideia de que a colonização fazia sentido e de que

a dominação europeia era natural e benévola. Apesar de hoje a história da colonização africana ter ganhado outras leituras, ainda é minoria a literatura disponível sobre a complexidade e erudição dos povos que ali residiam antes desse contato. Como será discutido neste capítulo e afirmado por vários estudiosos, dentre os conhecimentos avançados desses povos, porém não reconhecidos, estavam a sapiência ambiental e o conhecimento refinado sobre seus ecossistemas (APARÍCIO, 2000; SANTOS, 2004; BAPTISTA, 2017; MUDIMBE, 2013; PANTOJA, 2020).

Sobre o aspecto fundiário, em tais sociedades, de modo geral, a relação com a terra não era de posse individual, mas pertencia a todo o clã, sendo o gerenciamento confiado aos seus líderes, normalmente representados por um ancião, o chefe linhageiro, que regulava a distribuição de terras para o uso familiar ou individual. A base da agricultura era de pousio, ou seja, de cultura de cultivo rotativa. À medida que as colheitas esgotavam o solo das aldeias, novos campos eram abertos em um sistema itinerante. A coordenação desse esquema de distribuição cabia ao conselho dos mais velhos. A água, assim como outros bens naturais, também era utilizada sob uma base comunitária (APARÍCIO, 2000). A relação com o território era vinculada a “[...] complexos laços sobrenaturais [que] uniam cada grupo de parentesco às suas terras e integravam o povo e o território numa única coletividade” (MILLER, 1995 *apud* ALFAGALI, 2019, p. 5).

Ao analisar essa relação pelas lentes atuais, é possível enxergar na história os primeiros traços que ligam terra e identidade, assim como meio ambiente e cultura. Se pensarmos em um rio que vê sua foz desaguar em um mundo contemporâneo angolano de conflitos fundiários e crises ambientais, encontramos nesses relatos sua nascente. Freudenthal (2005) destaca que os limites dos territórios reconhecidos a cada linhagem ao longo de gerações se baseavam na memória dos mais velhos, que marcavam os confins por balizas naturais, como rios, árvores, pedras, serras etc. Para poder discutir o tema da terra, do meio ambiente e do desenvolvimento em Angola, é necessário ir além do presente e trazer a memória para o debate (DIAWARA, 2010). A relação com a terra que aqui já observamos vai além de casa e moradia, é parte intrínseca da cultura e é um formador identitário. Se a terra é sagrada, é porque o seu entendimento vai além da subsistência, mas se firma como um espaço de aprendizado, de culto, de política e de traslado – experiências todas ligadas à memória e conectadas ao meio ambiente.

Ainda, existe uma discussão da etnologia sobre se a propriedade da terra (ou o poder de decisão sobre ela) pertencia aos chefes linhageiros ou a uma entidade divina, sendo os chefes apenas representantes de tais divindades. O trabalho de Coelho (2000; 2010) aponta para a

existência na cultura do Reino Ndongo da figura Quianda, gênio da natureza, divindade da mitologia africana que tem o império dos mares, rios, lagoas, fontes, charcos, outeiros, bosques etc. Detentor de um poder inato, determinava quem poderia, na condição de sacerdote, também contatar o universo do mundo numinoso, harmonizando o meio ambiente e a sociedade humana. O sacerdote, nesse contexto, era aquele especializado na resolução de problemas de ordem social e religiosa que fossem relacionados com a interação entre a sociedade e a natureza, questões que interferiam também em grande medida na sobrevivência econômica da sociedade. Eram chamados de “médico da terra”, na conotação religiosa, mas também de “senhor da terra”, “chefe da terra”, mostrando o seu papel central político.

A memória colectiva na maioria das comunidades que têm sido por nós estudadas no âmbito da terra para fins agrícolas revela que os seus direitos fundiários provêm da anterioridade de ocupação do espaço por parte dos respectivos fundadores, na sequência da expansão Bantu e de recomposições e migrações que marcaram a história das sociedades no actual território angolano. Tais ‘senhores da terra’ constituem uma comunidade linhageira que se impõe a outras, não apenas por via da anterioridade da ocupação do território, mas também das alianças que vai estabelecendo, gerando-se um poder político assente no parentesco e na religião, como sistema de representações jurídico-ideológicas, e nas relações económicas que se estabelecem pela gestão do acesso à terra (facilitado aos membros da linhagem dominante e seus aliados). (PACHECO, 2012, p. 470)

Essa narrativa mostra uma forma de domesticação do espaço mediante mecanismos integrativos segundo a qual o uso e a distribuição da terra para as populações seriam feitos por meio do pacto entre sacerdote e Quianda. O pacto, para além da posse, estabelecia que as populações deveriam utilizar de modo criterioso e racional a terra, os recursos dos rios, dos lagos e lagoas e das cacimbas (COELHO, 2000). Considerado o primeiro processo de natureza política de que se tem conhecimento dessas sociedades, é crucial destacar que em seu seio estavam a valorização do equilíbrio ecossistêmico e o seu uso racional. Venâncio salienta (2004, p. 55) a inferência de que tal vínculo difere da relação telúrica existente na Europa e, assim, de modo algum, esta última poderia ter sido transposta para essa região da África, como foi a partir dos primeiros contatos com os europeus de maneira mais inconsistente nos primeiros séculos e com grande intensificação na era moderna da colonização. A mudança drástica da relação do uso da terra, cultural e econômica viria inevitável e irremediavelmente implicar impactos sociais e ecológicos negativos, como veremos a seguir.

O primeiro contato de Portugal com a região da África Central Ocidental, conhecido, foi em 1482, quando Diogo Cao chegou à foz do Rio Congo. Ali, formou, a partir de 1491, com o Reino Central do Congo, uma parceria comercial gradual e enérgica (BALL, 2017). O estabelecimento dos primeiros assentamentos permanentes portugueses aconteceu um século depois, em algumas regiões do atual território angolano, aproximadamente na mesma época em que o comércio de escravos ganhava corpo com a criação de novas rotas comerciais, o crescimento do consumo de produtos europeus por parte das elites africanas e o conseqüente agravamento das tensões internas (FREUDENTHAL; PANTOJA, 2013).

De acordo com o Banco de Dados Transatlântico de Comércio de Escravos, cerca de cinco milhões de escravos deixaram os portos do Oeste da África Central de 1650 a 1860. A expansão colonial portuguesa foi alimentada pelo comércio desses milhões de pessoas escravizadas e traficadas para o Brasil, despovoando severamente grande parte do que hoje é Angola, provocando distorções econômicas das quais a região nunca se recuperou (CAIN, 2014). O comércio de escravos mudou os padrões de consumo e desestabilizou os sentidos de certo e errado das populações autóctones. Com suas comunidades minadas, houve também um forte impacto negativo na produção agrícola e na produção natural (BALL, 2017).

Como apontado na análise de Freudenthal e Pantoja (2013), no *Livro dos Baculamentos*, os confrontos recorrentes, conjugados com campanhas militares e pilhagens sistemáticas de bens naturais, provocaram a dispersão das populações e o declínio das instituições, como os sobados e as chefias, que se viam – com suas terras saqueadas e populações aprisionadas – forçados a negociar diretamente com os portugueses. Nos chamados “acordos de vassalagem”, as lideranças eram obrigadas a pagar um tributo, o baculamento. O desenrolar desse processo desestruturou ainda mais o poder local, desarticulando as estruturas econômicas e políticas da soberania africana na região e consolidando a fragmentação de seus territórios, mesmo quando o aparelho administrativo colonial era ainda incipiente.

A alimentação da “colônia” e dos escravos que eram exportados, assim como a das tripulações das embarcações, era fundamentalmente providenciada pela agricultura mista que cedo se começou a praticar na “colônia”. Refiro-me aos chamados arimos, propriedades de policultura, cujo nome presumivelmente deriva do vocábulo kimbundu kurima, que significa capitar, praticar agricultura, e cujos títulos de propriedade, implicando sempre uma (ex) apropriação de terras (muitas vezes violenta) que pertenciam às entidades étnicas, eram doados a “colonos” ou a ordens religiosas. (VENÂNCIO, 2004, p. 61)

Sobre os arimos, Freudenthal (2005) destaca diferentes aspectos da valorização ecológica. Era uma opção, por exemplo, das comunidades camponesas minimizar os riscos de erosão da fina camada orgânica do solo, por isso o desmatamento e a derrubada da floresta eram feitos por queimadas, de modo que as cinzas servissem de fertilizante. No sistema rotativo, quando a queimada começava a afetar a terra, a produção era levada para outro pousio a fim de recuperar o solo e o seu potencial produtivo. Assim, a agricultura de baixa produtividade, rotativa e extensiva, constituía a resposta adequada à fragilidade ecológica do ambiente (FREUDENTHAL, 2005). O etnocentrismo europeu, quando se encontrou com esse sistema, rotulou as culturas africanas de primitivas. Hoje, o conhecimento antropológico reconhece o peso da experiência e da racionalidade imposta por condições ecológicas específicas e um conhecimento avançado na busca do equilíbrio ecossistêmico onde cada comunidade estava inserida (FREUDENTHAL, 2005).

1.2 Expropriação e colonização do solo africano

Com a independência brasileira, em 1822, aumentou o interesse da administração colonial portuguesa em suas colônias africanas. Em busca de uma nova “joia da coroa”, as elites portuguesas viram em Angola um mercado valioso. Com a chegada do século XIX, a influência de Portugal na região, que era ainda limitada a uma esfera comercial de dominação, começou a escalonar gradualmente para um território colonial formal, ainda que sem fronteiras claramente definidas, visto que estas só viriam a ser acordadas entre os colonizadores europeus na década de 20 do século seguinte. As colônias portuguesas entraram, assim, em um novo ciclo, marcado por expansão e apropriação territorial e definido por historiadores como o III Império Português – prenúncio da instalação do sistema colonial moderno em Angola, que se intensificaria com a Conferência de Berlim (VENANCIO, 2004; BIRMIGHAN, 2016; SERRANO, 2009; CASTRO HENRIQUES, 2004).

Os arimos começaram a coexistir ou a ser substituídos por grandes fazendas, unidades de produção de monoculturas destinadas à exportação. Venâncio (2004) reflete como tais propriedades, diferentes dos arimos, já podiam ser entendidas como unidades de produção pré-capitalistas em virtude de sua direta articulação com a economia mundial. Os novos modelos institucionais e empresariais negligenciavam o modelo de produção local, ecologicamente mais sustentável. Nesse período, mais precisamente em 1838 e em 1856, Portugal promulgou as duas

primeiras leis sobre as questões da terra em Angola. Ambas não reconheciam as terras como pertencentes às linhagens africanas e permitiam que os europeus se apropriassem daquelas que não estavam sendo cultivadas, classificadas – erroneamente – na legislação como terras “desocupadas”. As normas, que concediam propriedades de até 1.000 hectares aos europeus, ignoravam a agricultura tradicional itinerante, tomando posse de culturas em repouso (pousio), e desrespeitavam o direito consuetudinário local. A expropriação forçada de terras não teve apenas impacto econômico, mas foi também um choque para as estruturas sociais e culturais tradicionais na medida em que as comunidades africanas foram forçadas a abandonar regiões pelas quais acreditavam estar vinculados aos seus ancestrais (CAIN, 2014; CASTRO HENRIQUES, 2004; FREUDENTHAL, 2005).

O fim do comércio de escravos no Atlântico, em 1860, intensificou esse processo. Os comerciantes luso-africanos mudaram seu foco para plantações agrícolas, que forneciam alimentos para os centros urbanos e passariam a abastecer o mercado internacional (BALL, 2017). Esse processo forçado da inserção dos africanos e das suas comunidades nos espaços coloniais e, por via deles, na economia mundial, baseado no recrutamento coagido de mão de obra e na expropriação de terras, levou ao condicionamento das economias domésticas à produção agrícola em regime de monoculturas das *commodities* mais consumidas nas economias metropolitanas. Provocou também um processo de “modernização e capitalização” que mais agrediria do que beneficiaria as comunidades a partir de então, já que não houve nenhum envolvimento decisório por parte delas e, conseqüentemente, nenhum tipo de controle dos caminhos que seriam seguidos (VENÂNCIO, 2004). As comunidades passaram a ser profundamente desestruturadas, perdendo valores e hábitos vivenciais, culturais e de trabalho. A cultura ecológica também teria suas bases desestabilizadas. Nesse contexto, a destruição cultural assumiu um papel de arma representativa da violência sem forma. Uma vez que a cultura é também uma estratégia de resiliência, que pode ser produzida, mesmo que de forma irregular e incompleta, no ato de sobrevivência e na experiência afetiva da marginalidade social, ao descaracterizá-la e desmembrá-la, o invasor vai dando sustância à sua ocupação (BHABHA, 1998).

O mesmo choque se deu entre colonos e africanos adeptos da cultura pastoril. A proposta de produção agrícola intensiva, trazida pela colonização, colidia de maneira frontal e incontornável com o modo de viver desses povos (CARVALHO, 2000), uma vez que a mobilidade que a pastorícia pressupõe foi ignorada como expressão social, tornando incompatível a assimilação ou

integração reais por parte dessas populações aos novos modos impostos. Carvalho (2000, p. 722) ressalta que os colonos, à medida que passavam a sonegar os territórios e se apropriar sempre que possível do gado, se queixavam da aversão dessas populações pelo trabalho agrícola e “[...] da indiferença que mostravam pelas modalidades de consumo que a proximidade do comércio e as contrapartidas salariais haveriam de facultar-lhes”. Para o olhar do antropólogo, subjaz uma incompatibilidade fundamental entre as duas modalidades: a do entendimento do meio ecológico. Um erro narrativo que se repetirá ao longo da história até os tempos atuais.

Hoje e então, percebe-se o entendimento dos colonizadores de que o Ocidente é a autoridade política e social do mundo moderno, fonte inesgotável de conhecimento universal e onde o discurso hegemônico é dado como natural. Desde as primeiras formas de apropriação sistemática do solo africano até os dias de hoje, o conhecimento agrícola e ambiental importado é colocado como padrão e modelo a ser seguido. Quando não há aderência, o discurso é de reforçar a superficialidade, o exotismo e a aculturação dos povos originários, atribuindo a eles a responsabilidade das mazelas locais. Há uma tentativa recorrente dos regimes de despolitizar o social de modo que as repressões e intervenções possam ser facilitadas. Para além da reflexão de Mbembe (2017) sobre a banalidade do poder em *Provisional Notes on the Postcolony* (1992), sua análise sobre a sociedade da inimizade, embora se concentre nos dias de hoje, também poderia já aqui ser sobreposta: é preciso encontrar o inimigo em comum e o expor como incomunicável e inacessível, de modo que a única solução seja sua aniquilação total. Ao desumanizá-lo, nenhum acordo com ele seria possível. A sociedade colonial sem inimigos não se sustenta hoje e não se sustentava durante o período de expropriação acelerada das terras africanas. Sobre esse mesmo ponto, Freudenthal (2005) destaca:

Consequentemente o estudo da questão agrária seria significativamente afetado pela carga ideológica dos mitos coloniais, ao reproduzir sucessivas visões distorcidas das sociedades africanas, ao mesmo tempo que perpetuou a imagem estereotipada de uma agricultura “tradicional” africana presa de processos arcaicos, incapaz de desenvolver as potencialidades naturais dos solos em exploração, limitada por técnicas rudimentares que os camponeses recusavam abandonar em proveito de outros processos mais “modernos”, supostamente informados de maior racionalidade econômica. Neste sentido, as teorias dualistas acentuavam a alegada oposição/dicotomia entre sociedades africanas “tradicionais”, vivendo no limite da autossustentabilidade, no quadro da permanência e da longa-duração, por um lado, e sociedades “modernas” mais “evoluídas”, por outro, sujeitas à economia de mercado, perseguindo o modelo induzido pelo capitalismo europeu. Tais teorias decorrentes da pressuposta inferioridade cultural dos africanos, foram oportunamente contestadas pela avaliação crítica dos ecossistemas e das virtualidades dos sistemas agrários característicos de regiões tropicais. (FREUDENTHAL, 2005, p. 22)

A ocupação era ancorada por esse processo de desumanização, mas também pela legislação e administração portuguesa, que tornavam, gradativamente, o acesso à terra cada vez mais patente para os colonos e inviável para os povos nativos. Em 1858,² Portugal passou a conceder direito exclusivo de terras às companhias portuguesas com fins comerciais e, em 1880, introduziu o conceito de “terras livres” na legislação fundiária local, que impedia a aquisição de novas terras pelos nativos fora de seus espaços de cultivos (DEVELOPMENT WORKSHOP, 2016). Sobre a prática de espoliação forçada de terras e a natureza do regime colonial, Santos e Zacarias (2010) descrevem como o mecanismo estabelecido se tornaria padrão nos tempos porvir:

[...] a natureza do regime colonial baseava-se na discriminação com base na raça, no status e na dimensão sociológica - negros e brancos, assimilados e indígenas, tradicional e moderno, rico e pobre, cristão e pagão, uma visão apoiada ideologicamente ao darwinismo social, o processo de espoliação forçada de terras dos agricultores autóctones continuou, estimulado pelo surgimento dum ambiente favorável de prática das culturas de rendimento - café, sisal, algodão, cujos preços no mercado internacional eram altos. O surgimento de conflitos violentos no século dezanove e vinte entre camponeses e o sistema empresarial dos colonos pela posse da terra, tinha como desfecho o recurso à força, a repressão seguida de actos administrativos, a lei por parte da administração do Estado, que terminava com a acomodação sob forma de coerção. (SANTOS; ZACARIAS, 2010)

² Pacheco (2012, p. 481) lista os diplomas legislativos que embora não exclusivamente, também abordaram a temática da terra no tempo colonial: Lei dos Baldios do Ultramar, de 1856; a Carta de Lei de 9 de Maio de 1901 (regime de concessão de terrenos nas províncias ultramarinas) a Lei n.2001, de 16 de Maio de 1944 (limites das áreas de concessão de terrenos e tipos de concessões); Regulamento de 1961; e a Lei n.6/73, de 13 de Agosto, chamada de Lei de Terras do Ultramar.

O Código de Trabalho Indígena de Portugal, de 1899,³ reforça a posição impossível à qual os povos nativos foram submetidos. Embora (falsamente) proibisse o “trabalho forçado” ou a “escravatura”, era acompanhado de uma cláusula sobre a vadiagem que apenas mascarava o seu uso. Os “vadios” deviam ser submetidos ao “dever moral do trabalho”. Assim, aqueles que não tinham ofício regulamentado ou “bens suficientes” eram considerados vadios e poderiam ser submetidos ao trabalho forçado (CAHEN, 2016, p. 144). O Código, em seu primeiro artigo, explicitava:

Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de subsistir e de melhorar a própria condição social. Têm plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação; mas, se a não cumprem de modo algum, a autoridade pública pôde impor-lhes o seu cumprimento. (DECRETO, 1889, p. 647 *apud* GONÇALVES, 2016)

Também chamada de “política indígena”, a estratégia de dominação colonial precisou levar em conta a estrutura política africana que reinava na região para, a partir daí, implementar uma política de influência, desestabilização e controle. Inicialmente, a ideia era suprimir as autoridades dos sobas. No entanto, perceberam que o sistema de liderança era profundamente enraizado e que sua extinção incentivava uma resposta anárquica ao sistema imposto. Como nova estratégia, decidiram eliminar os principais e mais resistentes líderes, mas manter as autoridades secundárias, cooptadas pelos portugueses, e o prestígio do cargo, agora a serviço da administração colonial.

Apesar de eleitos pela população africana, as regras determinavam que os postos deveriam ser aprovados pelas autoridades coloniais, garantindo, assim, que os sobas eleitos, caso não cumprissem ordens recebidas, fossem punidos ou substituídos (GARCIA; SANTOS, 2000). Conforme relatado pelo governador-geral de Angola, António Eleutério Dantas, em 1881, em um ofício acerca dos conflitos entre fazendeiros e autóctones em Cazengo (PAIN, 2014, p.74), “a administração colonial optava pelo esmagamento de revoltas ou pela substituição de um soba por um outro mais dócil e submisso aos interesses do poder”. A dinâmica abusiva, porém, não se deu sem resistência das populações nativas. Os africanos da região, apesar de pouco relatado na história colonial, tiveram um percurso importante de oposição, tanto cultural quanto militar, sobretudo no

³ Michel Cahen, em seu artigo “Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África”, esclarece que na África portuguesa houve diferentes promulgações e atualizações dos Códigos de Trabalho Indígena ou Estatutos Indígenas, sendo estas em 1878, 1899, 1914, 1926-29, 1954 e em 1962.

Sul, considerado o núcleo duro da resistência. A primeira resistência sabotava as estruturas de dominação impostas pela apropriação do sistema de sobas. Garcia e Santos (2000) explicam que os chefes eliminados se refugiavam em áreas inacessíveis, mantendo uma liderança invisível e tornando impossível aos portugueses eliminar as autoridades dessas posições. Enquanto isso, a segunda resistência se utilizava dos conhecimentos do terreno e do clima para ganhar vantagem e tentar impedir o avanço dos exércitos coloniais – os nativos usavam a dificuldade do acesso à água como trunfo, dificultando a passagem às cacimbas ou as envenenando.

Ainda, adiciona Aparício (2000), alguns investigadores entendem que, além da luta, a própria negociação por parte dos chefes africanos com os governos coloniais era em si uma forma de resistência e uma forma de defender sua soberania. Na análise do autor, uma vez sem soberania, um povo estaria exposto à influência de outra cultura, “[...] ficando privado da confiança em si mesmo e do seu amor próprio; do direito de autogovernar-se e da liberdade de eleger o que mudar na sua própria cultura, ou copiar aquilo que quiser de outra. Ao perder a soberania, um povo perde o poder e o direito de controlar a sua vida social, política e económica” (APARÍCIO, 2000, p. 221). Sendo esta a maior das perdas, a aliança seria a única perseverança possível.

Vale aqui destacar a ressalva que Ortner e Cooper (*apud* PAIVA, 2019) fazem para os limites do conceito de resistência, sobretudo da sua dialética entre dominante e dominado. Se analisado por essa dicotomia, a ideia de resistência não consegue dar conta da complexidade do grupo considerado dominado, levando em conta sua riqueza cultural e a subjetividade de seus atores. A resistência como oposição anticolonial existe, mas é ambivalente e ambígua, quando não contraditória. Para que seu uso faça sentido, a ideia deve ser vista como um processo, e não como um conceito de julgamento positivo e de valor moral: “É preciso admitir, com isso, que resistir ao jugo colonial não é necessariamente um atributo ‘progressista’. Ao contrário, resistir é em muitos casos algo bastante literal: conservar” (PAIVA, 2019, p. 13). A negociação assim se torna a outra face da resistência.

Nesse sentido, é possível dizer que a resistência também se deu no campo da ofensiva agrícola europeia (FREUDENTHAL, 2005). Se esta vingou, não foi por falta de tenacidade da população, que negava o modelo imposto e rechaçava o trabalho constrito. Foi necessária a importação de mão de obra em um processo de imigração forçada, que marcou a história da região. A imposição do cultivo de cana-de-açúcar, do algodão e de outros produtos destinados ao mercado europeu, assim como o modo de uso da terra, não se deu sem o que Freudenthal (2005) chama de

persistência de uma continuidade histórica e cultural africana, que deixa evidente a capacidade de adaptação, resiliência e inovação dessas mesmas sociedades diante de um contexto de mudança abrupta. Essa dança entre negociação e resistência é analisada por Mbembe (1992) como a transformação em performance dos jogos de poder entre dominador e dominado que nasce na colonização e atravessa e forma o pós-colonial.

1.3 Consolidando o controle militar e a economia extrativista

No início do século XX, Portugal consolidava o desenvolvimento de uma economia extrativista assim como um maior controle militar no seu território colonial, implantando uma estrutura administrativa organizada e de maior capilaridade. Nas primeiras décadas, regulou o sistema de concessões de terras, alinhado a interesses comerciais, acelerando o ritmo das expropriações, e impôs o “imposto de cubata” e, em seguida, o “imposto indígena”, que solidificariam o notório sistema colonial de trabalho forçado de Angola, ao mesmo tempo em que as campanhas militares foram gradualmente suprimindo os focos africanos de oposição (BALL, 2017; CASTRO HENRIQUES, 2004; PACHECO, 2012; SERRANO, 2009).

Nesse período, mais especificamente em 1907 e em 1919, duas novas leis fundiárias foram aprovadas. A primeira tratava de um decreto de “Reservas Nativas”, que determinava espaços especiais para as populações locais, deixando aos colonos e ao setor comercial agrícola colonial as terras de maior valor econômico (DEVELOPMENT WORKSHOP, 2016). A lei municiava os europeus com um instrumento legal para remoção forçada de africanos das áreas de maior interesse, sobretudo no planalto central, uma vez que tais áreas não estavam demarcadas como reservas. A tensão causada pelo sistema contínuo de expropriação e o aumento de conflitos entre colonos e africanos pressionaram Portugal para a criação de uma segunda lei, mais branda. Assim, em 1919, foi sancionada a Lei de Terras Comunitárias, que, em teoria, reconhecia aos africanos o direito à terra para uso exclusivo e a eles prometia quantidade de terra suficientemente grande para o cultivo rotativo, de modo a respeitar a cultura agrícola local. Na prática, a lei teve o efeito contrário e intensificou a apropriação de terras pelos portugueses e outros estrangeiros, passando, inclusive, a tomar proporções de larga escala. Para Cain e Pacheco (2014; 2002), a lei trazia diferentes ambiguidades: não concedia aos nativos direitos de propriedade, individuais ou coletivos, e, ao mesmo tempo, abria espaço para interpretações vagas sobre terras cultivadas e terras em pousio,

fazendo que as terras comunitárias, sobretudo aquelas em pousio, em teoria, legalmente protegidas, fossem cedidas como concessões aos europeus.

A lei de 1919 foi também responsável por criar um princípio legal para validar a discriminação, diferenciando *cidadãos*, os colonos, em detrimento dos nativos, chamados de *indígenas*, e, por oposição, não cidadãos. Somado a isso, em 1920, foi aprovado o Estatuto do Assimilado, que concretizava esse conceito: o africano deveria aprender e assimilar o “modo de vida português” para conquistar o estatuto e assim, finalmente, passar a ter direitos básicos de cidadania (OLIVEIRA, 2013). De modo geral, como bem resume Ball (2017), os colonos brancos viam o acesso à terra e ao trabalho forçado como um direito de hierarquia racial, e os africanos faziam o trabalho pesado de construir uma economia colonial extrativista, perdendo suas terras, sem receber salários justos nem os benefícios de serem considerados cidadão.

Para a maioria dos governos coloniais do continente africano, a conservação do meio ambiente ou da vida selvagem não era uma preocupação até o fim do século XIX. Alguns sinais de cautela se dão no campo da fauna, em 1900, quando nasceu o primeiro acordo internacional, a *Convenção para a Preservação de Animais Silvestres, Aves e Peixes da África*, conhecida com Convenção de Londres. Em 1933, esta foi reforçada pela *Convenção Relativa à Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural*, que incentivava que cada território colonial oferecesse proteção especial a uma lista internacional de espécies ameaçadas e estabelecesse parques nacionais (muitos, na verdade, regiões destinadas à caça controlada). Em Angola, a prática da caça irrestrita foi proibida em 1925 para os europeus, e as áreas legalmente protegidas, definidas como Parques Nacionais e Reservas de Caça, passaram a ser estabelecidas a partir da década de 1930, chegando a ocupar 6% da área terrestre do país (HUNTLEY *et al.*, 2019).

Os parques tiveram origem distintas. Alguns foram reservas de caça inicialmente, outros não. Outros foram criados como áreas de proteção ambiental, como é o caso da Palanca Negra, que foi definido como uma área de proteção integral logo muito cedo. É evidente que os parques na forma como foram definidos no tempo colonial, foram essencialmente com o objetivo de escolher áreas que tinham muitos animais selvagens de grande porte, não foi tanto numa perspectiva de escolher quais os ecossistemas mais sensíveis ou quem precisava proteger. Era essencialmente onde havia grandes concentrações de vida selvagem. E, logicamente, que os interesses das populações locais não foram levados em conta.
PINTO, entrevistado, Angola, 2020

Elisete Marques (2003) faz a ressalva de que uma forma pouco notada de intervenção colonial se deu nesse contexto. A autora observa que a caça, mesmo que reduzida após as convenções acima citadas, continuou a ser praticada de forma clandestina, sendo organizada por

comerciantes e agricultores com incursões bastante numerosas, muitas com ajuda de nativos locais. Além da diminuição da fauna, as tomadas acabaram por abrir uma série de picadas que facilitaram o contato do europeu com os africanos residindo em regiões mais remotas e a interiorização do processo de colonização.

Sobre esse período, Garcia e Santos (2000) destacam um marco importante de dominação do espaço. Ao avaliar as imagens cartográficas de 1930 e compará-las com aquelas anteriores desde 1885, observaram que as estruturas originais africanas começaram a desaparecer dos mapas. Na avaliação dos autores, não havia mais o interesse dos portugueses de representar cartograficamente a organização africana do espaço, não porque ela não estivesse mais ali, mas, sim, porque a malha colonial já estava sobreposta e com vida própria, funcionando com eficácia, mesmo que alienada do sistema local, o qual, inicialmente, ela havia precisado levar em conta. Ao apagar dos mapas o sistema local de controle do espaço, de forma subjetiva e simbólica, o poder colonial dava o seu recado. Para os portugueses, mais do que inútil, a hierarquia das povoações africanas oficialmente já não existia.

Por toda a colônia, a perseguição, a mobilização forçada para o trabalho, o favorecimento de terra aos colonos e a violência cultural que ignorava os direitos ancestrais, os valores culturais e o próprio uso dos sistemas praticados intensificaram a onda de conflitos sociais e raciais que se espalharam da província de Uige, no Noroeste de Angola, à região do Namibe, no extremo Sul do país. A pressão contínua dos nativos fez que a administração colonial, em 1930, revisasse o conceito de “terra livre”, para uso exclusivo dos colonos, transformando-as em “terras não usadas” e permitindo que africanos tivessem acesso a elas desde que em desuso pelos portugueses por um período mínimo de dez anos. No entanto, a lei, que na teoria poderia trazer algum avanço, na prática, não resultou em benefícios aos nativos. Pelo contrário, três anos depois, foi declarado o Ato Colonial de Portugal de 1933, que visava garantir a soberania portuguesa em Angola, criando programas de reassentamento para africanos, e que acabou reduzindo a qualidade e o tamanho de suas terras (CAIN, 2014).

Na década de 1940 e 1950, a expropriação de terra ganhou dois impulsos. O primeiro, no início dos anos 1940, com o aumento da produção de culturas de rendimento para exportação, sobretudo de café, algodão e sisal. Com o mercado em alta, a procura por boas terras pelos portugueses foi ampliada, assim como a pressão sobre a terra e sobre o meio ambiente. Os colonos ficaram com as melhores terras, próximas aos mercados e às rotas de transporte (DEVELOPMENT

WORKSHOP, 2016; PACHECO, 2002). O segundo impulso, após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi marcado pela migração portuguesa em larga escala para Angola e pelo reforço da ocupação militar no país.

As políticas coloniais fundiárias passaram a afetar as regiões, como o planalto central, gerando graves impactos ecológicos. Ali, como nos outros espaços, o tempo de pousio foi reduzido, obrigando os agricultores a utilizar o mesmo pedaço de terra ciclo após ciclo, gerando um desgaste ainda maior do solo. No entanto, para além do impacto direto no cultivo, as apropriações provocaram a remoção de milhares de africanos de suas terras e o surgimento de uma população em massa de deslocados, que passaram a procurar espaço nos centros mais densamente habitados, em áreas já ocupadas por outras populações. O aumento da pressão demográfica, além de ter sido uma fábrica para conflitos, foi outro fator que fez que as terras ficassem ecologicamente sobrecarregadas (PACHECO, 2002).

Em 1950, o aparato colonial passou a liderar uma política de ocupação e migração organizada para a região. Apesar de Angola sempre ter sido vista pelos portugueses como uma colônia para exploração da terra, até então, apenas medidas e projetos esporádicos tinham tomado lugar na região, não havendo política oficial coerente e contínua de colonização fundiária (CASTELO, 2017). Castelo (2017) também observa que a dilatação de tais políticas de controle e repressão que fundavam o projeto desenvolvimentista imperial português não se deram apenas pelas imposições das forças militares coloniais, mas foram validadas pelas doutrinas internacionais e pelos organismos de cooperação científica e técnica, como a Organizações das Nações Unidas.

Com esse apoio como base, o governo de Angola tentou promover uma política de “modernização” do país, sobretudo no Sul da colônia, com enfoque no setor pecuário (CASTELO, 2017). Esse projeto de modernidade era regido pela lógica europeia e criava interpretações e classificações universalizantes e genéricas para a região, de modo que qualquer conhecimento que contrastasse com o que era proposto pela experiência do Norte passava a ser inferior ou atrasado (QUEIROZ, 2016). Essa distinção, separando o “civilizado” do “primitivo” também acentuava as agressões sociais do processo colonizador, ganhando reflexo e profundidade nas tensões sociais já existentes. Mesmo na variável econômica, não houve ganho com a transição da agricultura comercial tradicional para a moderna (PACHECO, 2002; FREUDENTHAL, 2005). A maioria dos imigrantes portugueses não tinha experiência na área, nem habilidade comercial ou financeira para superar os níveis de produtividade dos povos locais. A falta de conhecimento do ecossistema da

região também levou os colonos a desestabilizar o equilíbrio ambiental pelo mau uso do solo, agravando o impacto ecológico já em andamento.

Aqueles que consideravam o modelo “um sucesso econômico” não levavam em consideração os custos que recaíam para a população colonizada, ou apenas ignoravam seus efeitos. Para a participação africana nas economias de exportação, o poder coercivo colonial, a mão de obra rural forçada, as imposições fiscais aos locais e as condições de degradação ambiental não eram colocadas como déficit na balança, que refletia apenas os interesses comerciais do aparato colonial, “[...] ao mesmo tempo que as economias ‘tradicionais’ se desintegravam perante o predomínio das relações capitalistas de produção” (FREUDENTHAL, 2005, p. 28). Encurralados em pequenos pedaços de terra, os agricultores familiares passaram por total desestruturação da economia camponesa, que refletia em queda bruta da produção de alimentos e, por consequência, fome generalizada, mortalidade infantil e surtos de doenças (FREUDENTHAL, 2005; PACHECO, 2012).

Não admira, portanto, que os agricultores do planalto central se vissem obrigados a procurar, fora das suas explorações agrícolas e mesmo da sua região, fontes suplementares de rendimento, não apenas para o sustento das famílias, mas também para investimento nas próprias explorações, como, por exemplo, na compra de animais de tracção com os quais procuravam aumentar as áreas de cultivo, o que acabava por contribuir, ainda mais, para a degradação dos solos, alimentando-se assim a espiral de empobrecimento da região e das famílias. (PACHECO, 2012, p. 467)

Nesse mesmo período, as autoridades portuguesas reverteram a proibição da caça, argumentando que animais selvagens prejudicavam a criação de gado. As populações de animais silvestres, sobretudo do Sudoeste do país, região com maior atividade pastoril, foram dizimadas. Elisete Marques (2019) explica que a medida resultou em verdadeiro massacre dos animais, com consequências para o ecossistema natural, como desequilíbrio da fauna e da flora, e para o sistema ecocultural, como redução drástica de fonte de alimentação humana para aqueles que dependiam da caça.

Os matizes da história do conjunto do território angolano pré-independência nos ajudam a melhor compreender o contexto no Sul de Angola, que, apesar das peculiares factuais que veremos por conta de seu isolamento geográfico, histórico e social, não deixa de estar inserido no enquadramento até agora aqui apresentado. A exploração desmedida do ambiente natural, o roubo

de terras legalizado, as violentas políticas tributárias e as migrações forçadas também marcaram a história da região, assim como as narrativas ambientais e fundiárias que iriam ali tomar forma. No entanto, sua posição periférica, a inserção descompassada do colonialismo português e a hostilidade defensiva do ambiente e habitantes dariam outras formas aos encontros e aos conflitos, assim como à intensidade do reflexo nas percepções telúricas e culturais de seus povos.

1.4 O contexto no Sul de Angola

O Sul de Angola, pelo seu isolamento, teve uma penetração do processo colonial mais lenta. Até 1915, a presença europeia era mínima. A escassez dos recursos hídricos e a resiliência cultural e ambiental dos povos pastoris constituíram um desafio *sui generis* para o sistema imperialista. A região, sobretudo a parte dominada pelo universo agropastoril, era considerada marginal e subdesenvolvida pelos padrões portugueses, por isso não era prioridade para o desenvolvimento colonial se comparada aos outros distritos e subdivisões de Angola. No entanto, a presença pouco densa não significou a ausência de impacto, uma vez que a região também estava sujeita às regras coloniais portuguesas.

Este processo teve diferentes ritmos em diferentes partes do país. Nas zonas do leste e do sul do país, ainda há uma visão mais tradicional e costumeira das terras porque a penetração do colono foi fraca naquelas zonas. Acho que a transformação da terra para uma fonte de rendimento, taxas, resultou numa mudança do tipo de ocupação também. Isso aconteceu quase 90 anos atrás, nos anos de 1930 e tal, quando o sistema dos impostos sobre a terra foi introduzido. Antigamente os costumes ou as leis costumeiras deram realmente um certo poder às autoridades tradicionais para manejo e gestão das terras, mas esse processo foi quebrado com a introdução das taxas e resultou na introdução de uma visão da propriedade particular, numa visão mais da agricultura, na base dos camponeses e das pequenas unidades de produção em vez da produção comunitária.

CAIN, entrevistado, Angola, 2020

Do século XVII ao início do século XX, as três portas de entrada e polos principais de ocupação foram Moçâmedes e arredores, o planalto da Huíla e as cidades de Benguela e Lobito (CASTELO, 2017). Em Benguela, o primeiro assentamento dos portugueses se deu em 1617. A região foi governada como capitania independente até 1779, sendo a negociação com os pastores e o comércio de escravos as atividades dominantes (BALL, 2017; BIRMIGHAN, 2016). Mais ao sul, pastores como os Kuvale e Ndombe permaneceram isolados. Foi só em 1840, quando o tráfico internacional de escravos começou a perder força, que os portugueses começam a expandir a ocupação, fundando o porto comercial de Moçâmedes a fim de facilitar o acesso ao marfim

proveniente da região. Ali, apoiados pelo trabalho escravo, passaram a florescer a indústria pesqueira, as empresas agrícolas e o comércio com o interior (BALL, 2017).

Os pequenos povoamentos da região, no entanto, não prosperam como o restante do país. O planalto de Huíla era remoto, e o acesso era demasiado complexo para que o comércio das colheitas se tornasse comercialmente proveitoso. Os colonos viviam majoritariamente da agricultura de subsistência (BIRMIGHAN, 2016). O potentado dos Cuanhamas, que resistiu defensivamente e intensivamente à penetração portuguesa, foi outra razão de dificuldade de domínio da região. Já na costa Sul, a dificuldade de penetração se dava menos pela hostilidade das populações de entorno e mais pela escassez de povos locais que pudessem ser incorporados ao sistema de trabalho, mais precisamente, que pudessem ser escravizados.

Nas últimas duas décadas do século XIX e na primeira do século XX, Portugal organizou campanhas militares de ocupação da região Sul, de Benguela a Moçâmedes, com a intenção, sobretudo, de derrotar os Cuanhamas. Ao longo dessa empreitada, o exército colonial sofreu grandes e sucessivas derrotas antes de atingir seu objetivo. Os Cuanhamas, além de contar com ajuda militar alemã (para declarar como protetorado o território mais ao Sul de Angola), apresentavam um aliado: a capacidade de organização e conhecimento do espaço natural, sobretudo o domínio do rio Cunene e o saber coexistir com a seca e aridez do ecossistema (GARCIA; SANTOS, 2000; APARÍCIO, 2000). Os portugueses, no entanto, em maior número e maior arsenal bélico, acabam derrotando a resistência e violentamente “pacificando” a região.

Na década de 1930, conforme relata Castelo (2017), houve um momento de breve harmonia entre africanos e portugueses, quando comerciantes do mato, que não possuíam terras próprias, distribuíram seus gados para vários proprietários nativos, que os integravam ao sistema tradicional pastoril, evitando a competição por água ou pastagens. Segundo a autora, as autoridades coloniais desaprovavam tal situação, considerada rebaixamento da civilização para os colonos e mau exemplo para os colonizados. No entanto, salvo esse momento de exceção, ali, como no restante de Angola, as comunidades locais sofreram as políticas tributárias agressivas do estado colonial, tendo também sido submetidas ao trabalho forçado, provocando uma migração em massa, de muitos que tentavam escapar dessa situação, para o Sudoeste da África.

Nesse mesmo período, o povo Kuvale foi brutalmente perseguido pelos portugueses. O universo agropastoril ocupava 300.000 km², quase um quarto do total do território, no entanto, o número de fazendas de gado não parava de crescer, e os melhores pastos eram ocupados pelos

colonos portugueses, processo incentivado por dois decretos do governo nos anos seguintes. O primeiro, nº 2.232, de 1950, estabelecia reservas globais para criação de gado na província da Huíla apenas para “criadores não nativos”. O segundo, nº 7.695, de 1951, regulava a concessão de terras nas reservas pastoris (CASTELLO, 2017). No mesmo período, pontos de acesso à água, como lagos artificiais, pequenas barragens de alvenaria e chimpacas (pequenos lagos artificiais para o gado), que haviam sido construídos pelos Serviços de Geologia e Minas e pelos Serviços Veterinários, foram apropriados pelos fazendeiros europeus, que passaram a implantar cerca de arame farpado, impedindo o alcance dos pastores africanos aos acessos de água e aos locais utilizados pelos nativos como pastagens transitórias (CASTELLO, 2017). O gado de proprietários privados passou a invadir as pastagens comunitárias africanas, provocando o uso excessivo do solo e um dano mais severo ao meio ambiente. Sobre esse tipo de colonialismo, Castello (2017) ressalta:

A new kind of colonialism emerged: not the trader’s but the investor’s colonialism. The investor does more than connect: he invests and develops, turning as much as possible of a land into usable resources. [...] the investor’s colonialism—[is] based on the profits to be made out of intensive production on a vast scale. The spatial commodity for this colonialism is not distance alone but also area itself. Thus, borders would now be defined, and their interiors thoroughly controlled. (NETZ *apud* CASTELLO, 2017, p. 102)

1.5 Os conflitos de terra como combustível para a guerra de independência

Em 1961, com a mão mais pesada no colonialismo se mostrando presente não apenas no Sul, mas em toda Angola, cresceu também a atmosfera de subversão. No campo fundiário, com o aumento de oposição dos nativos às leis e restrições coloniais, a escalada de conflitos de terra entre africanos e colonos e a intensa pressão política externa, o governo de Portugal revogou o Estatuto dos Indígenas, dando início a mudança no quadro da legislação fundiária colonial. Em setembro do mesmo ano, foi aprovado o Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas, que, em teoria, serviria para garantir mais direitos às populações locais, inclusive a posse da terra. No entanto, o novo quadro não nascia para melhorar as condições dos africanos, mas como nova estratégia de dominação colonial em uma tentativa de frear a luta armada que ali rompia (PINTO, 2008).

O novo regulamento definia três tipos de terras: i) Terras de primeira classe: terras urbanas e suburbanas, sob o controle direto das Câmaras Municipais; ii) Terras de segunda classe: terrenos demarcados para atribuição conjunta a populações a fim de serem por elas ocupadas e utilizadas de harmonia com os seus usos e costumes; iii) Terras de terceira classe: terrenos vagos não compreendidos na primeira ou na segunda classe. As “áreas de reserva” destinadas às populações locais correspondiam assim às terras de segunda classe, já que as de terceira classe (as que se encontravam vagas) continuaram a ser ocupadas e exploradas pelos europeus. (PINTO, 2008, p.69)

Na teoria, a lei trazia possibilidade de titularidade de terras pelos autóctones e, segundo Pacheco (2002), poderia ter servido para proteção dos interesses das populações rurais e redução dos desequilíbrios e tensões existentes, caso tivesse sido implementada com rigor e menos interpretações forçadas. A lei, no entanto, por ser uma construção oportunista, não surtiu nenhum efeito positivo para os nativos. Não houve esforço para a sua divulgação para a sociedade civil ou para o preparo institucional de funcionários e atores-chave envolvidos para que fosse executada. Na véspera da independência, os registros coloniais apontavam para a existência de nove milhões de hectares de terra registradas. Dessas, 4,7 milhões eram ocupados pelo setor empresarial, com nível de efetividade de uso de apenas 11%. Um milhão de famílias camponesas tradicionais ocupavam a área restante, utilizando para cultivo 62% do espaço, o que acabava superestimando o uso do solo. O MIAA também registrou acentuada diminuição no tamanho das unidades de terra das comunidades africanas que permaneceram em suas regiões, passando da média de 8,9 para 5,6 hectares (BALL, 2017; DEVELOPMENT WORKSHOP, 2016; CAIN, 2014).

De acordo com vários estudos, sustentados a partir das décadas de 1960 e 1970 pelos resultados da investigação da MIAA, os agricultores familiares angolanos revelaram um elevado potencial de produção mercantil, assegurando, até 1974, a maior quota no mercado interno de alimentos e participando, de modo significativo, na exportação de matérias-primas (Estado de Angola, 1971; Carriço, 1974; Freudenthal, 2004; Pacheco, 2005). Angola era, então, um notável produtor de 'café robusta' (segundo produtor africano e quarto a nível mundial), de algodão, milho, mandioca, banana, carne, feijão, amendoim, óleo de palma, tabaco e de muitos outros produtos. Ainda de acordo com a MIAA, e ao contrário do que sugere o senso comum, os pequenos agricultores familiares eram responsáveis por 88% da comercialização de milho, 100% de mandioca, 94% de feijão, 100% de amendoim, 71% de batata, 30% de café, 52% de arroz e 21% de algodão e detinham ainda elevado peso na produção de carne, tabaco e banana (MIAA, 1964, 1974; Estado de Angola, 1971; Ministério do Ultramar, 1971; Pacheco, 2005). Todavia, tais produtores, salvo pouquíssimas exceções, utilizavam a terra de forma precária, pois não tinham a garantia, através de títulos, dos seus direitos de propriedade ou posse, como acontecia com os agricultores empresariais, patronais ou “modernos”, o que os deixava à mercê de todo o tipo de arbitrariedades. (PACHECO, 2012, p. 468)

Após a Segunda Guerra Mundial, os preços do café explodiram, passando o diamante a ser a *commodity* mais valiosa de Angola. A prosperidade econômica atraiu novos colonos, e Angola viu sua população branca crescer de cerca de 44 mil, em 1940, para 335 mil, em 1973, acentuando a competição por empregos (com assimilados e mestiços) e a apropriação de terras dos africanos (BALL, 2017). A alta concentração fundiária impulsionou um esgotamento de mão de obra na região Norte do país. Os fazendeiros passaram a recrutar “contratados” Ovimbundos da região Central e do Sul de Angola. A tensão e o caos assim se acentuavam. Os novos imigrantes forçados não eram bem recebidos pela população do Norte, que havia visto 360 mil acres de suas terras serem expropriadas pelos portugueses, enquanto os trabalhadores do Sul se sentiam forçadamente arrancados de seus territórios e obrigados a trabalhar em terras alheias: “Esta infeliz mistura social era um barril de pólvora e viria a explodir em março de 1961” (BIRMIGHAN, 2016, p. 111). Em 14 e 15 de março, eclodiu nas plantações de café do Norte de Angola uma revolta armada que se tornaria simbólica como resistência ao regime do Estado Novo, ao estado colonial e aos colonos brancos, liderada pela União das Populações de Angola (UPA), que mais tarde tomaria o nome de Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), movimento comandado por Holden Roberto, alinhado ao Congo (Zaire), que viria a contar com o apoio da China e dos Estados Unidos.

No contexto da independência, surgiram outros dois movimentos de libertação angolanos. O primeiro nasceu em 1961, na região Central de Angola, em Luanda, concomitante à UPA: Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), chefiado por Agostinho Neto. Alinhado com a União Soviética, propunha uma ideologia não racial, marxista e anti-imperialista. O movimento “[...] era um herdeiro distante dos clubes, associações e jornais que os diversos regimes coloniais haviam suprimido” (BIRMIGHAN, 2016, p. 120). O segundo foi fundado por Jonas Savimbi, em uma tentativa de criar um movimento político do Sul unificado, com apoio dos Ovimbundos do planalto central e mais tarde da África do Sul e dos Estados Unidos, a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita). Juntos, completavam a “estrutura tripartida do nacionalismo angolano” (BALL, 2017, p. 17). Os três movimentos nunca se uniram para formar uma frente integrada contra o aparato colonial. Pelo contrário, batalhariam anos entre si.

A guerra contra a administração colonial portuguesa aconteceu dentro de dois contextos maiores: a Guerra Fria, entre União Soviética e Estados Unidos, e o processo de descolonização do continente africano, que vivia o efeito dominó das lutas anticolonialistas com país atrás de país a declarar independência. O regime salazarista, no entanto, resistiu como pôde para travar as

revoltas insurgentes e não cedeu facilmente às pressões da população angolana, tampouco às pressões internacionais que apoiavam os movimentos de independência. O uso da terra e a exploração de bens naturais eram peças-chave para Portugal, que dependia economicamente da produção colonial e da exportação de matérias-primas das colônias, e o país não estava disposto a abrir mão disso (CARVALHO, 2019).

A administração colonial, na tentativa de minar a resistência e a luta organizada, criou um programa de reassentamento que expulsou mais de um milhão de africanos de suas terras, transferindo-os para grandes aldeamentos (assentamentos estratégicos protegidos). Um quarto da população rural de Angola foi afetada pela medida, abandonando forçadamente suas propriedades e abrindo uma quantidade considerável de terra para os europeus. O deslocamento também resultou em grave queda da produtividade rural (CAIN, 2014; BIRMINGHAM, 2016). Impulsionado pelo sistema injusto de posse de terra, a demanda por direitos à terra se tornou um dos pilares do movimento de independência, determinando que grande parte da população rural simpatizasse de forma mais direta com as ideias nacionalistas e com a luta armada.

Na mesma época, o Conselho de Proteção da Natureza deu à conservação da vida selvagem *status* formal de preocupação pública. Em 1972, o governo promoveu, durante duas semanas, no Lubango, a Reunião para Estudo de Problemas da Fauna Selvagem e Proteção da Natureza no Ultramar Português, que resultou em 53 recomendações de ação para melhorar a proteção da natureza em todo o país e dobrar o orçamento da Repartição Técnica da Fauna, departamento responsável pelos parques nacionais (HUNTLEY *et al.*, 2019). Porém, como reconhecido em diferentes momentos pela mesma publicação, a lei não traduzia a realidade e, apesar de esforços pontuais, o meio ambiente e sua preservação nunca se tornaram focos centrais do governo colonial.

O estabelecimento dos parques e das reservas de caça, pelo contrário, também acentuava as pressões demográficas e ambientais, uma vez que mais terras foram impedidas de serem usadas por agricultores e pastores africanos, forçando-os a exceder o uso das poucas terras às quais tinham acesso. Os 15 anos de guerra da independência foram um dos piores períodos de apropriação de terras nativas: o número de concessões aos europeus aumentava a cada ano, enquanto as terras africanas diminuía. Estudo conduzido pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA), por exemplo, mostra que, em Huambo, entre 1968 e 1970, a quantidade de propriedades rurais europeias aumentou em 110%, enquanto a área cultivada por africanos foi reduzida em 37%. No fim do período colonial, os colonos brancos ocupavam 41% das propriedades agrícolas registradas

pelo estudo, a maioria nunca usada. O mesmo estudo revelou que 6.500 agricultores patronais ocupavam 4,5 milhões de hectares de terras (média de 700 hectares por agricultor), enquanto mais de um milhão de agricultores familiares ocupavam uma quantidade semelhante de espaço (média de 4 hectares por agricultor) (CAIN, 2014; PACHECO, 2012).

A população rural, pressionada pela terra e pela violência, foi uma das mais fragilizadas pela guerra de independência, que se deu majoritariamente no campo. As forças portuguesas, além de impor a migração forçada com o programa de reassentamento para as cidades, incendiavam aldeias e matavam civis indiscriminadamente para evitar que os movimentos de independência encontrassem nas comunidades rurais quórum para recrutamento. Os que tentavam escapar da migração, voltar às suas regiões de origem e cultivar plantações eram vistos como aliados da guerrilha, uma vez que poderiam alimentá-las, e condenados à morte pelos portugueses. Para o controle colonial, qualquer pessoa fora da cidade era vista como apoiadora da resistência. Do outro lado, aqueles que fugiam para a cidade eram vistos como traidores pelos militares do MPLA (BRINKMAN, 2012).

Depois de 14 anos de guerra, pressionado interna e internacionalmente, em 1975, o governador português, sem opção e sem espaço para vitória, voltou em fuga para a Europa. No entanto, saiu sem reconhecer derrota e não entregou o poder a nenhum dos três movimentos políticos em disputa. Em 11 de novembro, Agostinho Neto, do MPLA, declarou a independência – e a liderança – da República Popular de Angola, com capital em Luanda. No mesmo dia, Jonas Savimbi, da Unita, se uniu ao FNLA e declarou-se líder da República Democrática Popular de Angola, com capital no Huambo (BALL, 2017). A aliança entre os dois movimentos seria desfeita meses depois, quando ambos foram derrotados pelo MPLA, que assumiu o controle da maior parte do país, empurrando Savimbi e seus seguidores para o que seria o início de uma longa guerra civil.

Se calhar é algo que tem a ver com esse sentido de pertença em relação à terra. Isso é muito comum, é generalizado até hoje. Não só na parte sul, mas também na parte norte. O sentido de pertença, de dizer que aqui esse espaço é meu, é aqui onde os meus avós também passaram... e o contato que se tem com o próprio espaço, esse lado histórico. Então, eu acho que essa é uma particularidade que é generalizada para toda a região. Porque, se formos ver no sentido histórico, a independência deveu-se a isso, os nossos avós, aos nossos não sei o quê, que lutaram pela independência do país. O sentido não era outra coisa senão a terra, o espaço. Então, por isso que hoje todos nós temos orgulho em dizer que somos angolanos, e somos não sei o quê. É essa luta, essa liberdade que foi conquistada e cujo objetivo é o espaço, é a terra. Então, acho que isso é algo que posso aqui destacar como algo em comum a todos.

MALAVINDELE, entrevistado, Angola, 2020

1.6 Um vazio no rural: independência e transição para a economia centralizada

Se os conflitos sobre a terra e o campo foram gatilho para o início das revoltas de independência, a falta de conhecimento, tanto por parte do partido em poder quanto por parte da oposição, das pressões fundiárias sofridas pelas populações rurais marcou os primeiros anos de independência e foi uma receita para que a guerra civil florescesse no país. Segundo Pacheco (2012), Savimbi e Agostinho Neto não souberam reconhecer a necessidade imperiosa de assalariamento por parte da população rural, que, apesar de ver o trabalho obrigatório abolido na lei de 1961, continuava dependente de um esquema semelhante – uma vez que se encontravam expulsas de suas terras e endividadas pelos ascendentes impostos pessoais que lhes foram cobrados desde então.

O desconhecimento desta realidade por parte dos movimentos de libertação angolanos provocou graves perturbações no período de transição e nos primeiros anos de independência, pois se foi um erro trágico o fim do trabalho migrante por motivos políticos, a pretexto, segundo Jonas Savimbi, líder da UNITA, de que era necessário “acabar com a nova forma de escravatura que se abatia sobre os Ovimbundu”, igual equívoco foi a ausência de políticas e programas governamentais de desenvolvimento rural que respondessem às novas necessidades e às expectativas das populações em relação a uma vida melhor que a independência deveria proporcionar. Estava, assim, criado o ambiente onde a guerra civil iria medrar no centro do país. (PACHECO, 2012, p. 467)

A Lei Constitucional de 1975 estabeleceu a nacionalização e a estatização da terra e foi reforçada pelo art. 11 da Lei Constitucional de 1976, que proclamava todos os bens naturais (incluindo a terra) propriedades do Estado angolano. Ao mesmo tempo, a independência significou para os angolanos a possibilidade de retorno e recuperação das terras que lhes haviam sido expropriadas durante a colonização. A população camponesa entendia como seu direito a reapropriação do que havia sido dos seus antepassados. Com a saída massiva e caótica dos portugueses, as fazendas ficaram abandonadas e, aos poucos, foram sendo (re)ocupadas, e as culturas agrícolas e sociais, consideradas marginais antes de 1975, passaram a ser revalorizadas – em especial aquelas relativas às percepções da terra como fator identitário (PACHECO, 2012).

A contradição entre a lei que estatizava a terra e o movimento de reapropriação não foi um problema nos primeiros anos. De um lado, a lei não teve desdobramentos em termos de legislação ordinária e não criou nenhum mecanismo que determinasse as condições de uso e aproveitamento

da terra, ao mesmo tempo em que a terra ainda não era um motivo de cobiça do partido no poder nem das elites angolanas. Do lado dos camponeses, o sentimento inicial era de alívio, uma vez que entendiam estar recuperando o seu patrimônio fundiário: “A ausência de actos legais que formalizassem tal recuperação não constituiu um problema sentido, porque a exclusão em relação à terra não se diferenciava de outros tipos de exclusão que afectavam os camponeses” (PACHECO, 2012, p. 463).

Se, por um lado, o colonialismo significou o desapossamento da terra e a subordinação do camponês africano aos ditames da administração colonial, por outro lado, na curta experiência socialista pós-independência de Angola, «*restituiu-se*» a terra aos camponeses (*sem reforma*), através da nacionalização e confisco — engendrada pela Lei no 3/76 — mas este período pouco ou quase nada significou em termos de um desenvolvimento agrícola. (QUITARI, 2015, p. 242-243)

Sem um modelo estruturado de desenvolvimento agrícola e com um vazio de políticas fundiárias ou de apoio à agricultura familiar, a “grande propriedade socialista” em Angola é considerada por Pacheco (2012, p. 482) como um fracasso, sem planejamento para o uso adequado das terras recuperadas. Nesse sentido, Venâncio (2004, p. 55) analisa que os países africanos que optaram pela via socialista falharam na implementação de suas reformas agrárias ou na falta delas: “Programas desajustados às circunstâncias, burocracias pesadas, enquadramentos ecológicos impróprios para uma produção de excedentes, negligência do peso das estruturas tradicionais, nomeadamente do papel dos chefes linhageiros ou clânicos na distribuição das terras, incompatibilidade entre a produção cooperativa e a familiar são algumas das razões”.

Se, nos primeiros anos de independência, a legalização da terra não foi prioridade, com o clima de instabilidade militar que tomou conta do país, o tema deixou de ser preocupação (WORKSHOP DEVELOPMENT, 2016; PACHECO, 2012). A ausência do Estado para o estabelecimento do quadro legal fundiário no país criou um vácuo nas questões administrativas, excluindo dos processos políticos as práticas tradicionais e costumeiras. Tais práticas não foram atacadas pelo Estado, mas também não foram oficialmente reconhecidas ou incorporadas às leis (CAIN, 2014), deixando mais uma vez os camponeses às margens da sociedade. Como observa Queiroz (2016), a falta de uma estrutura de políticas agrícolas e de políticas fundiárias provocou um colapso da economia rural. Se, nos primeiros anos após a independência, parte da população voltou ao meio rural em busca da recuperação de suas terras, outra parte, desamparada

economicamente, passou a buscar refúgio nos centros urbanos, dando início a um grande movimento de êxodo rural no país, agravado pela guerra civil nas quatro décadas seguintes.

1.7 Meio ambiente e guerra civil

A guerra civil angolana começou logo após a independência do país. O movimento liderado por Jonas Savimbi, o Unita, não aceitou o MPLA como liderança do país e se colocou como oposição de um conflito que viria a durar 25 anos, intercalado por períodos frágeis de paz. Os dois movimentos tinham raízes sociais diferentes: enquanto o Unita tinha grande mobilização no interior e no Sul e Sudoeste do país e era mais ligado à terra e ao mundo rural, o MPLA era um movimento urbano com atuação mais no Norte e no Centro do território. As diferenças foram acentuadas por um contexto maior de Guerra Fria. Enquanto o MPLA contou com apoio de Cuba e União Soviética, o armamento e a inteligência militar do movimento de resistência do Unita foram financiados pelos Estados Unidos e pelo regime de *apartheid* da África do Sul.

Nesse contexto de guerra civil, com a batalha se dando sobretudo no campo, a população rural foi a principal atingida, impedida de exercer suas atividades agropecuárias e forçada a migrar para as cidades em busca de segurança e trabalho. As forças rebeldes da Unita atacavam os assentamentos rurais usando minas terrestres e outras formas de violência armada, obrigando fuga de famílias e comunidades inteiras para as cidades, sobretudo no planalto central angolano, onde o governo seria obrigado a oferecer ajuda, alimentação e serviços de saúde para os feridos, o que significou um forte impacto econômico. As forças do governo passaram a levar o conflito ao campo, esvaziando grandes áreas rurais e destruindo os bens naturais acessíveis e passíveis de aproveitamento pelas forças rebeldes, evitando todas as possibilidades de recrutamento e de acesso a suprimentos alimentares locais. A sociedade rural sofria mais baixas do que qualquer um dos lados da guerra (CARVALHO, 2019; CAIN, 2014).

Foi péssimo, as consequências desastrosas, não é?! E uma das consequências disso, por exemplo, é quase 30% ou 60% das matas estavam todas minadas. Os espaços onde as pessoas podiam fazer seu cultivo, havia sempre um engenho explosivo. Então isso limitou o cultivo, a exploração da própria terra por parte das comunidades. Tanto mais que, depois de terminar a guerra, houve um investimento muito grande para os Estados também de algumas instituições internacionais no sentido de desminar as zonas que tinham sido minadas no momento da guerra. Então, são consequências muito grandes. Destruição.
MALAVINDELE, entrevistado, Angola, 2020

Com a disputa por espaço nas cidades e o aumento da pressão demográfica, os conflitos fundiários e o impacto ambiental passaram a atingir com nova intensidade os centros urbanos, que se transformaram em ilhas defensivas, e as pressões do uso da terra foram ali também trazidas à tona. O mesmo aconteceu nas áreas pastorais e de transumância no Sul do país, que se tornaram destino de fuga dos deslocados internos. Ainda, com o abandono das terras rurais, mesmo o cultivo de subsistência foi drasticamente reduzido (CAIN, 2014). É importante destacar que a instabilidade do sistema fundiário, migratório e ambiental, no contexto da guerra civil de Angola, afetou profundamente, além do mundo físico, a própria percepção que a população tem da terra e do meio ambiente, assim como o modo de se relacionar com eles.

Bem, logicamente que a guerra teve um efeito tremendo em Angola, como não poderia deixar de ser. Foi uma guerra muito longa e muito dura. Teve efeitos devastadores do meio ambiente. Pode-se dizer que teve um pequenino efeito positivo, mas que é muito pequeno e não compensa todos os negativos. Houve de fato algumas regiões de Angola que durante alguns anos foram abandonadas e permitiu, principalmente, a vegetação e os habitats a se manterem mais ou menos protegidos. Mas todos os outros efeitos foram terríveis, houve massacres da vida animal em grande escala, mas acima de tudo o pior foram as consequências no tecido social, porque a guerra praticamente condenou uma ou duas gerações angolanas que não tiveram formação, que não foram expostos ao meio ambiente, fugiram para cidade. Perdeu-se muito em Angola o contato com a vida selvagem, com o meio ambiente, e torna muito mais difícil hoje nós conseguirmos passar essa ideia da importância da preservação do meio ambiente. Dou como exemplo, durante a guerra, quase toda, 90% da população ficou toda concentrada em cidades. Se isso foi bom, por deixar algumas áreas com menos porção humana, temporariamente, foi péssimo porque as pessoas perderam ou gerações perderam completamente o contato com a natureza. Torna mais difícil hoje explicar a importância do meio ambiente. E esse é um efeito da guerra.

PINTO, entrevistado, Angola, 2020

A guerra foi financiada pela extração intensa de petróleo e diamantes e, conseqüentemente, exploração excessiva do solo. Dez anos depois do seu início, todos os recursos do país estavam à disposição do conflito. Enquanto o foco do MPLA era colocar a economia nacional em função do setor militar, a produção agrícola e as indústrias estatais passaram a ser ainda mais marginalizadas pelo governo (QUEIROZ, 2016). Em 1985, um Plano Global de Emergência chegou a ser criado com o objetivo de aumentar a produção agrícola e redirecionar recursos para além da estrutura de defesa. No entanto, foi logo abandonado. Isso, somado a uma bruta queda dos preços do petróleo no mercado internacional, em 1986, tornou ainda mais grave o cenário de insegurança econômica e social em Angola.

É esse o cenário para a transição da economia centralizada para a economia de mercado e para as reformas de cunho neoliberal. O governo iniciou o movimento se afastando de um modelo marxista e adotando a economia de mercado e um sistema político multipartidário. Com isso,

conseguiu abrir caminho para um acordo de paz com a Unita, o Acordo de Bicesse, assinado em 1991, que punha fim ao impasse militar (BALL, 2017). No ano seguinte, a primeira eleição democrática deu a maioria de votos ao partido em poder, o MPLA. Savimbi não aceitou o resultado, considerando-o fraudulento, e a guerra foi reiniciada. Esse período, chamado de Segunda República, foi de 1992 até o fim da guerra civil, em 2002, marcado como o de maior escalada de violência no conflito armado e de deslocamento interno da população. Nesses dez anos, a pobreza pulou de 60% a 68%, e a pobreza extrema dobrou de 13% para 26% (SOUSA; ADAUTA, 1996 *apud* QUEIROZ, 2016).

Os ganhos do petróleo e minérios iam para o partido no poder, e as armas e o apoio financeiro internacional chegavam para ambos os lados. Porém, todo lucro ficava retido e controlado por poucos homens – uma “guerra de homens ricos”, em que a população não tinha participação, apenas sofria as violentas consequências (MESSIANT; SANTOS *apud* CARVALHO, 2019). O fenômeno não é incomum. Segundo Hardin (1968), Nagan (2014) e Johnson (2015) (*apud* PNUMA, 2019, p. 12), essa situação ficou conhecida como “tragédia dos bens comuns”, quando, em um sistema de recursos compartilhados – ou que, pelo menos, deveriam ser –, atores agiram de forma independente, promovendo seus próprios interesses e se comportando de maneira contrária ao bem comum. Acabaram, assim, danificando ou esgotando o próprio recurso e minando a integridade de todo o sistema, mesmo daquele de que faziam parte.

De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), *Do conflito para a construção da paz: o papel dos recursos naturais* (2009), no íterim entre 1939 e 2009, pelo menos 40% dos conflitos violentos no mundo foram alimentados pela exploração de bens naturais. Os autores da publicação demonstram que os fatores ambientais não são necessariamente causas exclusivas das guerras, mas a exploração dos bens naturais e os consequentes estresses ambientais estão implicados em todas as fases do ciclo do conflito, desde a contribuição para a sua eclosão, o custeio e a perpetuação da violência, até o colapso das possibilidades de paz. Segundo o PNUMA (2009), o primeiro momento, que seria a contribuição para o surgimento de conflitos, tal relação se dava tanto nas tentativas de diferentes partes para obter o controle dos bens naturais como nas tensões causadas pela degradação ambiental e pelo compartilhamento desigual de tais riquezas. Tais tensões são acentuadas em países que dependem da exportação de um conjunto restrito de mercadorias primárias, tornando-os mais vulneráveis a conflitos. Como foi demonstrado neste capítulo, a combinação da questão fundiária, a exploração

excessiva do solo, as crises agrícolas e a migração forçada que vinha desde o início do período colonial foram gatilho para que o conflito ganhasse força e proporção pelo país.

O segundo momento desse vínculo é notório no financiamento e na manutenção das guerras. Uma vez eclodida, os recursos extrativistas de alto valor, como petróleo e diamante, passaram a financiar as forças armadas, e os bens naturais, como a terra, passaram a ser usados como estratégias na conquista do território – dando mais fôlego para a durabilidade do conflito. No caso angolano, oposição e governo viram na gestão (seja por ataque ou esvaziamento) da terra uma possibilidade de vantagem bélica. Por fim, o terceiro momento aconteceu quando a perspectiva de paz foi inviabilizada pelos grupos dissidentes, quando entenderam que ou perderiam acesso às receitas geradas pelos bens naturais ou que, caso um acordo de paz fosse feito, a exploração poderia gerar incentivos econômicos aos que estavam no poder (PNUMA, 2009). É possível perceber que o caso de Angola se encaixa nos três momentos desmembrados pela análise da Organização, expondo a relação complexa e multidimensional entre bens naturais, meio ambiente e conflito. Em seção especial dedicada a Angola e Camboja no mesmo relatório, avalia-se:

The existence of easily captured and exploited natural resources not only makes insurgency economically feasible but it may also alter the dynamics of conflict itself by encouraging combatants to direct their activities towards securing the assets that enable them to continue to fight. Thus revenues and riches can alter the mindset of belligerents, transforming war and insurgency into an economic rather than purely political activity, with violence resulting less from grievance than from greed. (PNUMA, 2009, p. 11)

Na análise de Richard (2016), as economias africanas dos países com mais abundância de recursos mostram pouca evidência de valor agregado pela produção e exportação para mudanças estruturais na sociedade. Pelo contrário, são países marcados pelo baixo desenvolvimento econômico, acentuada desigualdade de renda ou ainda por guerra e conflitos de longo prazo entre exércitos, políticos, grupos de milícias e empresas. Essa relação diametralmente oposta também foi batizada de “a maldição dos recursos naturais” ou “a tragédia dos bens comuns” (PAPYRAKIS, 2014; RICHARD, 2016). Porém, García-Luengos (2012) observa que, de modo geral, os analíticos que cunharam essas expressões procuraram explicar a dinâmica e seus impactos de uma perspectiva econômica vertical e estatística, dando foco a comportamentos institucionais, processos de corrupção endêmica e mau uso dos bens naturais. Os conceitos são utilizados em versões que se

pretendem “neutras” e simplesmente culpam os países detentores dos recursos pela má administração e desvirtuação de recursos.

Acosta (2016) destaca que tais teorias, como colocadas, são recheadas de determinismo geográfico e ecológico e não trariam outra opção que não a resignação e o conformismo. Nessa linha, os problemas e conflitos derivados do extrativismo seriam apenas uma questão de melhor governança dos bens naturais, justificando políticas econômicas conservadoras. Kabunda (2017) traz outra perspectiva da *maldição*. Propõe uma análise de cunho pós-colonial e de forte crítica ao Ocidente, não se esquecendo de fatores centrais: os processos histórico, social e político vividos por esses países com séculos de exploração e expropriações. Ainda, atribui a devida culpa aos sistemas transnacionais e ao papel dos mercados, instituições financeiras internacionais e antigas metrópoles colonizadoras, que continuam a influenciar e ingerir as economias de tais países. Para o autor, é central refletir sobre a geração acentuada da pobreza, o impulso gerador de guerras e a destruição violenta do meio ambiente como consequências trazidas pela corrida ao poder das grandes corporações embasada no lucro gerado pelo controle dos bens naturais.

O que está a influenciar atualmente é essa neocolonização - em termos de meio ambiente, a vivência, o contato, atividade humana – que está sendo desenvolvida de 1975 para cá e que está sendo agressiva relativamente ao meio ambiente. Porque durante os quase 30 anos de guerra fratricida usou-se todo tipo de arma de grande calibre. Isso fez com que queimasse muita flora, muita fauna. Em termos de fauna, houve animais que emigraram para o estrangeiro [...] As consequências de guerra até hoje se manifestam. Como disse, de tanta guerra houve êxodo da fauna, mesmo muitos angolanos tiveram de se refugiar no estrangeiro [...] Por exemplo, antes da independência, em 1975, a população San, que são os indígenas de Angola, rondavam em 100 mil pessoas. Hoje eu estou a trabalhar ou nós estamos a trabalhar com uma população de aproximadamente 12 mil pessoas, então é um déficit muito grande, 100 mil para 12 mil. A comunidade internacional não fala com essa faixa da sociedade ou com essa camada humana, esse povo ainda pode se extinguir. Então, a guerra afetou de que maneira essas comunidades minoritárias.
BAPTISTINY, entrevistado, Angola, 2020

O Sul, mesmo geograficamente insular, não fugiu do contexto até aqui descrito sobre a guerra. Pelo contrário, foi casa para o nascimento do Unita, que marcou presença na região do início ao fim do conflito, trazendo, inevitavelmente, o conflito para o território de forma expressiva. Vale destacar uma passagem de Brinkman (2012), que observa que, para algumas populações, sobretudo das regiões Sul e Sudeste de Angola, os motivos e as consequências da guerra não são um consenso. Se, para o contexto global e parte do contexto angolano, a guerra civil é explicada em termos de identidade étnica, disputa por bens naturais (petróleo e diamante), diferenças regionais e conexões ideológicas, para as populações do Sul e do Sudeste, essas são causas raramente mencionadas. Ali, a

percepção é de cisão – de enorme consequência para a população rural – entre “habitantes da cidade” e “pessoas do mato” como a explicação mais plausível para a guerra.

Até hoje eu acho que a guerra continua a ser também um dos fatores fundamentais na rápida alteração climática do nosso país. Por exemplo, no Sul de Angola, onde existem ainda, até hoje, áreas não repovoadas, exceto de vegetais, que foram destruídas pela guerra. E também a questão de percursos naturais de rios devido à questão da própria terra e as águas poluídas daqueles que alguns anos até hoje continuam a preservar ossos dos homens e dos animais que não deixam que a água seja uma água sadia.

PEMBELE, entrevistado, Angola, 2020

Durante a guerra houve uma afetação naquela área. Ou foram mortos os elefantes, por causa do marfim, porque o marfim financiava a guerra. Havia exército, o exército também caçava naquela área, por exemplo, que tinha que se alimentar. Se antes eram áreas específicas, neste momento é feito em todo lado, há uma maior regressão, um nível maior, porque é um prazo muito mais alargado em todo lado.

RUSSO, entrevistado, Angola, 2020

Outro contraponto observado é sobre as consequências ambientais do conflito, mencionadas por alguns entrevistados, principalmente quando perguntados sobre as consequências da guerra para o Sul do país. Há a percepção por parte da população de que o êxodo rural provocado pela guerra diminuiu a depredação humana ao meio ambiente e permitiu que certas regiões e ecossistemas conseguissem se regenerar, sobretudo aquelas mais isoladas geograficamente e mais distantes dos centros urbanos, para onde as migrações em massa tomavam rumo – regiões que se encontrariam sob maior pressão hoje do que durante o período da guerra. No entanto, essa visão raramente foi analisada por um viés positivo, pois sempre adjacente à observação estava a ideia clara do sofrimento social para que isso fosse possível, subentendendo-se que preservação ambiental isolada de um bem social não existe ou carece de sentido.

Eu acredito que, até parece paradoxal, mas durante o conflito acabamos por ter uma situação que acabava por proteger muito mais o meio ambiente, porque os grandes desgastes acabavam por acontecer em zonas periurbanas, no interior do país. Nós não podíamos ter as grandes empresas a fazerem grandes produções agrícolas, porque o conflito em si não deixava. Não tínhamos as empresas mineiras a funcionarem 100% porque a guerra não deixava. Então, infelizmente o conflito acabava por trazer essa "vantagem", entre aspas, de o homem não exercer muita pressão sobre o ambiente. Mas, com o fim do conflito, hoje nota-se que há muito maior investimento, as empresas querem explorar muito mais minérios, querem fazer muito mais atividades agrícolas de grande extensão, o que não se podia fazer em tempo de guerra. Então, havia essa limitação que acabou por ser um pouquinho benéfica porque não tinha afetado muito a questão ambiental [...] Hoje, conforme a gente olha, as empresas chinesas estão envolvidas no corte de madeira de forma assustadora. Portanto, é apenas para ver que durante a guerra tínhamos essa vantagem de preservar essas nossas florestas, desta "invasão", entre aspas, porque o conflito em si não permitia que pudesse haver esse tipo de investimento.

DOMINGO, entrevistado, Angola, 2020

No caminho contrário das mazelas socioambientais trazidas pela guerra em Angola, Huntley *et al.* (2019) relatam que, mesmo durante o período bélico, houve tentativas de conservação do meio ambiente. Apesar de se tratar de esforços pontuais e isolados, dois merecem destaque. O primeiro foi a criação da Fundação Kissama (KF), em 1995, liderada por um grupo de generais militares preocupados com a conservação, que procurou reintroduzir espécies que haviam sido severamente reduzidas durante as primeiras décadas da guerra, no Parque Nacional Kissama, localizado na província de Luanda, visando à recuperação do seu equilíbrio ambiental.

O segundo foi a adoção por parte de Angola da Semana do Ambiente,⁴ data criada pelo Programa das Nações Unidas do Meio Ambiente (PNUMA) para promover ações que celebram e encorajam, todo ano no mês de junho, iniciativas de preservação ambiental e sustentabilidade. Em Angola, durante a guerra civil, de maneira tímida, a campanha procurava ganhar apoio público para a conservação dos parques nacionais. No país, além das comemorações nacionais, que se mantêm até os dias de hoje, algumas celebrações locais foram organizadas mesmo fora da data global.

1.8 A Lei de Terras de 1992

Em diferentes momentos, durante o período da guerra civil, a questão da terra apareceu na agenda do governo e da sociedade de outras formas para além de ser um ponto passivo do conflito armado. O principal marco foi logo antes da transição para a economia de mercado. O Acordo de Paz de Bicesse, de 1991, mesmo que se mantendo por um breve momento, impulsionou um grande movimento de êxodo urbano e o retorno da população para suas regiões de origem, crenças em um cessar fogo definitivo. Com isso, a questão fundiária voltou a ter um peso, mesmo que temporário, na agenda nacional. Pouco antes de o modelo de economia central planejada ser dissolvido, a Comissão Permanente da Assembleia Popular, pressionada pelo novo fluxo de migração, aprovou, em 21 de agosto de 1992, a primeira Lei de Terras de Angola (DEVELOPMENT WORKSHOP, 2016).

A Lei de Terras, oficialmente Lei nº 21C/92, assim como todo o resto do corpo legislativo que foi aprovado após 1992, visava consolidar a reforma econômica em questão e tinha como

⁴ Vale ressaltar que, em Angola, diferente da expressão comum do português brasileiro, o ‘meio ambiente’ é comumente tratado por ‘ambiente’, assim a data oficial global que é Semana Mundial do Meio Ambiente é chamada no calendário oficial do Governo Angolano de Semana do Ambiente, assim como o próprio nome do Ministério responsável pela agenda: Ministério do Ambiente e assim em diante.

principal objetivo regular a concessão de títulos de uso e aproveitamento das terras para fins agrícolas e promover e orientar o desenvolvimento da atividade no setor. As propostas de privatização da maior parte das unidades econômicas estatais, incluindo as fazendas agrícolas, geraram uma corrida pela terra por parte dos novos empresários e provocaram alterações substanciais nas relações de produção – terra, trabalho e capital no país (PAIN, 2014). Dentro de um quadro de contradições e sendo a primeira lei fundiária do período pós-independência, é possível identificar alguns acertos e muitas lacunas, atropelos e incoerências. No entanto, como reforça Pacheco (2012), no contexto caótico e instável de conflito generalizado e no quadro jurídico e institucional desorganizado e desatualizado em que a lei foi criada, não havia espaço para que fosse assertiva ou mesmo implementada.

Considerando esse cenário, é possível dizer que, no aspecto positivo, a lei foi pioneira em introduzir o conceito de direitos da comunidade e em reconhecer – no papel – os direitos dos titulares anteriores à independência cujas propriedades haviam sido nacionalizadas. Apesar de manter a propriedade estatal e o princípio de concessão de uso, em vez de propriedade permanente, permitiu que direitos de uso e usufruto e de títulos fossem herdados ou transferidos. Ainda, em seu art. 15, impedia que concessões privadas fossem feitas em áreas ocupadas pelas comunidades rurais. Do lado das lacunas, a lista é maior: não houve na lei especificações necessárias para que os interesses das populações rurais e os direitos comunitários fossem realmente protegidos. Ela perpetuava o padrão de distribuição herdado da legislação da colônia e não permitia que agricultores e comunidades rurais pudessem registrar suas propriedades ou serem restituídos pelas terras que haviam sido tomadas pelos colonos portugueses. A legislação também não trazia nenhuma provisão sobre o uso da terra para interesse público, sobre usucapião ou sobre as terras coloniais que haviam sido ocupadas por cooperativas ou associações de agricultores com o incentivo do MPLA (PACHECO, 2012; CAIN, 2014; DEVELOPMENT WORKSHOP, 2016), nem sobre como lidar com todos os possíveis conflitos entre esses diferentes tipos de reivindicações que a lei não cobria, sobretudo aqueles que limitavam o acesso à terra e aos bens naturais (como água) aos camponeses.

E então alguns conflitos, mas eram conflitos do tipo 'há uma fazenda que ocupou o nosso espaço de transumância', ou seja, o lugar onde eles têm que passar, né? Porque tu sabes que essas terras semiáridas, como é o caso dos gambos, é uma terra seca. Os gambos tem problema de seca, então o que que acontece, o fazendeiro cria a sua fazenda e depois veda, ele veda, mas ocupa parte da terra da comunidade e a comunidade não consegue mais ter acesso aquela terra.
KITOMBE, entrevistada, Angola, 2020

Para Pacheco (2002), uma das principais consequências da nova lei foi uma reprodução acentuada do sistema fundiário colonial. Em 1999, sete anos após sua criação, o governo havia distribuído mais 2 milhões de hectares de terra (valor correspondente a 50% da terra mantida por comerciantes durante a colonização portuguesa) a um pequeno número de proprietários que, com a insegurança provocada pela guerra civil, mantinham as terras permanentemente desocupadas e subutilizadas, retendo-as apenas para especulação futura. A reprodução no tratamento com as populações rurais também foi copiada: a elas cabiam as pequenas parcelas de terra, normalmente menos férteis, distantes dos centros comerciais e mais próximas das zonas de conflitos, findando por serem as mais saqueadas pelos combatentes da guerra: “A tendência para a reconstituição da situação fundiária de 1975 era evidente, e as terras comunitárias das populações mais carenciadas e com menos possibilidades de defesa foram, uma vez mais, alvos da cobiça das elites” (PACHECO, 2012, p. 482).

Na descrição do texto legislativo, nem o conceito de povoação rural nem seu *status* legal foram definidos, abrindo espaço para interpretações contrárias. Não houve reconhecimento das formas tradicionais de organização comunitária. Uma comunidade, por exemplo, que não tinha identidade legal – o que era padrão – não teria nenhuma posição legal de direito à terra (CAIN, 2014; DEVELOPMENT WORKSHOP, 2016). Mesmo para as comunidades que tinham tal identidade outro empecilho era comum: a falta de conhecimento e acesso à lei, assim como meios para entender como exigir ou recorrer aos direitos legais estabelecidos. A informação não era difundida e conhecida vastamente pela população, ou ainda, os próprios conceitos trazidos pela lei não eram compatíveis com as formas de se organizar de determinadas comunidades, problemas recorrentes até os dias de hoje. Situação, apesar de generalizada no país, relatada pelos entrevistados como ainda mais comum no Sul de Angola.

Quando você chega em uma área rural assim, daquelas bem distantes, não aquelas nas periferias das cidades, é normal por exemplo que as famílias tenham uma forma de organização, uma divisão da terra completamente diferente daquilo que prega a legislação. Então o que você vai encontrar são famílias que não têm a terra como propriedade, propriamente, ou seja, não é uma propriedade individual, mas que elas se distribuem. Distribuem as terras nas medidas das necessidades das pessoas, da necessidade e da capacidade da força de trabalho também. Então você pode ter uma pessoa que tem 2 hectares aqui e mais 2 hectares daqui [...]. Ela vai ter então essa forma de manejar a sua terra e essa localização não é permanente. Ela pode ir mudando, por exemplo, quando acharem que o lugar que se planta a mandioca não vai dar no mesmo. Ela pode “abandonar aquilo”, entre aspas, por dois, três, quatro anos, e lhe é garantido um outro pedaço de terra em outro lugar em que ela possa continuar a plantar. Quando essa forma de gestão dos recursos, do acompanhamento da terra, é extremamente natural para produção rural, ela é tranquila, ela funciona, mas ela agora começa a entrar em choque, com a questão, por

exemplo, da durabilidade da terra, que é uma questão contemporânea, que tem a ver com as políticas de movimento em que você precisa de alguma forma delimitar a terra. Isso começa de certa forma constringer as próprias famílias porque elas começam a ficar, de certa forma, limitadas. A partir do momento que se define por exemplo que a família tal tem 4 hectares de terra, e são esses 4 hectares de terra que os impossibilita de ir procurar terra em outro lugar, começam a emergir alguns pequenos problemas [...] Porque a partir do momento que você começa a definir os limites das terras, você mexe exatamente com essa forma “tradicional”, entre aspas, da gestão da terra. Porque por um lado, chega o estado e diz olha: “vocês são uma população rural e tem direito a 2 hectares por família, e todas as demais terras que estão do lado esquerdo já não estão disponíveis porque agora é uma propriedade privada, porque agora é uma reserva fundiária do estado”. Ok, o que você vai ter como consequência disso? Exatamente a impossibilidade de as famílias irem buscar outras terras para continuar suas vidas, então elas ficam digamos assim, cercadas, porque já não podem se deslocar para onde entenderem como necessário, para tentar conseguir uma terra melhor.
QUITARI, entrevistado, Angola, 2020

[No Sul de Angola] ... a terra para eles é uma riqueza, quer dizer, faz parte da essência e da existência deles, por exemplo. A nossa constituição diz que a terra é propriedade originária do Estado, o que significa que todo cidadão em Angola, a terra não lhe pertence. A terra é do Estado então é o estado que sabe o que vai fazer com a terra. Os cidadãos têm apenas a posse, o direito de posse e de usufruir, de usar. Mas as pessoas não se sentem assim, não entendem o que diz a constituição, para eles a terra é deles, porque tem um legado histórico com seus ancestrais, é ali onde o seu avô, bisavô sempre fez não sei o quê. Eles têm uma relação com a terra muito forte em que não reconhecem a autoridade do estado em relação à terra, então a terra para eles é uma propriedade. É a posse deles, e aquilo é deles, ninguém está acima daquilo. Então essa relação histórica que eles têm com a terra vida, para eles a terra deles, não tem nada a ver com a terra do Estado. É terra do seu avô do seu bisavô do seu trisavô e enfim, vai passando de geração em geração. Eles não, até hoje, alinham muito neste princípio constitucional.
MALAVINDELE, entrevistado, Angola, 2020

Segundo Pain (2014), a transferência de terra acabava sendo feita para indivíduos, normalmente as “autoridades tradicionais” em um processo entre elites e pouco transparente, sem nenhuma disposição legal para as comunidades denunciarem os líderes que desrespeitassem suas responsabilidades fiduciárias. No entanto, não há consenso sobre essa visão, e muitos discordam da ideia de instrumentalização das autoridades tradicionais por parte do Estado e do poder político. Para Pacheco (2012, p. 477), essa é uma leitura incompleta e preconceituosa, uma vez que as instituições do poder tradicional “[...] revelaram uma extraordinária capacidade de sobrevivência às pressões mais diversas, por parte de Estados, exércitos, igrejas, mercados, partidos políticos, ONGs, ainda que para tal as chefias tivessem de fazer acordos ou cedências, por vezes fortemente penalizadores”. De todo modo, é possível observar que, em termos de lacunas legislativas, a lei deixou de lado questões fundamentais não apenas sobre seu funcionamento, mas em questões básicas e estruturantes como o direito de acesso aos bens naturais, em um país onde a guerra os consumia em velocidade recorde.

1.9 O fim da guerra e o novo país: a relação com a terra no cenário de paz

O cenário no final dos anos 1990, em Angola, era: mais de três milhões de pessoas deslocadas pelas duas guerras, um conflito desgastado e a renda econômica 80% dependente de um único produto de exportação. Em fevereiro de 2002, a Forças Armadas Angolanas (FAA) mataram Jonas Savimbi, e a guerra, já sem fôlego, chegou ao fim no mês de abril, com a dissolução das forças armadas do Unita. De modo geral, o cenário de paz aumentou consideravelmente a qualidade de vida em Angola. Segundo os indicadores de direitos humanos de Angola, foi possível notar melhorias nos aspectos relativos à vida, à terra, aos direitos civis e ao respeito às diversidades étnica e cultural (CARVALHO, 2019; BALL, 2017; LIBERATO, 2016).

A estabilidade deu impulso ao governo para aprovação de uma série de medidas sociais: o Programa de Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), que estava vinculado a acordos internacionais como a Agenda 21 das Nações Unidas, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (Nepad) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), cujo objetivo era o desenvolvimento econômico e social sustentável do país, visando à política que se nomeou de Reconciliação Nacional, implantada em todo o país. Ainda, a exportação do petróleo foi ascendente na primeira década após a guerra, atraindo investidores internacionais, fortalecendo a indústria local liderada pela estatal Sonangol e gerando recursos para os projetos públicos de reconstrução do país (QUEIROZ, 2016). No entanto, o projeto não se consolidou. O que se viu foi a materialização de uma elite econômica, de renda e privilégios cada vez mais distantes da população geral, composta por aqueles que ocupavam altos cargos na política ou nas empresas estrangeiras de petróleo ligadas à estatal angolana.

Apesar de um crescimento vertiginoso do PIB desde o fim da guerra civil (2002), duas décadas depois, Angola desponta como a segunda nação com maior desigualdade de renda no mundo (BANCO MUNDIAL, 2019). A população vive majoritariamente em condições de pobreza, com dificuldades de acesso às condições básicas, distante dos ideais traçados na proclamação da independência e “[...] das promessas de emancipação, de transformação das relações sociais, de igualdade entre os cidadãos e de valorização da mulher, bem como dos direitos consagrados na constituição angolana” (LIBERATO, 2016, p. 1.003).

O campo da agricultura não fugiu desse quadro. O crescimento econômico que o país vive desde o fim da guerra civil não reflete na segurança alimentar da população nem no uso sustentável

da terra. Com o fim da guerra, a produção agrícola passou a replicar o modelo exógeno do agronegócio, com a criação de grandes fazendas e empresas de maior escala, que, além da pressão negativa ao meio ambiente, marginalizam a agricultura familiar, ignorando o fato de que esta foi e é historicamente responsável pela maior parte da produção em Angola. A empresarialização da agricultura angolana conduziu a agricultura familiar para uma situação residual e não garantiu a transformação do camponês em assalariado nem a criação mínima de emprego (VENÂNCIO, 2004; PACHECO, 2012; COELHO).

[...] tal estratégia não tem fundamento, pois não só não está ancorada num diagnóstico realista, como é econômica, social, institucional, política, ecológica e eticamente insustentável. A terra torna-se, assim, condição indispensável para a segurança alimentar de cerca de metade da população angolana e o único activo válido para o aumento sustentável dos seus rendimentos e para a manutenção da estabilidade social. (PACHECO, 2012, p. 489)

Ainda sobre esse novo paradigma para a exploração agrícola, Venâncio (2004) destaca:

Prevalece a economia de mercado na sua versão mais liberal, em que, a par das grandes extensões de terra a produzirem bens exportáveis [...] Este modelo não está, porém, isento de fragilidades, que têm, sobretudo, a ver com a exploração de mão de obra, com os baixos preços pagos pelas grandes empresas pelas terras compradas, com a falta de condições de segurança no trabalho etc. [...] Este modelo reproduz, na sua essência, a política então encetada (do últimos anos do colonialismo). Prevalece a crença de uma modernização baseada na livre circulação do capital. (VENÂNCIO, 2004, p. 57)

O modelo agrícola implementado levou ao crescimento de concentração de terras para as elites e para empresários do agronegócio, assim como ao aumento das pressões fundiárias na população rural, que se via em condições injustas e similares às do fim do período colonial: sem acesso à terra, solos desgastados, presos a créditos e empréstimos para pacotes agromodernizantes e, em muitos casos, compelidos a entregar suas terras (PACHECO, 2012). Além da pressão do setor agrícola, outro fator agravava a situação fundiária da população rural: os deslocados pela guerra, sem oportunidades no meio urbano, começavam a voltar para o campo, encontrando outras famílias no solo que haviam deixado para trás. Um movimento que se dá até os dias de hoje.

No passado eram opções de guerra, então muita gente saiu da sua zona rural e veio para a cidade, e hoje já não se põe muito a questão da guerra, mas se põe muito essa questão da seca. Mesmo estando lá nas zonas não chove na aldeia, não há condições de cultivo, então a tendência é afastar e abrir essas zonas

das zonas urbanas. Mas como eu havia falado, a tendência é regressar porque muitos até hoje não conseguiram se adaptar a zonas urbanas por que estamos a falar de comunidades em que puxando lá nas suas zonas, nem tudo precisa ir ao supermercado, nem tudo precisa ter dinheiro para comprar e estando lá, basta ter sua terra, seu não sei o quê. Então do seu cultivo eles conseguem facilmente se alimentar. Aqui nas cidades eles encontram muita dificuldade porque tudo se compra, não tem nada e ninguém te dá nada de graça.

MALAVINDELE, entrevistado, Angola, 2020

O movimento de retorno havia começado antes do fim do conflito, quando as batalhas finais já sinalizavam um enfraquecer da guerra. Em 2000, o tema já se consolidava na agenda do governo como problema central, que, por meio do Conselho de Ministros de Angola, aprovou as Normas sobre o Reassentamento de Populações Deslocadas. O objetivo da lei era facilitar o retorno das populações às regiões de origem, garantindo acesso à terra, padrão mínimo de infraestrutura social e processo de reassentamento participativo. Cain (2014) analisa que tal medida foi notável, sendo pioneira, em Angola, na introdução do conceito de participação pública na agenda fundiária nacional e, mundialmente, a primeira a garantir em lei o direito de deslocados internos.

O retorno se intensificaria com o fim da guerra, resultando em um cenário de tensões rurais que lidava com um quebra-cabeça ainda mais complexo da questão agrária, devendo somar aos problemas já existentes a reintegração de combatentes e de uma população politicamente dividida. As tensões ganhavam força ao colocar no mesmo plano aqueles que ficaram em suas terras originais durante toda a guerra civil e os repatriados, sobretudo ex-soldados, que muitas vezes tinham sido responsáveis por roubos e agressões sofridas por aquelas mesmas comunidades. Somado a isso, os conflitos foram agravados por atores humanitários e cooperações internacionais, que, muitas vezes ignorantes da complexidade do tema e de acordo com seus mandatos particulares, favoreciam um grupo ou outro, não considerando que ambos eram igualmente vulneráveis (CAIN, 2014).

Muitas famílias rurais procuraram voltar para as terras que lhes haviam sido expropriadas e concedidas aos europeus durante o período colonial e às elites durante os anos de independência. Quando chegaram, encontraram ali resistência de fazendeiros e autoridades locais ou mesmo de famílias camponesas que trabalharam e sobreviveram nas terras de fazendas abandonadas pelos colonos. O governo, apesar de, no papel, ter criado um programa de reintegração, não tinha capacidade financeira ou técnica para implementá-lo de maneira efetiva. Segundo estimativa de 2004 do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), apenas 30% dos deslocados foram repatriados dentro das condições mínimas de infraestrutura previstas na lei. A população civil foi a maior responsável pelos custos do reassentamento, tendo

que utilizar seus próprios recursos para o processo e contar com a assistência das comunidades locais para o acolhimento (CAIN, 2014; EBO, 2013).

O cenário pedia reformas institucionais adequadas aos desafios econômicos que se impunham em quase todas as áreas, sobretudo na gestão de terras. A conjuntura do *boom* econômico e a expansão do agronegócio, somadas às tensões crescentes dos retornados, tornaram necessária a criação de um quadro legislativo que regulasse o setor fundiário rural e urbano e o acesso e uso dos bens naturais no país. Nesse contexto, em termos legais, foram aprovadas a Lei das Florestas, o Regulamento Geral de Concessão de Terrenos, a Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, a Lei das Águas, a Lei das Sementes, a Lei sobre os Biocombustíveis e a Lei de Terras, esta última crucial para o desenvolvimento da questão no país a partir dali. A Lei de Terras, criada em 2004, melhorou substancialmente a anterior e abria espaço para uma reforma agrária inclusiva e sustentável, mas a pouca participação da sociedade civil em seu desenvolvimento e elaboração, os interesses políticos e econômicos das elites e de organizações estrangeiras e a própria aplicabilidade legislativa viriam a ser grandes dificuldades a serem enfrentadas – ainda hoje sem soluções profundas (PAIN, 2004).

Sim, eu, eu acho que tem isso, eu acho que, se tem alguma coisa positiva que a lei da terra fez, foi exatamente dar visibilidade a esses conflitos e organizar o campo dos conflitos, entendeu? Ela ainda não chegou a ser um instrumento que pudesse minimamente regularizar, ela acabou sendo um instrumento de domínio de uma elite apenas, não de toda a população rural. Isso teve consequências, por exemplo, na legalização de muitas terras por parte de uma elite econômica, em prejuízo da população rural que não tinha domínio dos trâmites e do percurso para a legalização de terras. Acabou gerando problemas de latifúndio, de certa forma, né? Empresas e figuras públicas passaram a usar a lei como forma de se apropriar de terras que pertenciam às próprias populações rurais. Por outro lado, as entidades, eu não sei se era por despreparo ou de má fé... Por exemplo o certificado. O certificado é uma declaração de terra comunitária. Até 2006, eu não conhecia nenhuma comunidade que tinha conseguido. Está previsto na lei, mas que ninguém, nenhuma comunidade de fato tem algum documento qualquer da administração pública que pudesse afirmar que aquela terra era uma terra comunitária.

QUITARI, entrevistado, Angola, 2020

Pacheco (2012; 2005) lista alguns dos principais problemas da Lei de Terra de 2004. Para o autor, o primeiro tropeço foi em sua elaboração, que, além de não contar com suficiente participação popular, não foi fundamentada de modo multi e interdisciplinar, não considerando a realidade social existente nem levando em conta as experiências do passado angolano ou as experiências legislativas de erros e acertos de outros países africanos. Sobre a lei em si, destaca a existência de indefinições sobre pontos importantes, sobretudo quanto aos procedimentos para o

reconhecimento dos direitos costumeiros e aos órgãos responsáveis pela delimitação e concessão de títulos para as terras comunitárias.

O Estado é percebido de forma contraditória pelas comunidades rurais. Por um lado, ainda é visto como um prolongamento do estado colonial no que respeita aos aspectos repressivos, apesar das diferenças de poder e de capacidade, e no que tange à distância física e estrutural. Mas por outro lado é encarado como uma entidade paternal que as pessoas procuram e à qual se submetem para solução dos seus problemas, apesar da sua incapacidade profusamente demonstrada. As instituições da Administração Local do Estado são muito frágeis em termos de capacidades e de recursos e não conseguem ter um relacionamento com as comunidades que não seja a definição de “orientações” para serem cumpridas. O poder de Estado não sabe, mesmo que quisesse, negociar com as comunidades. (PACHECO, 2019, p. 559)

Em um contexto mais amplo, sobre a própria aplicabilidade da lei, Pacheco (2012) faz ressalvas sobre a condição de acesso do povo angolano a tal lei ou às instituições por ela responsáveis, uma vez que grande parte dos cidadãos está em situação de informalidade, além da generalizada falta de informação sobre a questão da terra, assim como de outros processos políticos do país. Destaca também que, mesmo para aqueles que têm acesso a essa informação, faltam recursos financeiros para os custos envolvidos no processo, que não é simples nem de curta duração. Tal fragilidade não foi prevista pelo Estado. Por fim, aponta a falta de capacidade institucional do Estado para se organizar e implementar a lei e as demandas que com ela surgiram.

No que diz respeito às populações, a questão das terras comunitárias é que a própria lei acabou por evocar alguns atores, alguns agentes decisórios que na verdade não estavam preparados, como por exemplo, as próprias instituições do Estado que deveriam regular a matéria. Não estão, em alguns casos, tecnicamente preparados para o efeito. As próprias definições que nós utilizamos na Lei de terra em alguns casos não se aplicam à realidade, a própria definição de terra ser uma terra comunitária é uma definição muito genérica. É uma linguagem um pouco mais universal que em muitas realidades em Angola não se compreende, não se aplica [...] A definição que é na prática as terras comunitárias têm uma diversidade de formas, e a lei não admite e não prevê essa diversidade, né? Ou seja, aquilo que a gente chama de terra comunitária, a lei, na prática são diferentes tipologias de terra, diferentes tipologias de posse, diferentes tipologias de gestão, uma série de coisas que a lei acaba por não dar conta [...] Também falharam por que são pessoas que em alguns casos com a autoridade questionada, são pessoas em alguns casos ligadas a interesses vários. [...] A lei da terra ela fez surgir uma série de problemas do que propriamente soluções, ela veio com uma intenção de solucionar o problema, mas acabou na calada por levantar diferentes pequenos problemas como por exemplo a tipologia do que é uma terra comunitária. A definição da lei tá lá, mas na prática elas são muito diferentes.
QUITARI, entrevistado, Angola, 2020

A lei falha em sanar a insegurança das comunidades em matéria fundiária, ao mesmo tempo em que a concessão de títulos para o agronegócio segue com menores dificuldades, com o governo

a incentivar a agricultura patronal de larga escala, que, por sua vez, pressiona e vulnerabiliza a população rural, que se vê, no século XXI, retornar a uma posição fundiária injusta. Desde então, a lei tem sido debatida e revisada, inclusive em 2020, mas ainda sem um efeito prático positivo que mudasse o cenário fundiário e agrário em Angola.

A lei de terra é o grande regulador dos conflitos de terra na Angola. Eu penso que a regularização ela acabou não funcionando, mas ela acabou por organizar o campo de conflito da terra, acabou por situar os agentes, os atores que deveriam estar envolvidos na questão da terra. É como se, digamos assim, acabou por não ser um juiz, mas digamos que um organizador. O único aspecto que eu acho que ainda permanece, que ficou como resultado da Lei de Terra para mim foi isso. Foi que ela conseguiu mapear, conseguiu dar nome aos atores que se envolvem na questão da terra. Nesse caso particularmente, as comunidades rurais só são um dos atores, que fazem parte desse jogo, mas em termo de funcionalidade, naquilo que era, sua tentativa de regularizar não funcionou. Tanto que ela está sobre revisão agora na Assembleia Nacional.

QUITARI, entrevistado, Angola, 2020

Incentivo de *commodities*, redução do trabalho agrícola, destruição da base ecológica e das condições de existência social das sociedades camponesas, pressão do capital financeiro internacional – o cenário é parecido com a de 1961, quando os terrenos de 2ª Classe foram criados. Em 2012, a área cedida para o setor patronal ultrapassou os 4,5 milhões do tempo colonial. Diferente de então, um agravante, apenas 1% desse território é aproveitado (QUITARI, 2015; PACHECO, 2012). Na estimativa de Pacheco (2012), a partir de 2011, o Estado angolano gastou 1,5 mil milhões de dólares em cerca de duas dezenas de empresas agroindustriais públicas: sem cálculos de risco social ou ambiental e sem embasamento ou estudos técnicos e econômicos comprovando que era esse o melhor caminho (PACHECO, 2019).

Além da pressão sobre a terra arável e outros recursos naturais, os danos ambientais pelo uso intenso de agrotóxicos, é necessário ressaltar que a especialização produtiva e a produção de *commodities* agrícola aos quais está vocacionada esta grande agricultura, pode ser incapaz de combater a fome salvo uma inversão contra as forças do mercado. Em geral, a produção de *commodities* responde antes a uma demanda do mercado internacional, muitas vezes, sobrepondo-se à vontade política. (QUITARI, 2015, p. 253)

Soma-se à ameaça à soberania alimentar uma série de conflitos e agressões vividos pelas comunidades rurais. Pain (2014) destaca que o mais comum são os conflitos no sistema agrícola-rural entre as comunidades e o setor privado, os chamados fazendeiros. No entanto, ressalta uma série de assédio-agressões às comunidades, por uma tendência de “criminalização” da população,

que construiu ou ocupou lugares considerados impróprios, mesmo que com permissão da administração pública. Ainda, além do déficit da avaliação do impacto ambiental do setor agropecuário na vida social dessas comunidades, evidencia as agressões simbólicas contra seus bens culturais. A fragilidade das comunidades rurais se coloca ainda como ferida aberta.

Os autores aqui referenciados têm uma visão em comum. O modelo atual que favorece o capital e o agronegócio tende à despersonalização e vai no caminho contrário da soberania alimentar, seja no curto prazo por inviabilizar a produção, seja no longo prazo por inviabilizar o solo e seu uso. Só é possível um caminho pela via da participação cidadã dessas comunidades, com valorização da agricultura familiar, da diversidade agrícola e do equilíbrio ecológico, para além da perspectiva técnica, mas também cultural, para que seja possível se falar em autonomia (QUITARI, 2015). No entanto, qualquer uma dessas questões passa pelo acesso regularizado de terras, no sentido prático, e pelo direito de pertencer, no sentido cultural – uma vez que terra e identidade são duas faces da mesma moeda, foco do estudo a partir daqui.

A legislação nacional, sua fragilidade ou falta de sua implementação não apenas repercutem no contexto do Sul de Angola, mas encontram ali um campo mais fértil de colisão cultural e social, em especial nas áreas de transumância no Sul do país ou para as populações San do Sudoeste, como veremos no capítulo a seguir. Ao retomar brevemente a história de Angola, desde os primeiros contatos com os europeus até os dias de hoje, e tentar analisar onde se situam as questões ambientais e fundiárias, tive como objetivo demonstrar que há uma ruptura entre o que é “importado” e o que é “natural”. Essa descontinuidade, trazida pela colonização e perpetuada durante e após as guerras angolanas, que se dá no campo social e histórico, também transpassa e atinge o campo das percepções – sejam elas sobre o ambiente, sejam elas sobre a terra. Como vimos ao longo deste capítulo, tanto nas análises de especialistas quanto nas vozes dos entrevistados, essa rachadura está presente de modo mais acentuado na região Sul do país, mas se espalha como um todo no território angolano.

Se o objetivo é traçar um caminho de compreensão sobre o desencontro de percepções sobre os temas ambientais e fundiários no Ocidente (ou então Norte Global) e no Sul de Angola (ou mesmo, como percebemos, espalhado pelo universo sincrético do país), entendi que seria imprescindível para este capítulo inicial de contextualização trazer o histórico colonial de expropriação de terra e de indiferenciado desrespeito ao entendimento telúrico da região; o histórico da guerra de independência que levou ao campo não só o conflito vivo e pressões inéditas

do uso da terra, como fez dele seu palco de guerra e suas populações peões no caminho; o histórico da guerra civil que nasceu, viveu e morreu da exploração – e apropriação por poucos – dos bens naturais do país e das migrações forçadas das massas, refletindo no seu rompimento histórico com seus territórios; e, por fim, o histórico das legislações de terra atuais, que se mostram expostas de fragilidades quanto a suas reais capacidades de implementação e, muitas vezes, continuam a reproduzir conceitos fundiários e ambientais – e agrícolas – sem aderência da vivência cultural de suas populações.

Tive também como intenção neste capítulo dar base para a ideia central do próximo sobre a ligação intrínseca entre **meio ambiente e terra** e **cultura e identidade**. Vimos aqui que, ao falar das questões ambientais e fundiárias, foram e são as rupturas culturais e identitárias (entre aquilo que é infligido, imposto e externo e aquilo que é autêntico) que pontuam os momentos históricos descritos e despontam como causa e consequência, seja de um distanciamento maior das realidades e percepções, seja de um processo de maior e mais perdurante resiliência. É nesse ponto que o Sul de Angola, com sua posição insular e a imensa variedade cultural de seus povos, é gatilho e realce recorrente, não escapando, no entanto, de estar inserido no contexto maior do território angolano. Partindo desse enquadramento inicial, intenciono demonstrar como as percepções e compreensões sobre o tema no país e, quando possível, no Sul de Angola estão localizadas em um jogo global maior de confluência de poderes que incidem diretamente no campo epistêmico, para o qual utilizarei duas lentes de análise: a crítica pós-colonial e a ecologia política, buscando entender os pontos de convergência entre ambas.

2 A crítica pós-colonial como ponte para o entendimento de meio ambiente em Angola

Neste capítulo, pretendo analisar como a chamada crítica pós-colonial pode ajudar a distinguir as nuances de interpretação sobre meio ambiente das sociedades que compõem o sistema-mundo hoje, em particular no contexto angolano. Tentarei demonstrar como tais interpretações foram formadas ao longo de uma história global de colonização e dominação do Norte sobre o Sul, não apenas econômica e cultural, mas também ambiental. Creio que essas análises abrirão para o meu objeto de estudo – os olhares angolanos sobre os conceitos de meio ambiente e terra no Sul do país – caminhos mais diretos na sua compreensão no âmbito geral da formulação da temática. Aqui, tenciono percorrer as principais vozes e considerações do campo para entender como essa relação tem sido debatida pelo e para o continente africano e, mais precisamente, Angola – sobretudo quando analisada pelo viés da terra e do impacto sobre ela e sobre as populações que dela dependem. Nas próximas páginas, usando autores decoloniais, pós-coloniais, pensadores do Sul Global,⁵ procuro olhar para o todo da agenda ambiental internacional ocidental para inferir sobre o micro de uma agenda ambiental nacional angolana marcada por forte diversidade cultural e hibridismo de valores.

Com essa lente, a questão central será entender como são absorvidas e emanadas tais noções em um país que é campo de grandes riquezas naturais, frente de batalha para a questão climática e ambiental e que foi palco de um longo conflito de guerra civil que devastou o ecossistema local e afetou a forma de seus povos de se relacionar e perceber a natureza. O fortalecimento global das narrativas de meio ambiente e sustentabilidade são, se comparados à extensão histórica de Angola, relativamente novos. Nesse sentido, o processo de ocupação e uso da terra – de práticas econômicas devastadoras de florestas, solos e faunas locais, desde os primeiros contatos com os europeus até os dias de hoje –, apresentado no capítulo anterior, nos guiará no entendimento de como foram

⁵ O conceito de Sul Global, do modo como é posicionado por Gupta *et al.* (2018, p.3-7), é menos um paradigma transnacional ou um espaço geográfico e mais uma agência, que permite que antigas e novas formas de liberdade cultural se expressem por meio de uma miríade de meios e plataformas contra estruturas de poder, sejam elas nacionais ou internacionais. Seu potencial está na exposição e visibilidade dos atritos que compõem o drama global de liberdade (ou da falta dela) e a mobilização insurgente pela descolonização, no enfrentar a memorialização racializada da história, no debate da relação entre colonialismo e ciência e, sobretudo, na conscientização sobre a meia-vida da modernidade e de seu projeto de controle (das terras, dos povos e da natureza).

germinadas as diferentes percepções sobre a degradação ecossistêmica e de como esses entendimentos estão ligados ao projeto geopolítico global da modernidade.

Com a alta do tema na agenda global, Angola se comprometeu em suas diretrizes como ator na busca de um mundo mais equilibrado, assinando diversos acordos internacionais ambientais, como a Agenda 2030 do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes e Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas – Protocolo de Kyoto (MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ANGOLA, 2019).

Conforme destaca Moseley (2004), Eboko (2005) e Toko (2008), atores globais e elites locais criaram uma complexa agenda de programas e políticas ambientais de desenvolvimento impulsionados por discursos sobre desenvolvimento sustentável, degradação ambiental induzida pela pobreza, desertificação, desmatamento e reforço da eficácia das organizações internacionais e das organizações não governamentais internacionais, que influenciam diretamente estratégias de gestão dos bens ambientais, conflitos regionais, políticas dos estados e interesses corporativos. Nas democracias africanas, as políticas públicas tendem a se tornar políticas de desenvolvimento, que são nascidas de outros setores, como as relações internacionais, e de políticas de cooperação. No entanto, os povos africanos são pouco envolvidos ou periféricos nas discussões, sempre muito ligados às consultorias pontuais, o que faz que a implementação das políticas de desenvolvimento gere conflitos com as realidades sociais pela distância entre os “pesquisadores presentes do terreno africano” e as dinâmicas sociais locais.

É importante refletir o seguinte: as populações aqui estão um pouco cansadas de pessoas que vem sempre perguntar e entrar nessa discussão, e diferentemente do conceito, do entendimento do conceito ser semelhante ou não entre os pesquisadores, a sociedade civil, o governo, os consultores e as comunidades, mas de uma maneira geral, sempre que aparece alguém, há uma expectativa, e essa expectativa depois é curada porque há muita conversa, mas pouca ação, de uma forma geral. Não é que não haja projetos que sejam aproveitados e que façam a diferença, mas de uma forma geral, dependendo do tipo de comunidades e de quantas vezes eles já foram visitados há essa questão.

RUSSO, entrevistado, Angola, março de 2020

A conexão entre os conceitos globais e as políticas e práticas ambientais africanas tem sido um forte elemento da pesquisa de ecologia política para esse continente desde meados da década de 1990 (MOSELEY, 2004) e servirá para embasar e situar o valor da compreensão local em um

mundo globalizado caracterizado pela disputa de narrativas. O conceito de desenvolvimento sustentável, por exemplo, considerado progenitor do campo moderno do meio ambiente e do desenvolvimento, se revela, como veremos com mais detalhes, uma metanarrativa envolvida pela agenda neoliberal global, privilegiando uma visão nortista e dominante, com forte contradição entre dois de seus principais objetivos: o desenvolvimento econômico *laissez-faire* e a sustentabilidade ambiental, considerados, na visão empírica de muitos governos africanos, duas práticas incompatíveis e concorrentes (LOGAN, 2004; MOSELEY, 2004). Cabe questionar quais são os conceitos ambientais e políticos mais apropriados para a compreensão dos efeitos sociais da transformação ecológica em Angola e se tais conceitos se traduzem ou não no dia a dia do cidadão angolano e se encontram eco em suas realidades, sobretudo daqueles expostos às condições climáticas extremas no Sul do país.

Será aqui problematizada a justaposição enviesada das epistemologias ocidentais dos conceitos e convenções internacionais com o campo ambiental e fundiário no contexto de Angola. Veremos como o entendimento e a compreensão desses conceitos ganham distanciamento maior entre interpretações locais e internacionais na região Sul de Angola, expondo tensa negociação identitária e apagamento das vozes do Sul Global, silenciadas e desautorizadas epistemicamente pelo Norte. Na região, a conversa sai do plano diplomático para afetar diretamente e de maneira drástica os povos que ali habitam, sobretudo aqueles que dependem e vivem dos serviços ecossistêmicos, fontes primárias de recursos e de subsistência. Nesse cenário, interessa a multiplicidade do próprio entendimento do significado de “meio ambiente” e “terra” no país, que é o tema central das dez entrevistas com cidadãos angolanos que dão as cores para as reflexões aqui abordadas e mostram que há variação entre a compreensão dos que formulam as promessas de políticas públicas baseadas em tais acordos e, do outro lado do espectro, do que é concebido por aqueles que vivem do e para tal ambiente e veem nas pequenas alterações deste necessidades de mudanças radicais de estilos de vida e, nas grandes alterações anunciadas, sua própria existência ameaçada.

Eu acredito que hoje existe uma interação entre o homem e o meio ambiente. Em tempos passados os povos primitivos associavam a natureza como sinônimo de Deus. A visão mais recente é de que há uma interdependência entre homem e natureza. Agora é bem verdade que há uma manipulação ambiental no tempo e no espaço, que deu origem a um desequilíbrio ecológico e os motivos são vários. Desde o anseio de bem-estar, segurança e até de buscar por lucros. E hoje a preocupação com a preservação ambiental realmente tem se acentuado e hoje é necessário que as pessoas tomem consciência sobre as consequências da falta de adoção de ações públicas que promovam a preservação da dignidade da pessoa humana e a preservação também da biodiversidade.

DOMINGO, entrevistado, Angola, março de 2020

2.1 História ambiental: por onde andou o meio ambiente?

Embora tenha muitas faces de intersecção em comum, o olhar para o meio ambiente por parte das disciplinas de história ainda não é preceito, tampouco de um pensamento teórico crítico. Apesar de um maior esforço recente no caminho contrário por alguns autores, de modo geral, ainda há forte lente dicotômica entre humanidade e meio ambiente. Chakrabarty (2009) destaca a relação do campo com o desastre climático e afirma que só será possível entender a discussão e a relação entre história e clima se imaginarmos um futuro apocalíptico sem o “nós”. No entanto, este é um pensamento longo da humanidade, e a falta dessa prática revela a soberba dessa em se entender imortal. Para o autor, o que já está provado sobre as mudanças do clima desafia não apenas a ideia que se sustenta das disciplinas históricas, mas também a análise dos estudos pós-coloniais, subalternos e pós-imperiais em resposta ao cenário pós-guerra de descolonização e globalização. Nos últimos 30 anos, o olhar sobre esses temas correu em paralelo às discussões sobre mudança do clima, sem ver seus caminhos cruzarem:

I realized that all my readings in theories of globalization, Marxist analysis of capital, subaltern studies, and postcolonial criticism over the last twenty-five years, while enormously useful in studying globalization, had not really prepared me for making sense of this planetary conjuncture within which humanity finds itself today. (CHAKRABARTY, 2009, p.199)

O que o teórico indiano afirma sobre a questão climática pode ser estendido para a história ambiental como um todo. De modo geral, a partir da Modernidade Europeia, o surgimento das disciplinas, como a filosofia e a história, tencionadas por serem ciências, é profundamente influenciado pelos métodos das ciências, chamadas, exatas. Por isso mesmo, herdaram a divisão entre a história humana e a história natural, às vezes negando que a natureza possa sequer ter história do mesmo modo que os homens e as mulheres. Tais campos, na verdade, nasceram apoiados nessa dicotomia, reforçando, de modo geral, o contraste entre humanidade e natureza, fruto direto do pensamento moderno da ideia de cultura x natureza. Ao separar o humano como um ser não pertencente à natureza, mas, sim, acima dela, com base na noção de civilização, dá-se origem às hierarquias entre as pessoas e os espaços no mundo e constrói-se um local do alguém superior especial civilizado da modernidade europeia. Esta trouxe termos como “primitivos”, “selvagens”, “indígenas”, “bárbaros” como os seres inferiores que se colocavam em pé de igualdade com a natureza ou dominados por ela, não “criavam cultura” e não se organizavam como

civilização. A própria palavra *environment*, que significa “meio ambiente” em inglês evidencia a contraposição: *environment* significa aquilo que está no entorno, colocando a humanidade como centro e o restante como o espaço que o circunscreve.

Mas, quando, como eu dizia anteriormente, nas primeiras partes de que, quanto mais informada essa população, esta pessoa é, melhor consegue discernir as coisas. Quão menos informada, então mais genérica é, mais confusa é. Nas minhas entrevistas ou nos meus trabalhos, junto às comunidades, eu acho que tenho notado esse aspecto inconsciente. É por isso, que as pessoas, por exemplo, em Angola, dizem que o governo vai tirar o lixo. As pessoas não dizem que nós, como povo, vamos tirar o lixo. O povo suja, o povo estraga e espera o governo. E nós agora falamos, mas quem é o governo? O governo é você. Não existe governo sem população. Então, aí conseguimos fazer uma leitura que ainda existe um problema de separação ou de associar à pessoa humana conscientemente ao elemento de base, exatamente, do meio ambiente.

PEMBELE, entrevistado, Angola, março de 2020

Olha, minha experiência, em primeiro lugar aquilo que nós, muitas pessoas, aquilo que no mundo ocidental, entende por meio ambiente, é um conceito que está pouco enraizado nas comunidades locais, porque aqui estão muito mais... ambiente é tudo aquilo que lhes cruza a vida, porque vivem de uma forma muito mais, estão muito mais ligados diretamente ao ambiente e não veem com a mesma forma, que é algo que tem que ser produzido, que tem que ser conservado. Para eles é uma coisa natural, do ponto de vista totalitário de utilização, por isso não sei se vai conseguir, se existe mesmo essa... não existe no mesmo sentido em que existe por exemplo na Europa ou na América”.

PINTO, entrevistado, Angola, março de 2020

Baptista (2013), ao estudar a relação entre as pessoas e o meio ambiente na região do vale de Cusseque, no Sul de Angola, adiciona a questão da terra como parte mandatória no entendimento da crise ambiental de hoje. Baseado em evidências etnográficas, o autor fala sobre uma diferença significativa entre o “uso da terra” (que traria embutido essa relação dualista) e o “aproveitamento” da terra, que entende que as provisões que a natureza pode gerar devem fazer parte desse existir conjunto e dessa convivência social entre humanidade e natureza (BAPTISTA, 2013, p. 394). Para o autor, a literatura relacionada ao “uso da terra” a enxerga exclusivamente como um meio de intervenção humana, ao contrário do que observou em Cusseque, onde a terra é valorizada por seus “atributos auto-organizacionais”, que existiriam sem a intervenção humana, e onde a indisciplina da terra é valorizada como um meio de prover nosso sustento. Ali, o modelo é fundamento na indefinição das fronteiras entre as áreas humanas e naturais e, assim, mais ajustado às condições do equilíbrio necessário para o existir social.

Santos, Menezes e Nunes (2004, p. 26 a 29), ressaltam que a noção de natureza foi construída como algo exterior à sociedade, obedecendo às exigências de um sistema econômico mundial baseado na exploração intensiva dos bens naturais: “Se o selvagem é, por excelência, o

lugar da inferioridade, a natureza é, por excelência o lugar da exterioridade. Mas, como o que é exterior não pertence e o que não pertence não é reconhecido como igual, o lugar de exterioridade é também um lugar de inferioridade”. Assim, dar à natureza esse lugar do Outro, do selvagem e do que deve ser domesticado, é um modo de convertê-la em um recurso natural a ser explorado até a exaustão. Ortega Santos e Olivieri (2017) destacam que essa não é uma visão de mundo restrita ao século XX ou ao século XXI, mas um legado da modernidade europeia do início do colonialismo e da expansão europeia para outras regiões do mundo, que desestruturou as formas de gestão dos povos nativos e forçou a implementação da lógica extrativista de alto impacto e a mercantilização da natureza, transformando os seus bens em *commodities* e dando início ao imperialismo ecológico que impera até os dias de hoje.

A História Ecológica é a história da capitalização (justificada pelo Norte Global) da natureza, de sua conversão em um reservatório de matéria e energia apropriada por indivíduos e / ou sociedades, a fim de manter os níveis de produção e consumo de modelo capitalista. A natureza se converteu à disciplina dos mercados. (ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017, p. 39)

Conforme nosso conhecimento sobre desastres ambientais aumenta, alguns autores têm sentido a necessidade de revisitar e explicar a história do ponto de vista ambiental. Chakrabarty (2009) faz uma análise das teorias do campo da história sobre o tema e sobre como os estudiosos procuraram se aproximar ou distanciar dessa dicotomia nos últimos dois séculos. Do século XIX, destaca dois autores. O primeiro, Collingwood, reforçava que, para o viés histórico da disciplina, a parte natural da humanidade não interessa, uma vez que o historiador não está interessado nos hábitos que satisfazem os apetites naturais das pessoas, mas nos costumes sociais por essas criados. Interessa somente a história da construção social do corpo, não a história do corpo como tal. Ao dividir o pessoa em sua face natural e sua face social/cultural, o autor não via necessidade da junção dos polos. O segundo destaque é a análise de Croce de que a história não é uma ciência e que, portanto, a história é radicalmente diferente da natureza. O autor não pretende fazer uma separação axiomática dos mundos; pelo contrário, para ele, o conceito de ciências naturais é uma construção humana feita para propósitos humanos. O existir ou não existir da ciência é apenas uma criação da humanidade e só faz sentido no contexto de suas preocupações. O que existe além disso “não existe” porque não tem nenhum sentido significativo para a humanidade. E conclui: “Quando observamos a natureza, encontramos apenas a nós mesmos”.

Do século XX, Chakrabarty (2009) traz uma passagem de Stalin, de 1938, na publicação *Dialectical and Historical Materialism*, como uma boa captura da visão europeia e da marxista ocidental sobre como o meio ambiente foi visto e qual foi o seu papel para o entendimento da humanidade e de sua história. Na passagem, Stalin não nega a importância da natureza, mas reforça que as condições geográficas não mudaram nada ou mudaram de forma insignificante em face do período histórico dos homens nos últimos 3.000 anos. Por essa razão, reserva ao ambiente um lugar de pouca centralidade na análise histórica. A avaliação de Chakrabarty (2009) sobre o trecho é o entendimento de que, apesar da humanidade ter mudado o meio ambiente ao longo desse percurso, mudou tão lentamente que tornou a história de sua relação com seu ambiente quase atemporal e, portanto, não seria assunto historiográfico. O meio ambiente seria, assim, um pano de fundo silencioso e passivo para as narrativas históricas da humanidade.

Para Ortega Santos e Olivieri (2017, p. 32), a história ambiental é contada pela perspectiva de que o meio ambiente é visto como um recurso e objeto de apropriação antrópica. Fazem parte dessa visão eurocêntrica tanto a concepção idílica e estetizante do mundo natural, apresentando-o como um lugar desprovido de saberes e de seres que o habitam de forma ativa e produtiva, quanto a concepção do rural como lugar secundário para o “desenvolvimento”. Para os autores, na esfera historiográfica, a história ecológica – apesar de emergir como uma nova proposta metodológica e alternativa ao discurso hegemônico para ler a história por lentes contra-hegemônicas – é muitas vezes feita de modo frustrado – como veremos adiante sobre o próprio Chakrabarty. Mesmo na procura de serem subversivas, cada uma ao seu modo, as visões ocidentais, salvo exceções, continuaram presas a olhares eurocêntricos ou da capitalização do meio ambiente.

A primeira guinada que veremos sobre esse olhar, apesar de não deixar de objetificar a natureza, a retira do lugar de indiferença e passividade. Quando o quebra-cabeça do desenvolvimento começou a ser montado, percebeu-se que os problemas enfrentados pelos países não eram peças desconexas, mas, sim, de escala mundial (SILVA; CORRAL, 2017). É possível afirmar que, no campo das ciências sociais e humanas, sobretudo nas últimas quatro décadas, houve uma mudança importante no discurso. Nasceram as noções de sustentabilidade que passaram a ser debatidas em convenções internacionais, como a Conferência da Biosfera da Unesco, em 1968, e a Conferência de Washington, de 1968, sobre os Aspectos Ecológicos do Desenvolvimento Internacional. O conceito, hoje dominante na agenda internacional, de desenvolvimento sustentável, nasceu em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano,

conhecida como Conferência de Estocolmo, organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que colocou pela primeira vez na agenda de todos os países-membros das Nações Unidas a questão ambiental. Apesar de o meio ambiente sempre ter sido essencial para a sobrevivência humana, foi nesse evento que as preocupações com um mundo e um estilo de vida mais sustentável ganharam dimensões internacionais.

Em 1987, no lançamento do *Relatório Brundtland: Nosso futuro comum*, preparado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, se formalizou a ideia de desenvolvimento sustentável, definido como conceito sistêmico que incorpora os aspectos de um sistema de consumo em massa, mas no qual a preocupação com a natureza, via de extração de matéria-prima para suprir esse consumo, é máxima (CMMD, 1991). O conceito ganhou progressivamente mais força a partir de uma reunião da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), de 1986, que contribuiu para as bases do *Relatório Brundtland* (1987), na Conferência do Rio (1992), na Conferência de Kyoto (1997), na Conferência de Johannesburgo (2002) e na Rio+20 (2012).

Embora o meio ambiente seja trazido para o debate global nesse período, duas ressalvas são importantes. A primeira é de que, de modo geral, apenas uma parte estreita da população passou a discuti-lo de modo sistemático, e uma parcela menor ainda incorpora os valores anunciados. A segunda ressalva é de que, dentro da miríade do cardápio de conceitos socioambientais debatidos, o principal e mais aceito pelos Estados-nação contemporâneos, de “desenvolvimento sustentável”, traz embutida a mesma dicotomia entre humanidade e natureza, enxergando-a como um recurso para o consumo de massa (mesmo que controlado). Ao não abrir mão da áxis do desenvolvimento, ignora que o sistema atual capitalista enfrentará os limites ecológicos do planeta para sua própria existência.

O fato de que a principal agenda internacional de meio ambiente seja guiada pelo “desenvolvimento sustentável” escancara determinadas estruturas de dominação. Na indústria da cooperação internacional, assim como nas discussões sobre desenvolvimento, usa-se o discurso socioambiental para validação de políticas e programas e para legitimação da presença de agências e organizações internacionais no Sul Global, ao mesmo tempo em que se conduzem projetos de estruturas de poder verticalizadas sem a participação dos “beneficiários” – que só aprofundam a pobreza da população e colaboram com a destruição do meio ambiente. Nessa agenda global, o meio ambiente do Sul é tido como patrimônio global, que deve ser protegido por todos, lei que, no

entanto, não é aplicada com o mesmo rigor quando se trata dos “recursos naturais” dos países do Norte. O conceito de epistemicídio, explorado por Grosfoguel (2016) e Santos (2010), pode ser utilizado para discutir o próprio conceito de sustentabilidade e como o ignorar das epistemologias do Sul afetaram e continuam afetando e intensificando a agressão à natureza do Norte sobre o Sul, não apenas no contexto de mercado, como no próprio contexto da cooperação internacional.

Nesse desencontro, os estudos pós-coloniais podem trazer uma visão crítica e contundente sobre um modelo possível de produção e valorização de conhecimentos e para uma relação orgânica entre pessoas e meio ambiente. Os autores pós-coloniais e decoloniais olham para a história da construção e da desconstrução do conhecimento e analisam as violências do colonialismo e suas consequências para as sociedades contemporâneas, sobretudo as do Sul Global, que foram marcadas pela violência da ocupação sistemática de seus territórios, como a escravização e sua resultante racialização de pessoas, grupos e lugares. Na relação com a terra, o meio ambiente e seus bens comuns, a exploração desmedida se repete, e o sistema-mundo como hoje está estruturado, com suas múltiplas estruturas de dominação econômica, política, pedagógica, religiosa, de gênero etc., também se impõe nas questões ambientais, consagrando a colonização da natureza (ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017).

Nos últimos 15 anos, esse entroncamento começou a ficar mais nítido. Com o agravamento da mudança climática, a destruição ascendente da biodiversidade, o esgotamento dos bens comuns naturais e o aumento do risco iminente para a própria sobrevivência da espécie humana, a questão ambiental não só tem chamado cada vez mais atenção mundial, como o modelo econômico atual tem sido ascendentemente (embora ainda pouco) questionado. Waldman (2019, p. 2) define que o ritmo sem precedentes de consumo de *commodities*, a utilização dos insumos planetários e a acumulação cada vez mais rápida de capital é uma questão chave da “encruzilhada civilizatória da modernidade”, que viola qualquer princípio elementar do que tem sido definido como sustentabilidade.

Na África, o desenvolvimento sustentável e outras propostas conceituais do âmbito da agenda internacional têm implicações concretas. O desenvolvimento sustentável, como conceito ambiental mais influente no discurso da globalização, prescreve e legitima uma ideologia, sendo mais um mecanismo de dominação intelectual e política naquele continente do que um instrumento de redução da pobreza ou um projeto de sustentabilidade (LOGAN; MOSELEY, 2004; LOGAN, 2004). Promove uma aliança entre movimentos ambientais e democráticos globais com o

movimento neoliberal de livre mercado e é usado como referência para a alocação de fundos em determinados projetos e programas de base e locais que sigam sua lógica, sobretudo aqueles frutos de tratados internacionais e de ajuda financeira bilateral e multilateral para projetos ambientais.

A ideia passa a dar o tom e comandar a lógica da práxis de desenvolvimento no continente. Para Logan (2004, p. 18): “Nessa função, se tornou o barômetro pelo qual a maioria das prescrições de políticas em gestão de recursos, democratização, emancipação da comunidade, redução da pobreza e direitos humanos são julgados”. A metanarrativa, disseminada por academia, mídia e instituições, se tornou um guarda-chuva para as abordagens de combate à pobreza, gestão dos bens naturais (chamados por tais programas de “recursos”), combate às queimadas, gestão de territórios, entre outros. Na verdade, o discurso evita discussões sobre políticas de poder e procurar analisar microsituações locais e regionais e desviar o olhar para os contextos internacionais e macropolíticos, ignorando que as questões ambientais locais não existem como uma bolha, mas estão intimamente ligadas às economias políticas nacionais, regionais e globais.

O discurso do desenvolvimento sustentável contorna as análises de economia política fazendo uma suposição implícita de que a devolução do poder político (mudança democrática) e um regime de mercado aberto no nível nacional são condições suficientes para melhorar os padrões de vida no nível local. Infelizmente, nem o desenvolvimento liderado pelo mercado, nem a franquia de uma pessoa e um voto, se mostraram úteis para eliminar as estruturas e instituições que marginalizam as comunidades locais e as deixam à mercê das vicissitudes ambientais. (LOGAN; MOSELEY, 2004, p. 3)

Enquanto nos grandes programas e projetos de desenvolvimento sustentável a pobreza e o crescimento populacional são vistos como grandes vilões ambientais, a análise crítica da ecologia política para África examina os pontos cegos desse discurso, colocando uma lente na relação íntima entre problemas políticos e problemas ecológicos, entendendo que a pobreza é um sintoma da degradação ambiental africana, e não uma causa. Tal sintoma seria fruto do desequilíbrio estrutural e de irregularidades nocivas nas transferências de bens locais e internacionais, marcados por diferenças de poder entre países ricos e pobres, cujo objetivo é manter a hegemonia global, e não achar uma solução para o dilema da pobreza no continente (LOGAN, 2004).

De uns tempos pra cá constitui-se uma questão de debate né, o meio ambiente tornou-se uma questão politicamente importante, sobre a qual existem diferentes posições, mais pro lado positivo tanto pro lado mais pessimista ou negativo, ou seja, ela passa a ser uma questão política a partir do momento em que há posicionamento políticos relativamente à questão do meio ambiente, à questão da sustentabilidade ambiental. A partir do momento que ele posta na agenda como algo que devesse ser discutido e analisado

por governos, estados, e sociedade civil, eu penso que ele passa a ter um caráter político, uma dimensão política e é nesse caminho que eu faço referência.
QUITARI, entrevistado, Angola, março de 2020

Mesmo quando bem-intencionados, argumenta-se que falta coragem aos programas e às políticas de desenvolvimento sustentável para endereçar na prática o cerne dos problemas, os quais estão, em teoria, destinados a combater. A desigualdade comercial, o desequilíbrio de poder político e a transferência homogeneizante de práticas e soluções continuam a ser realidades marginalizadas ou ignoradas. Isso faz que tais programas, ao tentar implementar projetos de desenvolvimento sustentável e de combate à pobreza, sem refletir ou inferir sobre suas amarras macropolíticas, reforcem o sistema neoliberal ao qual estão vinculados e os problemas adjuntos a ele, enumerados por Logan (2004): sistema comercial internacional inóspito ao ambiente africano, dependência de *commodities* primárias, compulsão dos produtores africanos a exigir mais do solo e aumento da necessidade de insumos artificiais e maior impacto ambiental.

Em Angola, Pacheco (2012, p. 488) destaca que, embora o discurso oficial seja “pródigo em referências ao desenvolvimento sustentável”, o entendimento sobre o seu significado não está claro por parte do Estado. Por exemplo, no campo agrícola, a política governamental está alinhada ao crescimento acelerado da economia e fundamentada no agronegócio, marginalizando a agricultura familiar e ignorando a terra como ativo indispensável para manutenção da estabilidade social e segurança alimentar. A proposta é pautada na ideia de que assim a geração de emprego por empresas acontecerá ascendentemente e em grandes escalas. O que Pacheco (2012) argumenta é que esperar esse tipo de transformação econômica estrutural, transformando camponeses em assalariados, rurais ou urbanos, é não só irrealista como social, institucional, política, ecológica e eticamente insustentável. O exemplo de uso da terra e de política fundiária citado pelo especialista angolano revela primeiramente como a transposição de um sistema internacional econômico para o *modus operandi* do governo nacional ignora a estrutura histórica e cultural de suas populações, trazendo diagnósticos e modelos prontos e incompatíveis com a realidade local. Em segundo lugar, revela que, embora o governo tenha aderido às narrativas de desenvolvimento sustentável em suas políticas públicas e se colocado como signatário de diferentes tratados internacionais ambientais, na prática, no hibridismo desses programas entre as amarras neoliberais e a práticas de combate à pobreza e degradação ambiental, o *modus operandi* neoliberal se sobressai.

Por acaso, eu estou fazendo um projeto de pesquisa que é de áreas de conservação em Angola [...]. Então, ultimamente a minha vida tem sido ler todos os relatórios que existem sobre o que se tem feito desde

que se começou a dar importância a essa parte. Portanto, Angola ratificou vários acordos como esse da Convenção da Biodiversidade Biológica, o Protocolo de Nagoya, há mais um que também esqueci o nome, mas não o Acordo de Paris, Angola ainda não ratificou o Acordo de Paris. E a prática é muito diferente da teoria. A prática é completamente diferente da teoria. O exemplo, que até fiz um tuite sobre isso há uns dias atrás, é que conforme eu tinha dito, os parques de conservação foram transformados em reserva de conservação desde 2006. Ou seja, já passaram vários governos por Angola, quer dizer, vários ministros diferentes, por que o governo é o mesmo, e desde 2006 que fazem a mesma promessa: que, para atingir os standards internacionais de conservação, vão aumentar as áreas de conservação em Angola. Eu li um relatório em 2006 dessa promessa e todos os relatórios até esse ano. Até o relatório deste ano do Ministério era a mesma promessa e sabes quanto que aumentou de área? 0.1%. Angola tinha 3.5, em 2006, e Angola tem 3.6, em 2020. E a mesma promessa é feita todos os anos, que vai se aumentar as áreas de conservação e até agora Angola não tem nenhuma área de conservação marinha. Tanto que os mangais estão todos a serem destruídos, são muitos problemas. Eu começo a pensar fico tão embaixo.

TAVARES, entrevistada, Angola, março de 2020

2.2 A crítica pós-colonial: uma porta de entrada

Na procura de outras lentes, menos dicotômica entre as pessoas e o meio ambiente, o ponto de partida da análise poderá ser a crítica pós-colonial. Assim, antes de entender como as teorias socioambientais estão localizadas nesse contexto, procurarei discutir a essência dessa crítica, abrindo caminho para a construção das pontes de conhecimento entre os temas. Em linhas gerais, podemos afirmar que os movimentos pós-coloniais entendem que os campos das ciências sociais, humanas, biológicas e exatas, em sua maioria, ignoram determinadas regiões do mundo, conhecidas como Terceiro Mundo ou Sul Global, deixando suas epistemologias nas margens periféricas da produção do conhecimento. Nesse contexto, uma série de autores tem reivindicado novos marcos conceituais e analíticos, com necessidade de fortalecer os “saberes endógenos” do Sul e promover uma ruptura sistêmica e gnosiológica da reprodução de padrões colonizadores.

Comaroff e Comaroff (2013) se referem ao campo das teorias críticas que nascem no Sul como aquelas que procuram interromper o *telos* da modernidade, provincializar a Europa, “recontar” o império, mudar o projeto de produção de teoria para um lugar ex-cêntrico e capturar a energia inquieta e visionária vinda dos espaços mais distantes. Porto (2019), em uma definição prática, delinea que todas as abordagens pós-coloniais se baseiam em pelo menos duas perspectivas: a primeira é a crítica à imposição da modernidade eurocêntrica, ocidental e capitalista como superior às alternativas existentes no Sul Global, região que, mesmo após o fim do período colonial, continua a ser explorada pelo Norte, abastecendo sua existência ao mesmo tempo em que sofre as consequências econômicas e sociais extremas desse sistema e vê suas cosmovisões, suas expressões culturais e seus saberes sendo continuamente descartados há séculos. A segunda

perspectiva é a desconstrução das dimensões epistemológicas dadas como universais e únicas, apontando novas possibilidades de produção de conhecimento, indissociável das dimensões ontológicas e políticas. Reconhece a importância da ciência moderna e ocidental, mas a retira de um pedestal de superioridade quando comparada a outras formas de saber, incitando uma coexistência de conhecimentos em vez de um pódio competitivo.

Sobre essa conjunção, que assegura as relações de poder da Euro-América em relação ao restante do globo e relega o Sul a um lugar sem conhecimento, o sociólogo Ramón Grosfoguel (2018) destaca quatro conceitos-chave: sistema-mundo, colonialidade, civilização e modernidade. O primeiro conceito é o de sistema-mundo ou sociedade-mundo, cunhado por Immanuel Wallerstein e Oliver C. Cox (1974). O conceito difere do que o mundo enxerga hoje como sociedade, pois rompe a ideia de confinamento ao Estado-nação. Para o autor, este é particular do mundo moderno colonial, que impõe unidades temporais (a do nascimento dos Estados-nação) e de fronteiras artificiais (os Estados-nação em si). A modernidade foca na definição de “sociedade” para estabelecer regras genéricas que provocam o extermínio das comunidades, procurando encaixá-las em padrões ficcionais (e eurocêntricos) e dentro de fronteiras nacionais. Já o sistema-mundo traz mais liquidez para as relações sociais.

O segundo é o de colonialidade,⁶ que estabelece que o racismo é o princípio organizador que estrutura as relações sociais do sistema-mundo, sobretudo as relações de dominação da sociedade moderna. Nesse ponto, o autor destaca a diferença estruturante entre o pensamento decolonial e o pensamento da esquerda ocidental. Para ele, enquanto o primeiro enxerga no racismo uma premissa organizadora que define o sistema, assim como suas relações sociais e hierárquicas de dominação, o segundo olha primordialmente pelo prisma econômico e defende que o racismo seria apenas um epifenômeno deste.

O terceiro conceito é o de civilização. Aqui, a problemática está sobretudo no uso padrão do termo: normalmente racista e colonizador, por conta de sua conotação e aplicação epistemicida, que define uma civilização acima das outras, a ser seguida e tomada como exemplar: a civilização ocidental. Enquanto as outras são consideradas inferiores, atrasadas ou indignas de serem consideradas civilizações *per se*.

⁶ Sobre a colonialidade, vale destacar a crítica de Grosfoguel ao teórico peruano Aníbal Quijano, a quem é atribuída a criação do conceito. Para Grosfoguel, Quijano se apropria de diferentes conceitos já existentes como capitalismo racial ou colonialismo interno, não reconhecendo trabalhos anteriores ao seu sobre o tema.

A modernidade⁷ é o quarto conceito apresentado como chave pelo autor, que reforça que essa não constitui um projeto emancipatório, pelo contrário, trata-se de um projeto civilizatório, no sentido apresentado acima, chamado por ele de “civilização de morte”, disfarçado por uma demagogia da democracia, das liberdades individuais e do Estado de direito. Para Grosfoguel (2018, p 63), a modernidade não é um projeto econômico que induziu à existência de determinada civilização, mas “um sistema-mundo que produziu e organizou a partir de suas lógicas civilizatórias um sistema econômico”.

Santos (2010) classifica tal trecho e seus três eixos centrais de dominação (o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado) como a mais ampla crise civilizatória da modernidade. Nesse sentido, um dos pontos debatidos na discussão pós-colonial é a contradição do conceito de “desenvolvimento”, que traria embutido tais eixos em sua direção – ponto também levantado pela ecologia política, sobretudo no paradoxo existente na relação entre desenvolvimento e sustentabilidade. Muitos dos teóricos dos dois campos questionam se é possível a coexistência desses conceitos. É viável falar em preservação e desenvolvimento ao mesmo tempo? É coerente discutir alternativas decoloniais e acreditar na linearidade evolutiva das nações? Em ambos os casos, as essências dos conceitos não apenas são incompatíveis como também antagônicas. Pensar o desenvolvimento nos moldes como está estabelecido hoje na sociedade ocidental é reforçar os padrões coloniais, que presenteiam as sociedades do Norte Global em detrimento daquelas do Sul. Nesse sentido, para o meu objeto de estudo no Sul de Angola, “os caminhos que levam a esse vocábulo mostram o quanto o caso africano foi emblemático na trajetória do ‘desenvolver’ o continente” (PANTOJA, 2016, p. 48).

No contexto que congrega os valores de acúmulo do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974) e a expansão do capitalismo, o continente africano se configura entre os mais afetados. No campo fundiário e ambiental, Mbembe (2019) destaca como o racismo foi um mecanismo de distribuição étnica dos bens naturais e a marca da organização dos espaços rurais e do processo de

⁷ Para dar conta do processo incompleto de descolonização, Dussel propõe a transmodernidade, um projeto global que busca transcender a Modernidade da Europa e da América do Norte, cujo ponto de partida são as culturas descartadas, desvalorizadas e julgadas como inúteis no xadrez global. O autor (Dussel 2008 apud Grosfogel, 2016, p. 42) contra o universalismo clama justamente pela pluralidade epistêmica de soluções e pela pluriversidade decolonial onde muitos possam decidir por muitos. O conceito contesta ainda o próprio sucesso da modernidade eurocêntrica e do seu projeto colonial epistemicida. Afinal, se por um lado foi bem-sucedida ao engessar modos de viver e reconfigurar e forçar tantos padrões de conhecimento, por outro, não completou sua missão e não extinguiu de modo completo e absoluto os outros saberes. Depois de 500 anos, indígenas, negros, mulheres e tantas outras minorias continuam a coexistir e a produzir, questionar e enfrentar a cultura hegemônica.

espoliação das terras africanas, assim como serviu de base para a legitimação de cidadania. Para o autor, não é possível progresso se não houver mudanças na economia política das matérias-primas na África estabelecida no sistema colonial, hoje aliada à lógica do comércio internacional, das agitações políticas e do humanitarismo. Ao falarmos de crime contra a humanidade, devemos entender que, além dos massacres e das graves violações de direitos humanos, deveríamos compreender a pilhagem dos bens naturais e as consequências nefastas da lógica de extração e de predação da natureza no continente, legitimadas, mesmo que indiretamente, pelas políticas de desenvolvimento.

O debate sobre o desenvolvimento, no entanto, não nasce com a crítica pós-colonial. Não me prenderei aqui a todas as escolas e tendências que pensaram o tema, mas procurarei entender como a crítica da dualidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento fomentou os dois campos teóricos centrais desta dissertação. Nesse sentido, uma importante discussão sobre o conceito veio da escola marxista de desenvolvimento latino-americana, que cunhou a “teoria da dependência”. Seus autores criticam o foco excessivo na lógica econômica das teorias de desenvolvimento. Entendem a pobreza e suas consequências como resultado da superação do domínio colonial, ou seja, o subdesenvolvimento como a outra face necessária para a existência do capitalismo. Há entre tais teóricos consenso na descrença de que um desenvolvimento real seja possível, uma vez que a hegemonia de poderosos grupos econômicos já foi estabelecida no jogo mundial. Existe subdesenvolvimento porque existe o desenvolvimento, que é, na verdade, uma continuidade constante do mercantilismo, da colonização e do capitalismo.

A falta de subjetividade ou análise histórica também é um tema central para os pensadores da escola marxista, que acreditam que as análises econômicas mundiais são desprendidas das amarras históricas da dinâmica de acumulação capitalista e se baseiam em uma interpretação determinista do presente. Para Lang (2016), quando o presidente dos Estados Unidos, Terry Truman, lançou, em 1949, o binômio “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, intencionou forjar a ideia de que o processo do desenvolvimento é linear e ilimitado, em que alguns se encontrariam mais à frente da corrida e outros atrás, em uma busca contínua de alcançar os primeiros. Reforçou, assim, uma ideia central na sociedade ocidental desde o Iluminismo: a de que existem sociedades mais complexas e avançadas e outras “simples”, aculturadas, subalternas, que devem seguir o caminho e o modelo das mais avançadas.

O subdesenvolvimento começou em 20 de janeiro de 1949. Neste dia, 2 bilhões

de pessoas tornaram-se subdesenvolvidas. Na verdade, desde então deixaram de ser o que eram, em toda sua diversidade, e se converteram em um espelho invertido da realidade de outros; um espelho que os despreza e os envia ao fim da fila, um espelho que reduz a definição de sua identidade, a de uma maioria heterogênea e diversa, aos termos de uma minoria pequena e homogeneizante. (ESTEVA, 1996 *apud* LANG, 2016, p. 25)

A criação desse binômio estabelece uma hierarquia entre os polos, dando apenas novos nomes ao que antes era chamado de “colônias” *versus* “países centrais”. Se antes o direito de exploração se dava por um discurso de superioridade biológica e cultural, agora se fala em ajuda contra pobreza ou em “cooperação e ajuda internacional” e “políticas de desenvolvimento”. O espólio continua, mas com nova linguagem e novo patamar legitimador. Nessas relações de cooperação, a transferência de recursos é muito maior do Sul para o Norte do que vice-versa. Os países “doadores” exportam tecnologias e “especialistas” aos países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, gerando emprego (normalmente, com salários muito acima dos padrões locais) e renda para a economia de seus locais de origem (LANG, 2016). Para reforçar seu ponto, Lang traz dois dados importantes. O primeiro é uma pesquisa da Eurodad, de 2014, que mostrou que a cada US\$ 1 milhão que entram em um país “em desenvolvimento”, este perde pelo menos US\$ 2 milhões. O segundo é a comprovação, desde 1970, de que o produto interno bruto (PIB), usado até hoje como medida central do desenvolvimento de cada país, é enviesado, uma vez que não há correlação entre o seu crescimento e o bem-estar ou a felicidade da população.

A história agrária e do meio ambiente de Angola pode também ser olhada pelas lentes da teoria da dependência, que analisa como as pressões econômica, social e cultural forçou as sociedades locais a aderir ao sistema capitalista. A relação fez com que as populações autóctones perdessem a autonomia da terra, assim como do seu uso, afetando, principalmente, o setor agrícola de autoconsumo. É possível dizer que o aprofundamento da dependência aos países centrais desintegrou as economias “tradicionalistas” perante as relações capitalistas de consumo (FREUNDENTHAL, 2005), mas também determinou que tivessem seus estilos de vidas e relações de aproveitamento do meio ambiente como sustento alterados, passando de uma lógica de uso e sobrevivência para uma lógica de abastecimento e acumulação, reproduzida e legitimada atualmente pelas políticas públicas e de desenvolvimento em nível nacional, que também são refletidas no Sul do país. Moseley (2004) ainda destaca o papel das elites nacionais, articuladas com doadores e com o capital internacional, na promoção de narrativas ambientais e de

desenvolvimento que promovem seus próprios interesses políticos e econômicos e que mantêm o seu *status quo*.

Veja que nós ainda estamos a falar disso em Angola, estamos a falar daqueles, de uma elite política, econômica, de uma população urbana que ainda está deslumbrada com o desenvolvimento, com o progresso, então é... já começa a ter digamos um choque daquilo que são as premissas do desenvolvimento com a forma de por exemplo, de manejo da terra das populações rurais, por exemplo.
QUITARI, entrevistado, Angola, março de 2020

Eboko (2015) e Toko (2009) ressaltam como os africanos são pouco envolvidos ou periféricos nas discussões sobre as políticas de cooperação em seus países, o que gera conflitos com as realidades sociais pela distância entre os “pesquisadores presentes do terreno africano” e as dinâmicas sociais estudadas. A vulnerabilidade não está necessariamente na transferência de metodologias de políticas públicas ou sobre as políticas *per se*, mas sobre o funcionamento ou não da teoria e de suas ferramentas em territórios não ocidentais, sobretudo o africano.

Ce qui est en jeu, c'est la compréhension des transformations et tensions qui affectent aujourd'hui dans les pays d'Afrique centrale en “transition” à travers l'émergence conjointe de nouveaux modes de penser par apport au monde de leurs sociétés, de nouveaux paradigmes de l'action publique et de nouveaux mécanismes de citoyenneté. (ENGUÉLÉGUÉLÉ *apud* EBOKO, 2002, p. 249)

Essa discussão sinaliza para o desenho de que uma parte do campo de estudos de políticas públicas necessita explorar a compreensão dos sentidos epistemológicos e de transformação decolonial. Toko (2009, p. 4 a 6) questiona a fragilidade e os riscos da transposição de políticas públicas para o continente africano, quando falamos de “Não-Estados” ou de “Estados-pontilhados”, ausência da sociedade civil organizada, de uma herança recente de serviços públicos, de uma cultura herdada do colonialismo de acumulação de capital em detrimento da capacidade distributiva do Estado e da personalização do poder político. Para ele, é necessária uma maior mediação entre o *top* e o *down*, uma política mais interativa e com atenção na aprendizagem que ocorre durante o processo em si, chamada por ele de “o Estado em interação”. Esse seria um meio-termo entre a formação do Estado, própria das sociedades ocidentais, e a construção do Estado, própria das sociedades africanas.

A falta de participação da população também é destacada por Pacheco (2012, p. 487-488) quanto às políticas públicas de terra em Angola: “A questão da terra, como outras, escapa, pois, ao controlo das autoridades locais, como escapam os projectos e programas que envolvem

financiamentos avultados”. Segundo o autor, os implementadores e administradores dos programas em questão e das políticas públicas são submetidos a pressões por parte de elites que acumulam terras em detrimento de populações que ficam sem espaço de cultivo, com pastagens limitadas e sem acesso às florestas para recolha ou caça – vitais para sua subsistência –, além de assistirem, ao perderem seus espaços, os seus locais de cultos e cemitérios serem destruídos ou “profanados”.

No caso de Angola, a população rural, ela continua sendo vista como objeto, então ela é objeto das Políticas, das ONGs, ela é objeto de tudo. O que não significa que eles não sejam agentes, pelo contrário, eles são agentes capazes, produzem uma história interessante, tem envolvimento em vários contextos da vida nacional, mas quando você olha pra grande discursos, quando você olha pro governo, quando você olha pras ONGs, a produção rural acaba por ser, digamos, rotulada, e não trazida como quem tem voz, como quem tem coisa pra dizer, razão pela qual a gente não consegue perceber quais são seus discursos, seus argumentos, qual é sua visão das coisas. Isso tem a ver com a história da Angola, tem a ver primeiro com um período de opressão colonial, depois com todo um período socialista e depois com a própria narrativa do Estado socialista e pós socialista. Hoje o Estado não é socialista, mas ainda é bastante paternalista, que acha que cuida da população rural, que eles sabem o que é bom pra população rural, eles... enfim, ou seja, a população rural, ela é digamos assim, quase que uma coisa, né?
QUITARI, entrevistado, Angola, março de 2020

A discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, apesar de pertinente e até basilar para alguns autores da ecologia política ou da crítica pós-colonial, não é, no entanto, suficiente para dar conta do debate hoje proposto, sobretudo por seu caráter determinista e universalista. Para Cooper (2016, p. 56-57), devemos ir além do tratar “[...] a modernidade, o liberalismo, a cidadania ou a igualdade burguesa como se fossem doutrinas fixas contidas em si mesmas”. Ele reconhece que os debates suscitados pela teoria de dependência foram benéficos para os intelectuais do Sul Global, em especial ao continente africano, uma vez que pela primeira vez as proposições não eram impositivas e generalistas e provocaram discussões de problemas que eram compartilhados pelo então chamado “Terceiro Mundo”. No entanto, lembra, destacando Foucault, que mesmo os discursos contra-hegemônicos e subversivos da modernidade acabam não se desprendendo de conceitos que reforçam tais sistemas, como o próprio conceito de desenvolvimento. Foucault (apud COOPER, p. 56 e 57) negava “[...] a existência de um único lócus de grande recusa” e dizia que tanto o poder quanto a resistência são móveis, transitórios e fraturados, podendo se reagrupar de diferentes formas.

Cooper (2016) destaca que o risco de explorar o binário colonial (do “imperialista destruidor *versus* a tolerante comunidade de vítimas”) está na sua redução. As análises dicotômicas desenvolvimento/subdesenvolvimento, ocidente/não ocidente e dominação/resistência podem ser

úteis para começar a entender as relações de poder, mas também podem limitar a pesquisa se esse for um ponto fixo de partida. Para confrontar o molde de dominação gerado pela expansão europeia, é preciso desconstruir a ideia de que esta foi a única culpada pela estrutura de poder hoje estabelecida no sistema-mundo. O autor lembra que é justamente a tensão fracionada que servirá como ponto valioso para o entendimento das experiências coloniais. Ainda, para a crítica pós-colonial (GROSFOGEL, 2016), falar sobre desenvolvimento implica um discurso de universalidade provinciano. Há necessidade de ir além e entender que o sistema-mundo é um caleidoscópio de experiências e que é preciso levar em conta a concepção de mundo dos diferentes espaços e corpos sociais particulares, que não cabem dentro das teorias de desenvolvimento, que, mesmo quando subversivas, acabam caindo no mito do conhecimento da “egopolítica cartesiana”.

Para Comaroff e Comaroff (2013), o impacto desigual provocado inicialmente pelo capitalismo, que foi primeiro colonial, depois internacional e hoje está globalizado, teve na África seus próprios rumos. A modernidade africana teve um papel duplo de, ao mesmo tempo, reproduzir e procurar destruir os modos de vida europeus. Desobedeceu ao mesmo tempo que reconstruiu. Repudiou ao mesmo tempo que enfatizou. Os autores que propõem uma inversão do olhar que parte do Sul para o Norte também evidenciam que é preciso ir além da dicotomia. Os autores se dizem interessados em ir mais longe do que salientar as características distintivas, as estruturas sublimadas e as contradições ocultas da modernidade capitalista na colônia e na metrópole. Reconfigurar esse olhar é entender que os colonizados não são uma categoria, mas sujeitos ativos e conscientes, que não se deixarão encaixar em seus estereótipos taxativos.

2.3 Genocídio do conhecimento e um discurso em que a coexistência de saberes não é permitida

A crítica pós-colonial vai além de questionar a própria noção de desenvolvimento e da linearidade evolutivas das sociedades e examina as grandes aspirações liberalistas e neoliberalistas do sistema atual, assim como seu sustento no livre mercado e no edifício político-jurídico na democracia, como formas de continuidade do processo de colonização, uma vez que continua reproduzindo e se alimentando da criação de zonas de exclusão e da marginalização de grande parte da sociedade, privadas das recompensas trazidas pela “modernização” do sistema (COMAROFF e COMAROFF, 2013).

Assim, a promessa de uma democracia que liberta é para a maioria apenas uma promessa, e não uma realidade. A negação (de pertença a todos) do espaço democrático é fulcral para a existência da modernidade, uma vez que é a privação de uma parte maior, vivendo em estado de exceção, que faz que a outra parte se afirme como beneficiária. A humanidade moderna não existe sem a sub-humanidade – uma realidade que era verdadeira no período colonial tanto quanto o é agora, apenas com camadas mais complexas e uma cartografia mais confusa, com elites no Sul Global e populações periféricas e excluídas nos países hegemônicos. Esse divisor de águas e poderes é descrito por Santos (2010) e chamado por ele de linha do pensamento abissal. A modernidade se expande na medida que viola os princípios que serviram de base para sua construção e que a legitima até hoje: “Direitos humanos são desta forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir a sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome da sua preservação” (SANTOS, 2007, p. 36).

O sistema democrático tenta se fortalecer e justificar pela narrativa de igualdade, mas, na política da modernidade globalizada, o que se vê são democracias de mercado e a propagação estendida do neoliberalismo, em que o governo e as instituições mais se preocupam com a organização de poderes do que com os direitos e a proteções de seus cidadãos (COMAROFF e COMAROFF, 2013). Nesse sentido, Mbembe (2017) lembra que direitos, constituições e liberdades que fundam o sistema são suspensos com a falsa justificativa de sua proteção no paradoxo que ele chama de “saída da democracia”. O autor ressalta que a história da democracia moderna é uma história de dois corpos: o solar e o noturno. A paz no Ocidente depende de violências e atrocidades exteriorizadas nas colônias, nos outros cantos do planeta. A colônia é o espelho líquido da democracia, estando uma presente na outra de forma mascarada: “Como ascendente da democracia, o mundo colonial não era a antítese da ordem democrática. Sempre foi o seu duplo ou, até, a sua face noturna” (MBEMBE, 2017, p. 49).

Os conceitos de epistemicídio ou *apartheid* epistêmico são frutos de outra lente de análise desse mapa de múltiplas estruturas de dominação que vão além da econômica, mas também política, pedagógica, religiosa, de gênero – e ambiental –, como veremos pelas lentes da ecologia política. Santos (2010) critica as estruturas de conhecimento hegemônicas excludentes das epistemologias do Sul associando o “epistemicídio” à destruição de seres humanos. O conhecimento produzido a partir de experiências do Sul Global ou do mundo “não ocidental” é considerado inferior, insuficiente, atrasado, tendencioso, parcial, enquanto a epistemologia

nortecêntrica se ludibria de um discurso de universalidade, que ignora o reconhecimento das especificidades e das diversidades que permitiriam a construção de sociedades justas, plurais, iguais e não violentas (GROSFOGUEL E DUSSEL, 2018).

Quijano (2002) afirma que qualquer sociedade, ao ignorar as epistemologias do Sul, reproduz as violências da modernidade, marcada pela escravização e pela racialização, resultando na destruição da subjetividade dos povos colonizados e na destruição e no apagamento gradativo da experiência e da memória que guardavam de suas sociedades, dos modos como se relacionam e de como as relações se estabelecem. Qualquer campo, ao desmerecer a produção de conhecimento local, repete a violência, relegando o Sul a um lugar sem memória e, portanto, sem produção autônoma de conhecimento, assegurando as relações de poder da Europa e dos Estados Unidos em relação ao restante do globo. Esse emaranhado é também definido por Porto (2019) como:

[...] uma metáfora do sofrimento dos povos e populações excluídos radicalmente por sua condição ontológica, sejam indígenas, negros, mulheres e comunidades LGBTQI+. Suas lutas são de resistência contra diferentes violências, mas também de reexistências pelo reconhecimento de outros modos de ser, viver, conhecer, produzir e se relacionar em sociedade e com a natureza. (PORTO, 2019, p. 4.454)

2.3.1 Narrativas epistêmicas

O poder da narrativa ganha força nesse contexto. Quando representados por ocidentais, os países do Sul Global eram e ainda são retratados por superficialidade, exotismo e aculturação. Esse processo faz parte também do pensamento abissal destacado por Santos (2010). As imagens do Sul Global que não servem para confirmar o discurso de superioridade ocidental seriam o “outro lado da linha”, que desaparece enquanto realidade. São aquelas traduzidas como inexistentes, consideradas impossíveis de serem relevantes ou compreensíveis. Ainda, como destaca o autor, “[...] a linha abissal separa duas realidades e paralelos intangíveis, cuja forte característica é a impossibilidade da co-presença, que coloca a outra realidade em uma distância de conexões impensáveis” (SANTOS, 2007, p. 23).

No esforço de separar o universo, é possível analisar três narrativas generalizantes e estereotipadas sobre os países africanos e que também podem ser observadas em Angola e em sua região Sul. A primeira rotula as culturas ali existentes como tradicionalistas, “tribais” e uniformes, colocando conhecimentos populares, camponeses ou autóctones do outro lado da linha, que são

taxados como conhecimentos irrelevantes ou incomensuráveis. Para as culturas hegemônicas, “[...] do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas” (SANTOS, 2007, p. 25). A produção desses lugares não faz parte do mundo cultural considerado “contemporâneo” por não se fixar nos padrões estabelecidos por uma pequena parcela da população mundial. Há uma tentativa de aproximar esses espaços do “lugar selvagem”, da “terra sem leis”, “do lugar de violência”, sem questionar, no entanto, de onde nasce essa violência. Eram as colônias democráticas? Quando saíram, deixaram legados democráticos? Não discutir essas questões e expor as guerras cruas que brotam no Sul Global é um modo sistematizado de dar a este o lugar-comum e estereotipado do imaginário ocidental.

É também um *modus operandi* de convalidar as políticas extrativistas. Um país, desestabilizado e desestruturado por anos de guerra e conflito, é território fértil para exploração desmedida e não fiscalizada dos bens naturais. Mbembe (2019) reitera o caráter ambiental de muitos conflitos do continente africano. Os ciclos de extração (petróleo, madeira, diamante, cobalto etc.) são concretizados (e viabilizados) por meio das guerras ou por “conflitos intermináveis de fraca intensidade”, em uma osmose econômica da atividade extrativista, a atividade guerreira e a atividade mercantil, todas de caráter rentista e autoritário: “A extrema fluidez e volatilidade dessa nova fronteira da punção, da extração e da predação que confere aos conflitos africanos os seus significados internacionais. É nesse contexto que os enclaves mineiros, petrolíferos ou haliêuticos se revestiram de uma importância primordial” (MBEMBE, 2019, p. 149).

Uma segunda narrativa generalizante sobre o continente africano nasce com a hierarquia entre o urbano e o rural, sendo este último sempre marginalizado ou negligenciado enquanto agente histórico, reproduzindo em nível nacional as dicotomias entre metrópoles e colônias. As guerras em Angola, como vimos no primeiro capítulo, podem ser analisadas de múltiplas formas dentro desse contexto. A desestruturação do ambiente rural, iniciada na guerra de independência e continuada na guerra civil, foi um fator determinante para os resultados e as consequências, entre elas as ambientais, de ambas as guerras. Durante a primeira, os portugueses tentavam manter as pessoas na “cidade”, dentro da órbita do controle colonial, de modo a evitar o contato entre civis e guerrilheiros. Para isso, incendiaram aldeias, mataram indiscriminadamente e impuseram migração forçada aos habitantes sobreviventes, impedindo-os de cultivar suas plantações sob acusação de

traição e pena de morte para aqueles que não obedecessem (BRINKMAN, 2012). Como agência, no entanto, os camponeses foram e ainda são desconsiderados.

Eu tenho que debater em alguns momentos essa questão da participação rural na luta da independência.

Se você olhar para todos os grandes heróis da luta armada, figuras importantíssimas, os momentos importantes, os levantes e tal, todos eles fazem referência a esses eventos ocorridos no espaço urbano.

Isso não é por acaso, mas tem a ver com essa questão de anular a figura do rural como um agente político importante. Ocorreram eventos importantíssimo durante a luta colonial no meio rural, inclusive eventos que despoletaram nas áreas urbanas conflitos, guerras e outras coisas, mas esses eventos quando são citados, eles não são citados com o valor, a importância, que eles realmente têm, né?

QUITARI, entrevistado. Angola, março de 2020

A relação entre conflito e extrativismo também se fez universal durante a guerra civil. A Unita financiou a sua guerra contra o governo por meio da venda de diamantes extraídos dos rios do Leste de Angola, enquanto os poços de petróleo ao largo da costa de Cabinda e ao sul do Rio Congo foram responsáveis por três quartos da receita total de exportação de Angola entre 1980 e 2000, enriquecendo e mantendo as elites angolanas, geralmente urbanas e concentradas em Luanda, do MPLA e de suas redes de conexão, enquanto o país vivia uma guerra civil avassaladora, via sua economia rural colapsar (BALL, 2017) e o campo rural se tornar um campo de abandono humano, entregue a si mesmo (BAPTISTA, 2013), acentuando as diferenças entre o campo e as cidades em nível estrutural e ecológico.

Era uma estratégia de guerra, a estratégia das guerrilhas era sempre procurar fazer com que as pessoas que estão nas zonas rurais não possam realmente produzir e manter a logística das pessoas que estão na guerrilha. A produção dessas famílias das zonas rurais, acabavam por beneficiar, portanto, a guerrilha. E o conflito aqui em Angola, o que aconteceu é que os últimos anos acabou por fazer com que as pessoas que tivessem ficado não produziam, não conseguiam produzir porque as forças do governo procuravam evitar isso no sentido de desgastar a logística da guerrilha. Por isso é que, se notar, a maior parte dos quadros da UNITA vieram debilitados. Não havia logística na mata. As pessoas que naquela altura produziam eram todas... fazia-se com que saíssem das matas e viessem para a cidade. E era proposital.

Para acabar com a situação da logística da guerrilha.

DOMINGO, entrevistado, Angola, março de 2020

Era muito mais seguro, naquela altura, você fugir para as grandes cidades porque era onde você encontrava tudo. Mesmo aquelas pessoas que pudessem permanecer nas zonas rurais não estavam muito livres porque, a qualquer altura, podiam ser surpreendidas pelo inimigo e tirarem-lhes o que foi produzido, ser levado... Isso fez com que a maior parte das pessoas acabasse por migrar para as grandes cidades. E nessas grandes cidades não encontravam as condições que haviam deixado na aldeia. Houve muita pressão, por exemplo, nos rios que se encontravam perto dessas cidades.... Se olhar a maior parte das cidades você não vai encontrar árvores, precisamente porque todas essas pessoas precisavam de tirar material lenhoso a volta, fazer o corte das árvores para poder confeccionar os alimentos. Mas, se estivessem nas suas zonas, não precisariam de fazer esse desgaste todo em termos de desflorestamento.

Porque na aldeia não precisava cortar, podia buscar a lenha seca.

Há também uma terceira generalização no campo das narrativas que rotula a produção dessas regiões como linguagem difícil e ativista e não acessível para a sociedade ocidental. Essa generalização é mais uma vez uma validação da história colonial, que serve para distanciar os possíveis canais de diálogo entre regiões, criando barreiras de comunicação e isolando o continente. A negação de um Sul Global múltiplo e produtor de conhecimentos e de culturas contemporâneas é o esforço para que esse Estado superior seja legitimado, afinal, ele só existe na negação do outro. Ao analisar a sociedade da inimizade, Mbembe (2017) alerta que uma das exigências fundamentais dessa modernidade ocidental é encontrar um inimigo em comum e trazê-lo à luz, expondo-o como incomunicável e inacessível, de modo que a única solução seja sua aniquilação. Ao desumanizá-lo, nenhum acordo com ele será possível. Isso porque a sociedade colonial, sem inimigos, segundo o autor, não se sustenta:

Não ter inimigo – ou nunca ter sofrido atentados ou outros atos sangrentos fomentados por aqueles que nos odeiam, tal como odeiam nosso modo de vida, leva a que não exista uma espécie de relação de ódio que nos autoriza a dar curso a toda a espécie de desejos, de outro modo interditos. (MBEMBE, 2017, p. 81)

A análise de Mbembe (2017), voltada à sociedade neoliberal, cabe, contudo, à crítica do colonial. Ele continua: esse inimigo criado, também por vezes caracterizado como objeto enlouquecedor, não é nítido, não tem rosto. É uma figura ubíqua, sem nome e “inacessível” ao diálogo, normalmente exposto como caricatura e clichê. Nesse contexto, a produção colonialista e neocolonialista faz proliferar imagens e narrativas da África, da América Latina e de outros lugares do Sul em que o Ocidente é a autoridade política e social do mundo moderno, fonte inesgotável de conhecimento universal e onde o discurso “hegemônico” é dado como natural.

A quarta narrativa está diretamente ligada ao campo político ambiental. É comum a mídia *mainstream* produzir e exibir imagens sobre a África como um paraíso ambiental em decadência, com suas populações destruindo florestas, poluindo praias e matando carismáticos animais selvagens. No centro dessas imagens, que sensibilizam o público ocidental, normalmente estão cidadãos comuns africanos ou povos pastoralistas, como os Kuvale do Sul de Angola, como vilões desinformados. Esse tipo de imagem, com sua carga emocional, acaba, inclusive, influenciando acadêmicos na produção de diagnósticos tendenciosos, baseados em um entendimento segmentado das realidades locais (BROCH-DUE, 2000).

Nesse sentido, a posição do Norte quanto às práticas e intervenções ambientais no Sul costumam ser baseada em três suposições: o crescimento populacional está na raiz da maioria dos problemas ambientais, a redução da pobreza é impossível sem controle populacional e o alívio da pobreza não é um fim, mas o meio para o fim maior da conservação ambiental (LOGAN; MOSELEY, 2004). As implicações dessa narrativa alimentada de imagens distorcidas são a ofuscação do papel central que as populações locais têm na preservação e gestão do seu ambiente de entorno e, ao mesmo tempo, a legitimação inadequada de pesadas intervenções de governos estrangeiras e de organizações internacionais que, frequentemente focadas apenas nas paisagens (e na recuperação de sua beleza), acabam por acentuar a pobreza das comunidades-alvo.

2.3.2 A ciência caucasiana e a ciência dos outros

Depois em termo do conceito o que eu tenho visto em Angola, a parte científica tenta chegar o mais próximo das comunidades e explicar, chegar em um entendimento comum para que as pessoas percebam o que está a passar. E isso é muito sabotar o público, me acostumei há 10 anos atrás a dizer de frente, as pessoas que viam de fora sabiam tudo, e tinham as soluções pra tudo, mas mais recentemente já ouvem a população, uma vez que nós não temos dados científicos é a vivência da população, o que eles vivenciaram, o que eles perceberam, as mudanças que foram acontecendo, tanto na precipitação, na temperatura, no solo, o tipo de animais que aparecem e desaparecem, permitem gerar um conhecimento comum. Isso eu tenho estado a reparar, de fato há essa aproximação da parte científica com parte do conhecimento tradicional. Algo que independente das comunidades é preciso explicar um pouco mais, pode ser que haja, não digo que seja uma visão de diferente, é a forma como se expressam, que podem dar a noção de que uma visão é diferente, mas conforme as pessoas vão conversando acabam por ser e saber que estão a falar da mesma coisa, uns com termos mais técnicos e outros com termos menos técnicos. Acho que esta é, nesse momento, a gravidade que eu vejo em Angola.
RUSSO, entrevistado, Angola, março de 2020

A subalternização dos diferentes modos como o corpo experimenta a vida e a constrói criou uma dualidade entre as ciências europeias *versus* outras vivências dos grupos humanos não caucasianos. Tudo o que é produzido fora do Ocidente é considerado, da perspectiva acadêmica, uma série de dados a serem processados e estudados, os quais só o Ocidente poderá refinar e valorizar. Na perspectiva do colonizador, o colonizado, se chegar, chegará sempre tarde demais a um lugar onde tudo que poderia ser aproveitado já foi cuidadosamente considerado ao máximo (FANON *apud* COMAROFF; COMAROFF, 2013). Venâncio (2014) destaca que o pensamento científico seria uma das conquistas do modelo de modernização europeu. A própria ciência, na verdade, acaba criando uma dualidade entre o que pertence e o que não pertence a esse campo, negando outros tipos de conhecimentos e de experiências sociais e humanas que não norte-

americanas ou europeias. Com o pretexto de um rigor científico, as vivências e culturas não ocidentais são subalternizadas.

As conquistas intelectuais indexáveis ao modelo de modernização europeu foram impostas às demais experiências societárias numa relação de hegemonia do pensamento científico (VENÂNCIO, 2014). A relação da ciência ocidental – incluindo as ciências sociais – com as tendências neoliberais, imperiais, globalizantes do capitalismo e da modernidade é destacada por Ortega Santos e Olivieri (2017):

Son tendencias que suplen la localidad histórica por formulaciones teóricas monolíticas, monoculturales y «universales» que posicionan el conocimiento científico occidental como central, negando así o relegando al estatus de no conocimiento, a los saberes derivados de lugar y producidos a partir de racionalidades sociales y culturales distintas. En esta jerarquización, existen ciertos supuestos como la universalidad, la neutralidad y el no-lugar del conocimiento científico hegemónico y la superioridad del logocentrismo occidental como única racionalidad capaz de ordenar el mundo. (ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017, p. 52)

Sobre o saber científico, Santos (*apud* ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017) destaca cinco lógicas colonialistas: (i) monocultura e rigor do saber, que seria a soberba da ciência de considerar ilegítimo todo conhecimento que esteja fora dos seus critérios; (ii) tendência científica à linearidade evolutiva da humanidade, como aqui apresentado sobre a noção de desenvolvimento, mas que também pode ser aplicada às noções de história, progresso e modernização; (iii) hierarquização e marginalização social-racial das populações; (iv) lógica de escala entre o universal e o local/regional/nacional, considerando este segundo grupo incapaz de se estabelecer como possível alternativa ao primeiro; e (v) lógica produtivista aplicada no trabalho e na relação do campo com a natureza.

Outro nome para o saber científico ocidental é “conhecimento moderno” em contraposição a “conhecimento tradicional”, geralmente dispostos numa sequência diacrônica. O tradicional é aquele conhecimento estático, incapaz de “se modernizar”, que não avança e é composto por sujeitos anônimos e despersonalizados (VENÂNCIO, 2014). Tal dicotomia também se dá no campo ambiental. As relações de equilíbrio com a natureza dos povos não ocidentais não são valorizadas como conhecimento ou ciência, mas como atraso. Hoje, no entanto, ecologistas políticos têm reivindicado esse espaço de sabedoria nos contextos africanos. Chimakonam (2019, p. X), no prefácio da coletânea *African Philosophy and Environmental Conservation*, reforça o

poder e o valor ancestrais ensinados sobre relacionamento e equilíbrio: “Tudo depende de outra coisa. Nosso mundo é uma grande teia caracterizada por relações de interconexão, interdependência e inter-relação mútuas. Esse é o jeito africano [...] é sobre o valor que diferentes entidades na natureza contribuem para torná-la estável”.

Coelho (2004), em um estudo do conhecimento local em Moçambique sobre as variabilidades climáticas, também aborda o capital de saberes transmitido socialmente ao longo do tempo, construído a partir da observação, da repetição e da cadência de fenômenos naturais. Apesar de, no modo geral, tais conhecimentos terem sido historicamente descartados pela ciência ocidental, hoje, mesmo os relatórios consagrados pela mesma ciência ocidental, como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), trazem evidências de que a preservação acontece de forma mais eficaz quando a gestão dos territórios é feita pelas próprias comunidades. O mesmo vale para os métodos de prevenção ligados às mudanças climáticas. Conhecimentos herdados sobre comportamento dos rios, ritmo das chuvas e aparição de pragas, flexibilidade na cultura agrícola e boa adaptabilidade às mudanças e aos fenômenos climáticos sempre foram condições que garantiram a segurança e a prevenção de calamidades naturais durante séculos. No entanto, a eficácia desses saberes perde peso com as agravantes condições ecológicas atuais, o sistema econômico de acumulação imposto e a perda de autonomia das comunidades de exercer modelos autônomos em sua totalidade (COELHO, 2004).

Talvez a preservação do meio ambiente em Angola, sobretudo nos meios rurais seja mais numa dimensão ancestral, por que numa dimensão um pouquinho mais avançada, no mundo moderno há mais extravagância, há mais perda de valores, não é?! [...] E porque eu digo isso, porque no meio rural existem certas práticas, existem certos modos, certas normas que na verdade as populações tendem a preservar. Vou te dar um exemplo: pelo fato de cada área ter uma determinada família ou tribo ou clã que pertence a uma determinada zona, onde eles realizam suas atividades agrícolas, muitas vezes eles têm regras: “esta árvore não pode ser cortada nesse período, nascentes de água não pode se deixar secar, não pode fazer vandalismo, certas coisas... os animais devem ser criados no regime intensivo e não extensivo”. Então, logo esses aspectos praticamente tornam um conjunto de fatores por parte da população, então essa população consegue preservar essa terra.

PEMBELE, entrevistado, Angola, março de 2020

Em Cusseque, Angola, o conhecimento sobre a natureza também não está visível ao olhar ocidental. No seu relato, Baptista (2013) descreve o conhecimento local pelo olhar de um soba sobre todas as formas “indomáveis” da natureza em uma relação não hierárquica entre os residentes e a terra. Enquanto, para o pesquisador, árvores, solo, plantas, grama, animais, rochas etc. eram indistinguíveis umas das outras, para os moradores, cada uma significa uma diferente utilidade com

variáveis níveis de aproveitamento: “Um conhecimento biológico tão sofisticado, evidente em muitos outros residentes, revela que, apesar do caráter indomável da terra, este era um campo significativo para a subsistência. Nada era nada e tudo era importante” (BAPTISTA, 2013, p. 396). Outro ponto destacado pelo autor é o fato de que os moradores de Cusseque compreendem que os seres vivos biológicos do entorno são inseparáveis de seu envolvimento sensorial direto e exploratório com eles. Ou seja, é preciso conviver, interagir, tocá-los. Diferente da prática ocidental do chamado conhecimento técnico-científico, o distanciamento vai no sentido oposto do conhecimento, que é invariavelmente relacionado a sua empregabilidade. No entanto, esse tipo de conhecimento, chamado comumente de “tradicional”, é frequentemente ignorado ou desvalorizado enquanto conhecimento ou enquanto ciência.

No contexto de invisibilização e anulamento do Outro, as características do sistema-mundo atual se refletem individualmente sobre os seres colonizados, sejam aqueles dos países do Sul Global, sejam aqueles periféricos que rodeiam a sociedade caucasiana dos países centrais. O ser colonizado é muitas vezes impelido a absorver a cultura e os hábitos do seu colonizador. Um ser em busca de uma sensação não encontrada de pertencimento, dentro de um contexto de aniquilação cultural, social e às vezes fatal. A relação colônia e metrópole é exposta nesse antagonismo entre ser e não pertencer, entre o existir periférico e o fazer parte de uma comunidade da qual você será sempre *outremizado*, ou seja, sempre visto como o que não pertence (LARAIA, 1986).

Entre sociedades ou intrassociedade, floresce uma agressividade entre o ser colonial e o colonizado, guiados pelo que Laraia (1986) chama de etnocentrismo. Por herança cultural, os homens reagem – na maioria das vezes – de modo depreciativo àqueles que fogem “[...] dos padrões aceitos pela maioria da comunidade, discriminando o comportamento desviante”, considerando aquilo que conhece e que é seu como o padrão correto e natural e recriminando o que para ele é considerado extremo (LARAIA, 1986, p. 67). O outro é visto como a negação necessária de uma identidade primordial, cultural ou psíquica, desaguando em um sistema de diferenciação. Nessa modalidade, “a soberania, consiste no poder de fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida” (MBEMBE, 2017, p. 64). Para Mbembe (2017), a condição individual dessa massa é a de se ver obrigada a lutar diariamente com a morte ou de sua vida ter um preço tão baixo para a sociedade na qual está inserida que é cada vez mais espectral, fantasmagórica e cada vez menos humana.

Aqueles que resistem com diferentes sistemas de valores dos “recém-chegados” (colonizadores) ou as elites fagocitadas que controlam os países colonizados recebem designações genéricas de povos indígenas ou comunidades locais (EGZIABHER, 2004). O conceito de povos encapsularizados de Carvalho (2000) sobre os povos Kuvale do Sul de Angola ilustra bem o contraste entre os fagocitados e todos os outros, os excluídos, os periféricos, os chamados “povos tradicionais” e todos os nomes do gênero para aqueles que não seguem os padrões econômicos e culturais do sistema-mundo. Sobre os grupos de pastores do Sul de Angola, o autor reflete que sua posição geográfica e social os coloca como sujeitos insulares, seja da Angola colonial, seja da Angola de hoje, “[...] em um impasse e paradoxo histórico, que é comum a outras populações pastoris da África”, com a prevalência de modelo endógenos econômicos, políticos, sociais e culturais (CARVALHO, 2000, p. 717).

De facto, por exemplo, parece-me não ter ainda esgotado a matéria sobre os tais impasses e paradoxos com que certas populações se vêem confrontadas no presente e que as empurram para uma integração precipitada nos sistemas económico, social e cultural dominantes, o que, de uma maneira geral e no imediato, não pode muitas vezes saldar-se senão por desestruturação, inviabilidade produtiva e transição de situações de subsistência ecologicamente concertada à de sobrevivência desesperada e de miséria. (CARVALHO, 2000, p. 717)

Uma vez que a ocidentalização, urbanização e a falta de eficiência institucional e econômica do Estado são incapazes de garantir sobrevivência, direitos básicos ou acesso adequado aos bens naturais, os Kuvale passam por esse processo de encapsularização, optando pela “endogenia pastoral” integrada a uma paisagem que, para outros, pode parecer desértica e extrema, mas, para eles, garante prosperidade, em um meio ecológico que basta a si mesmo – diferente do que acontece para a maioria restante do país (CARVALHO, 2000). Essa encapsularização acaba isolando-os e “outremizando-os” diante dos olhos de tal maioria.

2.3.3 O racismo como instrumento epistêmico

Uma das eminentes formas de estratégia legitimadora de dominação é o racismo. Sendo este um tema impossível de dominar *en passant* e por si só digno de atenção exclusiva, não pretendo me estender ou refletir exaustivamente sobre ele. No entanto, considerando o racismo como parte

intrínseca da existência da colonização e da modernidade tal como estruturada hoje, é importante colocar em debate a discussão de autenticidade cultural, as diferenças culturais e até as armadilhas linguísticas enquanto ferramentas legitimadoras do preconceito.

Tal preconceito elucidada as dimensões da exclusão social e reflete de modo gradativo no ataque: rejeição verbal, fuga, discriminação, ataque físico ao genocídio. Muitos autores pós-coloniais lembram que não é possível descolonizar sem desracializar. A raça não é nada senão uma identidade socialmente construída, rodeada de intenções políticas, que inventa competências cognitivas e força pelo estímulo social contínuo códigos que não seriam naturalmente percebidos. As características físicas são exacerbadas para a criação do “nós” perante o “outro”, manipuladas para que sejam constantemente estabelecidas “semelhanças” e “diferenças” e usadas como argumento para legitimação da dominação colonial (CARVALHO, 2014).

Em Angola, o massacre ambiental e, conseqüentemente, das populações locais durante a colonização – e que tem reflexos até hoje na prática agrícola – não é desconectado da questão racial. Para o processo de fragmentação e expropriação do território, o racismo foi central como tecnologia de exclusão e subjugação e como mecanismo dos poderes estabelecidos para preservar uma dominância social de base étnico-racial (JESUS; CARVALHO, 2014). A construções raciais foram criadas para legitimar não apenas um discurso superior, mas também o de direito da posse da terra e da acumulação de capital, humanos e ambientais. Como apresentado no capítulo anterior, vemos a questão étnico-racial como fator central de diferentes políticas de exclusão fundiárias e ambientais durante o período colonial, expostas de maneira mais pungente no estatuto do indígena, que vigorou até a década de 1960 e não reconhecia o direito de propriedade (ou de cidadania) aos nativos. Na visão de Castro Henriques (2004), a criação do território do colonizador foi assegurada pela sua branquização, defasando a identidade presente e impondo a criação de uma nova, em que os africanos tinham sua africanidade e sua autonomia retiradas, seja nas formas de vestir, dormir, falar, rezar, trabalhar ou de se relacionar com o ambiente e com a terra. A branquização constituiu uma operação central e perversa na organização e no controle do território colonial, hierarquizando fenótipos e definindo seus papéis nessa nova realidade.

Hoje, em Angola, apesar do fim da colonização, é possível observar em diferentes instâncias as conseqüências inertes desse processo de racialização, de forma explícita ou velada. Quitari (2015), que pesquisa questões de terra no Sul de Angola, faz essa análise sobre a agricultura, revelando como as predominantes visões tecnocráticas e economicistas do campo hoje são reflexos

de uma análise pobre sobre o período colonial, omissa sobre as práticas raciais excludentes de então. Para ele, a valorização e a preferência das *commodities* agrícolas como o melhor caminho a ser seguido na economia agrícola tem como base e justificativa os altos índices de prosperidade comercial de *commodities* durante o período colonial. No entanto, tal visão só é possível por uma discussão esvaziada de análise histórica que ignora que qualquer elevado índice de produção aconteceu apoiado em um processo de exploração, de expropriação de terra e, sobretudo, de uma violenta exclusão racial.

2.4 Caminhos possíveis para o diálogo e para as pontes de conhecimento

Não pretendo aqui explorar todas as sequelas e consequências, coletivas ou individuais, desse xadrez de subalternidades e opressões, mas descrever o contexto em que as desigualdades presentes no mundo estão inseridas, inclusive aquelas de exterioridades socioambientais, e refletir como essa realidade pode ajudar no entendimento da conjuntura do entendimento sobre terra e meio ambiente no Sul de Angola, objeto desta dissertação. Todavia, como Cooper (2008) expõe, é preciso ir além da dicotomia subalterno e colonizador. Nesse sentido, serve destacar algumas propostas de autores pós-coloniais que mapeiam as soluções de resistência ou os caminhos possíveis de diálogo e quais são os impactos do e para o objeto deste estudo nesse encadeamento.

Enquanto a ciência ocidental propõe um caminho linear, universal e muitas vezes epistêmicas, as propostas aqui descritas têm em comum um olhar mais inclusivo e heterogêneo, que aceita dissensos e mesmo a co-vivência entre os diferentes. Para ser oposição ao modelo atual hegemônico, não é preciso uma história única, assim como não é preciso uma moeda de duas faces. São muitas as verdades necessárias que podem compor um mosaico de conhecimentos e modos de existir no mundo. Lang (2016) adiciona sobre a multiplicidade: para superar o capitalismo enquanto relação capital-trabalho, as dimensões do patriarcado, o colonialismo e as relações depredadoras com a natureza, os horizontes devem estar nos bons viveres, no plural, baseados na aprendizagem coletiva. Não se trata de ignorar todos os conhecimentos do Norte/Ocidente e colocar as experiências do Sul Global em um pedestal. Esse processo acabaria por se mostrar paternalista, uma vez que anular o Outro como um todo seria reforçar sua existência. Assim, a busca tanto de alguns autores quanto desta dissertação é entender como tais sabedorias e modos de viver podem

se encontrar no meio do caminho, criando um conhecimento alternativo, porém composto. Autoras e autores aqui apresentados cunharam termos e conceitos que procuram dar conta dessa pluralidade.

A ecologia dos saberes, sugerida por Santos (2004) confronta a monocultura da ciência moderna. Baseia-se no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) em interações sustentáveis e dinâmicas, sem comprometer a autonomia de qualquer lado. Conhecimento assim é interconhecimento, uma utopia em que aprender outros saberes é possível sem esquecer os próprios, promovendo diálogo e interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não científicos – sem descreditar o segundo, tampouco o primeiro. Na sua proposta, a utilização do conhecimento de forma contra-hegemônica é central. Se a ciência moderna pode ser abraçada e reconhecida por suas conquistas, é crucial que o mesmo seja feito para as outras formas de conhecimento, e que as falhas da primeira também sejam exploradas. O autor destaca o caso da preservação da biodiversidade, que tem sido liderada por formas de conhecimento, sobretudo, indígenas e de outros povos das florestas, camponeses e populações rurais e, paradoxalmente, ameaçada pela ciência moderna.

A realidade da Angola não foge da realidade do Brasil e conforme eu disse, nós temos, por exemplo as comunidades indígenas que são os San. Eles são caçadores e coletores, eles encontram toda a sua vida na própria natureza. A caça que praticam é uma caça ecológica, não abatem árvores. Quer dizer, eles trabalham, vivem, diretamente com a natureza ali, com a natureza ou com seu habitat, de maneira ecológica e outras comunidades como os Mucubais. Então, os fazendeiros e latifundiários, os mineiros, os empresários que fazem ou que são proprietários das indústrias extrativas, tanto indústrias madeireiras, indústrias de extração de minério, de extração petrolífera e outros recursos naturais, esses é que prejudicam ou que causam os impactos ambientais danosos. Eles (as comunidades) têm a terra como sua propriedade, como propriedade dos seus ancestrais, que deve ser cuidada com toda atenção de forma que não se danifique. Eles são, podemos dizer, mais ambientalistas em relação aos que vivem na cidade.

BAPTISTINY, entrevistado, Angola, março de 2020

Em outra linha acadêmica, Santos e Meneses (*apud* PORTO, 2019) propõem o conceito de justiça cognitiva, que seria o reconhecimento de direitos dos povos massacrados no passado e no presente de modo que os sentimentos e conhecimentos que tenham sido reprimidos sejam de alguma forma liberados, promovendo uma energia coletiva baseada na tolerância e no diálogo. Como a ecologia de saberes, essa visão destaca os limites da ciência moderna e é contra a hierarquização de conhecimento, refuta a polarização entre moderno e ancestral, que, para os autores, só acentua as exclusões radicais e não contribui para um mundo equitativo. Porto (2019, p. 4.456), ao analisar a teoria, entende que a proposta tem o desafio de superar a fragmentação das lutas dos vários grupos sociais oprimidos, mas fornece bases para uma nova utopia que busca “[...]”

reconhecimento, legitimidade e direito à coexistência da enorme pluralidade de sistemas de conhecimentos existentes nos diversos povos e culturas”. Uma utopia que enfrenta articuladamente o capitalismo, o colonialismo, o racismo – e a violência que vem anexa a esses três eixos da modernidade.

Também no caminho do diálogo e da reinvenção de sentidos está a ideia de vulnerabilidade na resistência de Judith Butler (2016), outro duplo conceito a ser despolarizado. No discurso universal, as duas concepções são opostas, uma não pode ser concebida junto à outra: na vulnerabilidade, não existiria resistência; pelo contrário, seria um lugar passivo que requer proteção paternalista, relegado a um papel categórico e sem agência, que limita os sujeitos de suas ações a objetos. A autora entende que há políticas e instituições encarregadas de vulnerabilizar determinadas populações, rotulando-as de incapazes de articulação ou resistência política. Ela refuta tal concepção e entende que vulnerabilidade é uma das condições fulcrais para a possibilidade de resistência. Esta, para a filósofa, começa no existir – que implica a disputa do espaço público e do espaço próprio de cada corpo – e no teorizar, pois mesmo os corpos mais periféricos ou massacrados são capazes de impor resistência coletiva a um sistema tirânico (DEMETRI, 2018). Magalhães (2013), nesse contexto, adiciona que a vulnerabilidade não é a única relação entre dominantes e subalternos: há um influxo recíproco, há a interação e há circularidades entre os dois polos. Os considerados subalternos podem expressar autonomia e estranhamento absoluto a culturas impostas.

Essa rotulação da vulnerabilidade que cria uma dicotomia entre vencedores e perdedores é analisado por Logan (2004) como um instrumento de domínio ocidental no campo ambiental na África. Em sua argumentação, o autor destaca como a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável no continente impõe aos seus moradores o estigma de perdedores em três diferentes níveis: (i) eles são aqueles que ainda não existem (as gerações futuras); (ii) eles são aqueles que existem, mas não são conscientes de suas perdas; (iii) eles são aqueles que existem, mas são impotentes para endereçar qualquer mudança. Em todos os casos, justifica-se a intervenção externa pelas mãos dos “vencedores”.

Não tanto no caminho do estabelecimento de pontes ou da destruição de paradigmas antagônicos, e mais no sentido de colocar o mundo de cabeça para baixo e mudar a lente pela qual o enxergamos, Comaroff e Comaroff (2013) sugerem uma guinada em como experimentar a realidade pós-colonial e configurar as formas de interrogar o presente e o futuro do capitalismo

global. Para os autores, o Sul foi sempre o primeiro a sentir os efeitos das forças históricas mundiais e tem, por isso, maior potencial de prenunciar o futuro do Norte Global. No livro *Teorias do Sul*, o casal reflete que essa tendência estava no passado – afinal, ao longo da história, o Norte adotou e se apropriou de técnicas, conhecimentos e práticas desenvolvidas no Sul, sendo estas os pontos de partida para muitas das invenções do Norte –, mas está ainda mais clara no presente. Na medida em que a ordem mundial capitalista contemporânea se espalha, deságua seus defeitos para além das colônias, atingindo as veias dos países centrais. O Sul vira vanguarda⁸ da história e “produtor ativo de teoria social” (COMAROFF; COMAROFF, 2013, p. 80), e é a sua perspectiva que passa a ajudar na compreensão do mundo. Os centros passam a imitar as periferias e estas, por sua vez, indicam caminhos a serem seguidos, em um “prenúncio hiperbólico” do que está por vir (COMAROFF; COMAROFF, 2013, p. 43).

A cultura e o fortalecimento territorial também se colocam como lugares possíveis de negociação e de pontes de diálogos entre Norte e Sul. Quando aqui falo de cultura, estou me referindo à capacidade de as populações colonizadas e/ou periféricas participarem de forma real no mundo. Sendo a pobreza e a exclusão um lugar de baixíssima densidade de escolhas, a cultura tem o papel de aumentar o grau de poder de decisão, seja pela escolha cultural, seja pela escolha identitária, contribuindo para o entendimento do lugar individual e coletivo no mundo e, conseqüentemente, do lugar de atuação enquanto cidadão. A cultura é, portanto, um reforço identitário de pertencimento. A hora que o grau dessa identidade aumenta, também se amplia a quantidade de escolhas e, então, de poder. Nesse sentido, a terra e o meio ambiente no Sul de Angola fazem parte desse reforço identitário e desempenham papel central na sua constituição. Sua tomada ou apropriação é também a retirada ou diminuição desse poder de escolhas e, conseqüentemente, do poder de cidadania.

Baseando-me na experiência, na experiência do meio rural, a população, as comunidades definem a terra como sua vida, por que é onde se encontram sua razão de ser, onde encontram seu modo de viver, e operar. Para eles, para as comunidades, sem a terra não tem vida, sem a terra não conseguem viver [...]. Existe uma relação muito grande [cultural e de identidade], porque, a população para além do que o frisei, encontra a sua vida a sua razão de ser, o seu modo de viver na terra, porque é na terra onde eles encontram um planeta terra, onde se encontra a própria água, os próprios corpos que formam a terra. O povo tem a terra como questão cultural, tem a terra como um valor, consideram a terra como uma relíquia cultural. Muitas vezes nós de Angola e, sobretudo, no sul da Angola, eles acham que quando

⁸ Sobre o *avenir* do Sul, vale destacar que o contexto em que o livro foi escrito é diferente da realidade atual, mesmo com poucos anos passados. Em 2013, trabalhava-se com a perspectiva do grande crescimento do continente (africano e sul-americano), mas hoje talvez não haja lugar para tamanho otimismo.

recebem a terra ou quando são expropriados das próprias terras, sentem que não respeitaram ou violaram os seus, o seu bem cultural ou o seu bem material.
BAPTISTINY, entrevistado, Angola, março de 2020

A relação entre a formação da identidade cultural e a questão pós-colonial é discutida por Hall (2009), que afirma que há em voga dois processos globais. Um ilustra as forças imperantes da homogeneização cultural, que ameaça subjugar todos os outros modelos, impondo sua mesmice. O outro são os processos que vagarosa e sutilmente estão descentrando os modelos ocidentais, que, embora ainda não tenham o poder de repelir o processo anterior, estão em constante negociação, subvertendo-o e traduzindo-o em novos fluxos a todo instante. Nesse contexto, delinea três pontos significativos: o primeiro é o modo como a crítica pós-colonial desmistifica e critica a polarização ao pensar identidade e cultura. Refuta a configuração destas pelos conceitos antagônicos de “cultura original” (metrópole) e “cultura copiada e refletida” (colônias) ou vice-versa (quando centrada sobre populações diaspóricas) e entende uma fluidez entre tais identidades que se compõem simultaneamente.

O segundo ponto apontado pelo autor é que, com a globalização, os conceitos sólidos de Estados-nação começaram a chegar ao fim. Inicia-se uma fase transnacional, com a descentralização e desterritorialização dos centros culturais e com um afrouxamento do espaço entre a cultura e o “lugar”. Cada identidade exerce sobre a outra sua influência cultural, modelando culturas e embaralhando os conceitos dominantes nos Estados-nação, de modo a produzir novos fluxos dentro das antigas sociedades. Por fim, destaca que a cultura não é uma viagem de redescoberta e de retorno, mas uma produção contínua que depende da tradição (mesmo que em mutação) e de um conjunto efetivo de genealogias, mas que não é hermética nem estática.

A identidade cultural não é um núcleo imutável e atemporal e não pode ser apenas definida pela tradição, autenticidade e fidelidade às origens. Cada identidade carrega diferentes traços e não subsiste em binarismos e, seja de lá ou de cá, será sempre “irremediavelmente impura”. As identidades se tornam múltiplas, influenciadas por outras forças e fagocitadas por outras identidades e pertencimentos. Por exemplo, o caribenho diaspórico se torna, por associação, afro-caribenho, que se torna membro da comunidade negra inglesa, que se torna imigrante, que se torna afro-americano etc. – e, com a sensação de deslocamento quase eterna, o mito de uma concepção fechada de identidade é quebrado. As próprias lógicas culturais vão tomando novas formas com o

tempo até se tornarem, talvez, irreconhecíveis ao que um dia já foram. Aprendendo e absorvendo, os padrões também seguem mudando.

Tal fluxo cultural e identitário já tinha sido abordado em *Locais da Cultura*, por Homi Bhaba (1998), com o conceito de *entre places*. Seria este um interstício entre identidades fixas que abre a possibilidade de um hibridismo cultural com acolhimento de diferenças e sem hierarquia. Uma noção que poderia ser uma saída para que as culturas se reconheçam por meio de suas projeções de alteridade. Embora invariavelmente necessária uma negociação complexa e nem sempre dialógica da articulação social, o *entre place* seria o “tocar o futuro em seu lado de cá”. Para o autor, é só nesse ponto fluido que será possível a compreensão da ação humana. Para entender e viver o presente, é preciso transformá-lo em um lugar expandido, afirmando as fronteiras da existência insurgente e intersticial da cultura e da identidade como a tradução ideal desse *entre-lugares*. Essa fluidez cultural é destacada por Mia Couto para definir a negociação cultural constante e ininterrupto em Moçambique:

Tenho o cuidado com a própria maneira de olhar para essas coisas. A primeira tentação é falar da preservação de culturas. Elas têm que ser respeitadas, mas eu não sei se têm que ser preservadas, afinal elas têm a própria dinâmica de negociação, que não começou agora. Não existem comunidades que são puras, que se mantiveram intactas e que só agora estão sendo surpreendidas com os fenômenos sociais como a urbanização. É verdade que agora tem uma rapidez quase antropofágica, mas eu não acho que as culturas são tão frágeis como a gente pensa. Essas culturas, que chamamos de tradicionais – palavra que não gosto muito – têm uma capacidade de negociação muito forte. Dou este exemplo: a maneira como aqui a sociedade urbana é ruralizada. As pessoas que habitaram Maputo, por exemplo, se urbanizaram? Sim, mas em troca, obrigaram a cidade a partir-se, a ruralizar-se. As pessoas andam na rua mais do que na calçada, pois esta não existe na concepção rural. A maneira como as pessoas não têm uma palavra para dizer lixo nas línguas africanas locais, porque lixo é uma entidade urbana e uma realidade recente. A maneira como uma pessoa concebe a sua residência, o espaço em volta, o convívio social. Maputo vive em conflito consigo mesma porque foi concebida para certo tipo de urbanismo e de urbanidade e agora, quem vive na cidade, pensa e sente de outra maneira e, portanto, quer trazer o campo para cá. É muito curioso. É uma questão dessas brigas de culturas. Portanto, eu não acho que se tenha que fazer uma grande bandeira de defender a pureza das culturas porque felizmente todas as culturas são impuras. (COUTO, 2013)

Hountondji (2008) também defende, sobre a perspectiva cultural e identitária, o desenvolvimento de uma tradição autônoma, confiante em si própria, que responda a problemas e questões suscitadas direta ou indiretamente pelos próprios africanos. As sociedades africanas “[...]”

devem elas próprias apropriar-se ativa, lúcida e responsabilmente do conhecimento sobre elas capitalizado durante séculos” (Hountondji, 2008, p. 149). Considerar as forças criativas locais deve ser central. Um ponto igualmente reforçado por Mbembe. Para o filósofo camaronês (2017), é preciso uma ideia da qual a África seria a metáfora viva. Para que a democracia se enraíze, deve ser apoiada por forças sociais e culturais organizadas, instituições e redes resultantes da genialidade, da criatividade e, sobretudo, das lutas diárias das próprias pessoas e das suas próprias tradições de solidariedade.

A noção de território ligado à cultura também tem sido usada como proposta alternativa de resistência. Lang (2016) salvaguarda que a defesa e autogestão do território e de um modo de vida relativamente autossuficiente, com o pensar de formas diferentes de produzir, distribuir e estabelecer relações sociais, culturais, organizativas e comerciais, é uma contraposição ao espólio das condições materiais inerente ao modelo atual de desenvolvimento. A autora destaca que são muitos os exemplos que têm seguido nesse sentido: desde os diferentes processos de autonomia e lutas camponesas pela soberania alimentar aos processos organizativos em bairros populares e redes de cooperativas rurais.

Para mim o que é isso de meio ambiente, não sei assim te dizer de forma muito concreta, mas efetivamente para mim o meio ambiente, para além desse chavão, que é tudo aquilo que nos rodeia, né? (Risos)... para além desse chavão, para mim meio ambiente é o espaço, é o lugar, é um espaço de escuta, é um espaço que luta, onde as pessoas constantemente querem se reafirmar com pessoas. Onde as pessoas constantemente querem ocupar um determinado lugar, querem ter alguma hegemonia naquele espaço. Então para mim, meio ambiente tem muito a ver com a capacidade das pessoas, de forma coletiva, conviverem e desenvolverem as suas atividades de forma individual e de forma coletiva.

KITOMBE, entrevistada, Angola, março de 2020

O que o noto quando vamos para as comunidades e as comunidades apresentam como suas demandas, apresentam como suas preocupações: 'nossa terra está sendo desapropriada porque vem o senhor da fazenda e agora não me deixa ter acesso a água'. Essas respostas que nós vamos adquirindo já precisa o que para essa comunidade seria o meio ambiente. Como comunidades, eu acho que meio ambiente é estes acessos a recursos. 'Nós queremos participar do processo de desenvolvimento do nosso município', 'Nós queremos fazer parte das decisões do Estado', são expressões que vão levantando de forma muito concreta, mas que você percebe que no fundo elas só estão a apelar para o meio ambiente para um ambiente que elas podem se sentir parte. E o meio ambiente para as comunidades, eu acho que é um pouco isso, essa possibilidade de poder interagir e sobretudo a possibilidade de ter acesso à terra. E aqui nós em Angola estamos a falar do acesso à terra, não só do acesso a uma habitação, acesso a um espaço habitacional, mais acesso, eu não sei como vocês chamam aí no Brasil, mas aqui chamamos uma lavra, uma roça. Para eles, para as comunidades, e isso é um recurso. E esse recurso vem de onde? Do meio em que nós habitamos. Então para essas comunidades o meio ambiente é tudo que elas têm e podem acessar.

KITOMBE, entrevistada, Angola, março de 2020

Outra rica noção de território é dada por Castro Henriques (2004), no seu estudo sobre a região da atual Angola. Interessada pela fidelidade dos angolanos pelos quatro cantos do país a um território único e indivisível e a uma identidade nacional mesmo que ambos tenham menos de um século de idade, a autora procurou entender melhor a origem dessa unidade, desafiando a redução dos africanos que ali viviam a uma massa passiva, sem força e autonomia. O que ela encontrou como liame está, sobretudo, nas noções africanas relacionadas ao território. A terra africana integra o espaço religioso, sagrado. Seu uso social e simbólico não permite transformá-la em um valor de troca, em um atributo comercial. Os territórios fazem parte da construção histórica e da construção do indivíduo, responsável pela formação de sua autonomia e de sua identidade.

Não é possível esquecer que a identidade é estruturalmente etnocêntrica: o indivíduo é o que é ou o que pretende ser devido à sua integração num grupo, instalado num território próprio, caracterizado tanto pela sua estrutura específica, como pela diferença que o separa do Outro. O território identifica-se por isso através da relação que sustenta com a história, e que se exprime não só pela presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, os outros provindos do imaginário do indivíduo e da sua sociedade. (CASTRO HENRIQUES, 2004, p. 13)

Essa conceptualização de território é diametralmente oposta à europeia, para quem a terra só passa a ter valor a partir do momento que pode ser privada, passando a ter sentido comercial ou tornando sua comercialização possível. Assim, para a invenção do território colonial, os europeus infligiram um processo violento de laicização, “desdivinização”, dessacralização da terra, para ser integrada na lógica europeia do comércio, assim como no sistema simbólico da representação ocidental (CASTRO HENRIQUES, 2004). O território colonial retalha o território africano em fragmentos privados vendáveis (fazendas, plantações, quintais, hortas, jardins, campos de esportes), delimita-os por fronteiras políticas e os introduz na lógica da representação cartográfica como formas indispensáveis da exploração e apropriação. Ao expulsar o africano de seu território, procura privá-lo de uma identidade, condenando-o à morte.

A violência do sistema da linha abissal epistemológica está na incorporação, cooptação, assimilação e destruição cultural e humana, como vimos, mas também toma forma na apropriação e pilhagem da própria biodiversidade e do conhecimento existente sobre ela. Na prática, essa interligação das formas de violência e apropriação é profunda (SANTOS, 2007). Mbembe (2017) lembra que essa relação não é de hoje e não é casual:

Se virmos bem, o regime de plantação foi, antes de mais, o das florestas e das árvores que regularmente teriam de ser cortadas, queimadas e abatidos; o do algodão ou da cana-de-açúcar que deviam substituir a natureza preexistente, de paisagens antigas que era preciso remodelar, o de formação vegetais anteriores, que era preciso destruir, e o do regime de um ecossistema que era preciso substituir pelo agrossistema [...] o regime da plantação, o regime da colônia, e o regime da democracia [...]. Um concede ao outro a sua aura, numa estreita relação de distância aparente e de proximidade e intimidade reprimidas [...]. Lembramos que a ordem democrática, a ordem da plantação e a ordem colonial mantiveram, durante muito tempo, relações geminadas. Essas relações estão longe de ter sido acidentais. Democracia, plantação e império colonial fazem objetivamente parte de uma mesma matriz histórica. Este fato originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência da ordem mundial contemporânea. (MBEMBE, 2017, p. 23 a 43)

A análise socioambiental é, assim, uma janela privilegiada para abarcar a assimetria de poder entre os diferentes modos de se relacionar e existir entre as sociedades ou entre estas e a natureza. As violências dos sistemas extrativistas ou neoextrativistas e os divergentes interesses e valores expõem as consequências do sistema-mundo tal como hoje estão estabelecidas as redes de poder, assim como igualmente revelam as tensões acima ressaltadas pela crítica pós-colonial.

Por exemplo, as indústrias diamantíferas. Nós, como sabes, o leste tem as lundas norte e sul que são a nível de país as zonas que mais produzem diamantes e esse tipo de atividades realmente tem muitos efeitos nefastos com relação ao ambiente. Acabam por estragar a qualidade da água dos rios, por exemplo, muitas pessoas se queixam da qualidade da água que bebem, porque antes das grandes empresas começarem a fazer a extração de minas a água era limpa, mas com a abertura dessas empresas a qualidade da água realmente deteriorou-se. Em alguns casos, vê-se que com a abertura dessas empresas diamantíferas há muitas questões de erosão e de ravinas. Portanto, aqui no Leste também tem essas grandes empresas ligadas à extração mineira. [...] Os grandes investimentos têm efeitos muito nocivos porque de princípio eles usam grandes máquinas para a abertura de grandes campos e acabam por fazer uma grande destruição de um maior número de árvores. Acabam também por afetar a maior parte dos rios e até em alguns casos acabam por criar muitas erosões e ravinas porque, ao fazerem realmente esses grandes desmatamentos, acabam por afetar os solos [...]. Então, com relação aos camponeses não vamos notar muita esta ação negativa porque os meios que eles usam, em princípio, não são meios que vão produzir, vão abrir grandes áreas para cultivo. Aliás, eles também procuram preservar muito disso. Por exemplo, eles deixam a maior parte das árvores porque também querem aproveitar o mel, muitas dessas árvores trazem alguns benefícios em relação a insetos... Eles não fazem muito o abate como se tivéssemos a ter empresas. A ação humana nessas comunidades com delimitações vai ser inferior à devastação feita por uma empresa.

DOMINGO, entrevistado, Angola, março de 2020

Entender que no cerne de tais movimentos está uma luta identitária e cultural será nosso ponto de partida para refletir sobre as sinapses da crítica pós-colonial e do campo de ecologia política. Não há território sem meio ambiente, não há cultura sem território e não há identidade

sem cultura. Veremos que falar de ecologia no Sul de Angola, levantando o entendimento holístico das identidades pós-coloniais que discutimos até agora, é falar da política do sistema-mundo desigual em que estamos hoje inseridos. Tal sistema, afinal, só é possível por conta do acesso do Norte geopolítico e das elites dos países do Sul à totalidade dos bens de nosso planeta. Nessa afluência estão incluídas não apenas a exploração de mão de obra barata e de conhecimentos e saberes, no processo epistêmico já detalhado, mas também a apropriação dos bens naturais e a exploração desmedida da capacidade do meio ambiente e da terra de absorver um aparelho político e econômico insustentável (LANG, 2016).

3 Do mundo ao Sul de Angola: conectando meio ambiente e ecologia política e a crítica pós-colonial

Há muito no debate da biodiversidade, das mudanças do clima e dos desastres ambientais que deveria interessar àqueles envolvidos nas discussões contemporâneas sobre a história, o desenvolvimento e a crítica pós-colonial. A relação entre os campos provoca uma discussão que conecta na marginalidade os dois polos do tempo – passado e futuro. O sistema capitalista que nos envolve incita um modelo de vida focado apenas no presente, desconectado do amanhã e do ontem. Se os estudos pós-coloniais expõem tal isolamento quanto ao passado, o comportamento humano diante da tragédia climática e ambiental simboliza o isolamento da sociedade quanto ao futuro.

No entanto, antes de qualquer sugestão de conexão entre campos, uma pergunta central: de qual meio ambiente estamos falando? Os números trazidos pelos relatórios científicos⁹ das principais organizações ambientais do mundo sobre o estado atual do planeta são alarmantes: 10% da terra fértil se transformaram em deserto, e 29% da terra global, onde residem cerca de 3,2 bilhões de pessoas, estão em ponto crítico (*hotspot*) de degradação (GEO6, 2019); um milhão de espécies estão ameaçadas de extinção (IBPES, 2019); e 3,6 milhões de hectares de florestas tropicais primárias foram degradadas apenas em 2018 (GLOBAL FOREST WATCH, 2019). A Figura 1, infográfico publicado pelo jornal português *O Público*, em setembro de 2019, ilustra alguns dos cenários esperados como resultados do agravamento da mudança do clima. A peça faz parte do projeto *Covering Climate Now*, uma colaboração global de 250 organizações de mídia que visa fortalecer e dar profundidade à cobertura da crise climática.

⁹ Sobre o valor dos relatórios climáticos de organizações internacionais para um estudo que se apoia na crítica pós-colonial, aqui levo em consideração os argumentos de Santos sobre a ecologia dos saberes (além dos outros modos de vida e epistemologias, é preciso também reconhecer o valor da ciência ocidental, sendo, no entanto, crítico a esta quando necessário, mas sem anulá-la), a análise de Cooper (negar a ciência do colonizador é ser dicotômico sobre os conhecimentos e só faz o reafirmar como Outro) e a constatação de Chakrabarty sobre a inegabilidade da mudança do clima entre os teóricos das ciências humanas e pós-coloniais (e dos relatórios sobre tal produzidos por crível corpo de cientistas).

O que podemos esperar

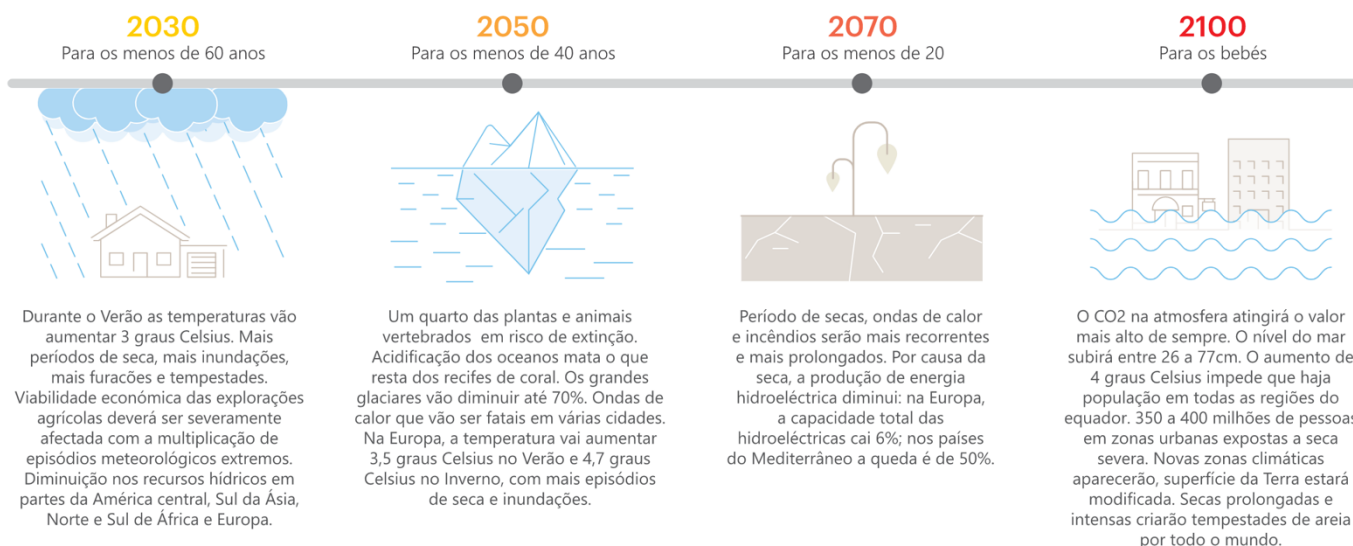


Figura 1 – Mudança climática: o que podemos esperar.
Fonte: Projeto Covering Climate Now/O Público, setembro, 2019.

A África é o continente mais afetado pelas mudanças climáticas e com maior exposição de pessoas vulneráveis ao aumento da desertificação, com aproximadamente 500 milhões de pessoas vivendo em áreas afetadas, que são também as mais suscetíveis a eventos extremos, incluindo secas, ondas de calor e tempestades de poeira (IPCC, 2019). As mudanças climáticas também resultaram em aumento de infestações de pragas e doenças agrícolas e em menores taxas de crescimento animal e produtividade, agravando a insegurança alimentar africana, sobretudo das regiões mais secas e dos sistemas pastorais. Chuvas, enchentes, inundações, secas prolongadas, ciclos agrícolas desregulados e safras perdidas são outros sinais das mudanças climáticas no continente (TOULMIN, 2009; MAATHAI, 2004).

Por outro lado, o continente também se destaca como aquele que menos contribui para o aumento dos gases de efeito estufa. Toulmin (2009) coletando os dados disponíveis desde 2007, mostra que na África as emissões *per capita* de CO situam-se em 1 tCO (toneladas de CO₂), enquanto a média mundial é de 4,3; a da Europa é de 15; e a dos Estados Unidos é de 19,9. O arcebispo sul-africano Desmond Tutu (*apud* TOULMIN, 2009, p. 1) sublinha: “Os países mais ricos do mundo emitiram mais do que sua parcela justa de gases de efeito estufa. As inundações,

secas e outros impactos das mudanças climáticas resultantes continuam a afetar de forma desproporcional as pessoas e países mais pobres do mundo, muitos dos quais estão na África”.

Eu acho que o problema global para a África é a degradação por causa da mudança climática e isso está acontecendo nos últimos anos 30 a 40 anos, que também são uma parte daquele período onde Angola sofreu por causa de guerra. Então, é um bocadinho difícil analisar o impacto da mudança climática porque os dados em Angola, sobre esse impacto, não existem. As estações meteorológicas e hidrológicas foram abandonadas durante aqueles anos. Mas, também a respeito da mudança climática, está completamente fora de controle da população angolana e há quase nada que, em termos políticos das ações que Angola pode fazer para evitar essas mudanças, porque a mudança está provocada pelas ações nos países do Norte, América, China, etc. A África simplesmente tem que adaptar ou sofrer.

CAIN, entrevistado, Angola, março de 2020

O caso de Angola, com recorte para a região Sul, em sua posição geográfica e socialmente periférica, explode as concentrações de tais questões, especialmente agravadas. A discrepância ambiental que se revela em perspectiva nacional em Angola é ainda mais acentuada no Sul e no Sudoeste do país, marcados pelo contraste da paisagem física do deserto e pela imensa variedade cultural dos seus povos, mas também carimbados pela seca e pela fome que afetam 2,3 milhões de pessoas na região, incluindo mais de 500 mil crianças com menos de cinco anos. Um cenário drástico de insegurança alimentar e estado nutricional comprometido. Apenas no Cunene, a seca, nos últimos anos, afetou dois terços das 887 escolas primárias existentes, deixando 70% dos alunos sem acesso às aulas. Os dados são do relatório *Ação Humanitária para as Crianças* (UNICEF, 2019).

Eles têm um ciclo, o ciclo deles, mas percebem as mudanças de clima, por exemplo, vamos falar da seca. A seca, que assola Angola, sobretudo a região sul desde 2013 para cá, afeta todo ciclo de vida dessas comunidades. Vamos falar dos San, por exemplo. O San é um caçador que se alimenta de carne, se alimenta de mel e se alimenta de outros frutos silvestres. Então, quando existe seca esses elementos escasseiam-se. Já não há frutos silvestres, o próprio mel diminui, já não conseguem explorar o mel e mesmo os animais fogem muito porque têm que procurar áreas onde tem água para sua sobrevivência. Então, as mudanças climáticas afetam diretamente essas comunidades. [...] E mesmo quando vem cheias, por exemplo, as cheias afetam essa comunidade mais tradicionais. Há construção das habitações, uma construção rudimentar...

BAPTISTINY, entrevistado, Angola, março de 2020

Em Cuando Cubango, os campos agrícolas padecem pela falta de chuvas regulares e pelo agravamento da mudança do clima, afetando, segundo a vice-governadora para a Área Social da Província, Sara Luísa Mateus, mais de 70 mil famílias (VATICAN NEWS, 2019/ONU ANGOLA, 2019). Huíla e Namibe estão em estado de alerta, sem ver sinais de chuva há três anos. A

suscetibilidade é ainda mais profunda entre as comunidades pastoris transumantes. Apenas em 2019, perderam aproximadamente 26 mil cabeças de gado. Os povos hereros, como os muhimba, muhakahona e mucubal, veem seu modo de subsistência e, conseqüentemente, a própria existência colocados em risco (O PÚBLICO, 2019).

De acordo com Varghese e Singh (*apud* IPCC, 2019), globalmente, os impactos ambientais nos sistemas pastorais incluem conseqüências como menor produtividade das pastagens e animais, função reprodutiva danificada e perda de biodiversidade. No entanto, tais sistemas culturais de produção representam em si uma adaptação à alta variabilidade climática sazonal nos ecossistemas de terras secas. Sobre tal resiliência, Silva (2003) destaca o caso dos kuvale, em Angola, que, em condições normais, em resposta a essas condições, desenvolveram um sistema em circuitos que permite aproveitamento racional dos pastos e da água, evitando a sobrecarga ou a destruição desses bens naturais.

O conhecimento muito desenvolvido do ambiente natural permite um rendimento considerável das capacidades técnicas desenvolvidas. O conjunto das actividades económicas providencia, em princípio – isto é, sem interferência externa, ou catástrofes naturais acumuladas – uma base bastante sólida e equilibrada para a reprodução das sociedades agropastoris. Para usar a linguagem da ecologia humana, trata-se aqui de sistemas eco culturais bastante próximos da estabilidade. (SILVA, 2003, p. 13)

No entanto, segundo Krätli e Schareika (*apud* IPCC, 2019), com a intensa desertificação e as mudanças das temperaturas, as pastagens nos ambientes de terra firme estão sendo degradadas em níveis sem precedentes, afetando até mesmo comunidades com sistemas culturais e ecológicos adaptados a ambientes mais hostis, como é o caso do Sudoeste angolano. Assim como os kuvales, povos pastorais, principalmente na África e na Ásia, têm sofrido danos maiores, que vão além dos ambientais e são resultados da combinação destes com a intensificação agrícola e a fragmentação da terra causada pela invasão da agricultura em pastagens naturais (D'ODORICO *et al.*, 2013 *apud* IPCC, 2017), convertidas em terra para produção agrícola, limitando as oportunidades para os sistemas migratórios e provocando conflitos com os produtores de culturas sedentárias.

Agora, se a gente falar da terra enquanto conflitos, na verdade, uma coisa vai levando a outra. A própria questão dos efeitos ambientais, por exemplo, como no caso dos efeitos climáticos sobre a terra. Eles, de certa forma, também impactam sobre a relação das pessoas e naturalmente vai ter também relação com conflitos, ou seja, as modificações no ambiente podem também levar a modificações nas relações sociais. Nesse caso particularmente para uma relação negativa. No caso dos conflitos, é uma relação conflituosa,

mas que deriva de uma transformação ou de uma alteração das condições de sustentabilidade, como por exemplo, na escassez de terra, na falta de água, a escassez de água, recursos hídricos, e outros recursos naturais. Então ela (a mudança climática) tem uma relação muito intrínseca quando se analisa por exemplo a questão da terra, é difícil deixar de fora completamente a questão ambiental. Ou propriamente os efeitos das alterações climáticas sobre a terra. Em muitos contextos em África os conflitos de terra surgem na medida em que vai surgindo a necessidade de algumas pessoas controlarem determinados espaços, determinadas terras, determinados locais, seja por falta de condições aráveis pra agricultura, seja por falta de recursos hídricos.

QUITARI, entrevistado, Angola, março de 2020

As comunidades (no Sul de Angola) estão sofrendo ciclos da seca e de inundação, ciclos cada vez mais rápidos e as inundações são sempre piores e a seca está mais dura... As populações têm muito pouco a dizer além de adaptarem-se e sofrer. Realmente, a ação que as comunidades podem tomar é uma outra vez migração para a cidade, não sempre em migração permanente, mas muitas vezes quando elas não têm ou não encontram outra solução... Então, eu acho que as populações são conscientes que esses ciclos acontecerão num ritmo cada vez mais rápido, ciclos mais curtos, mas também mais profundos. Além disso, eu acho que a adaptação das populações é principalmente relacionada com a adaptação relacionada com a migração.

CAIN, entrevistado, Angola, março de 2020

Esses processos, associados às políticas equivocadas de sedentarização forçada e delimitação de áreas protegidas (cercas) que restringem a mobilidade do gado, impulsionaram uma crescente marginalização das comunidades pastorais, além de acelerar a ruptura de suas estruturas econômicas e culturais (ELHADARY, 2014; MORTON, 2010 *apud* IPCC, 2019). Nesse sentido, sobre os povos transumantes de Angola, convém o entendimento de Castelo (2019) de resiliência não apenas como adaptação física ao ambiente, mas como sistema de conhecimento e formação socioecológica sustentável que encapsula a reação humana aos atos políticos, gerando respostas e resistência a circunstâncias instáveis tão diversas quanto a seca, mas também quanto à violência.

3.1 Como chegamos aqui? Um olhar político ecológico

A economia e a indústria modernas se pautaram, nos últimos séculos, na contínua extração de bens naturais e em fontes de energia não renováveis, gerando um metabolismo social insustentável. O resultado são processos desorganizadores da vida (entrópicos), em oposição àqueles que a constroem, organizam e regeneram (sintrópicos), como deveria ser. Isso afetou, em escala global, o ecossistema de solos, água, ar – e clima. Esse processo foi acelerado pelos avanços da biologia, da biotecnologia e da microeletrônica, acelerando a transformação da biodiversidade em um “recurso natural” à disposição para ser explorado pela humanidade (PORTO, 2019; SANTOS; MENEZES; NUNES, 2004).

Waldman (2019) reforça que a magnitude alcançada pelos problemas ecológicos também tem raízes no modo de ser do mundo ocidental, com dinamismo da acumulação rápida de capital e da fruição linear e progressiva do tempo e da história, características responsáveis pela irrupção da própria crise. O sistema econômico atual é baseado na extração, na apropriação e no consumo da biomassa em escala global, forçando os agrossistemas e impactando irreversivelmente as formas de vida e suas relações metabólicas, assim como o equilíbrio do planeta (ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017).

O extrativismo, definido como atividade que remove grandes volumes de “recursos naturais” pouco ou nada processados (podendo ser extrativismo mineral, florestal, agrário, pesqueiro etc.), não é de agora e foi forjado em grande escala há 500 anos, quando algumas regiões se tornaram as que extraem e produzem matéria-prima, e outras assumiram o papel de produtoras de manufaturas, de modo que “[...] as primeiras exportam Natureza e as segundas a importam” (ACOSTA, 2016, p. 49-50). O processo extrativista e sua lógica rentista levou à generalização da pobreza, à desestruturação das sociedades exportadoras, à grave deterioração do meio ambiente e à intensificação das opressões do colonialismo. Essa pilhagem ambiental se concentrou, e ainda se concentra, sobretudo, no Sul Global, protagonizada por suas elites e pelos países do Norte, enquanto a luta pela preservação dos bens é sustentada, em sua maioria, por camponeses e indígenas. A pressão do agronegócio está atrelada a esse contexto, acentuando a crise ecológica global e a crise alimentar.

Em Angola, o cenário não é diferente, como descrevem Pacheco (2012) e Quitari (2015). No país, a expansão do agronegócio promove uma alta na procura de terras para produção de alimentos e biocombustíveis, gerando concentração e tensionamento do espaço. Tal concentração nas mãos de elites e empresários não gera riqueza para os agricultores pobres envolvidos. Estes, pelo contrário, veem suas terras arrendadas em condições injustas e acabam acumulando dívidas (que muitas vezes os obrigam a entregar suas terras) em créditos agrícolas por “pacotes tecnológicos modernizantes”, que, no fim, não geram nenhum resultado positivo no combate à fome e suscitam uma pressão ambiental ainda maior (PACHECO, 2012, p. 489). As políticas de desenvolvimento do governo angolano também estão atreladas ao modelo do agrobusiness, se dobrando à pressão do mercado internacional e estimulando a presença do capital na agricultura. Além da pressão aos bens naturais, seja pelo uso intenso de pesticidas, seja pelo uso intenso e inapropriado do solo, e da intensificação da concentração (e eventuais conflitos) de terras, a

especialização produtiva e o modelo extensivo de *commodities* agrícola típicos da grande agricultura se mostram em Angola incapazes como instrumentos de segurança alimentar (QUITARI, 2015).

Pode-se somar às características centrais do extrativismo e do agronegócio a apropriação de saberes e de conhecimentos dessas populações para o benefício do mercado. Ortega Santos e Olivieri (2017) destacam que os povos originários sofreram e ainda sofrem com a pilhagem e a alienação de sua herança biocultural, assim como de sua memória biocultural. Como então defender a biodiversidade sustentada por conhecimentos populares em face da voracidade do conhecimento técnico-científico que a transforma em *commodities* ou patentes (SANTOS; MENEZES; NUNES, 2004)? O campo da ecologia política procura justamente estudar o equilíbrio (ou desequilíbrio) dos ecossistemas, partindo do entendimento dos grupos sociais que neles estão inseridos. Entende-se que a desigualdade social afeta diretamente o ambiente natural, assim como os problemas ambientais são consequências diretas do apoderamento do meio ambiente e de seus bens pelos mais ricos e recaem de modo desigual sobre as populações, prejudicando os mais vulneráveis de forma acentuada. Leff (2015) define:

A ecologia política é o campo no qual se expressam as relações de poder para desconstruir a racionalidade insustentável da modernidade e para mobilizar as ações sociais no mundo globalizado para a construção de um futuro sustentável fundado nos potenciais da natureza e da criatividade cultural, num pensamento emancipatório e em uma ética política para renovar o sentido e a sustentabilidade da vida. A ecologia política enraíza a desconstrução teórica na arena política: além de reconhecer a diversidade cultural, os saberes tradicionais e os direitos dos povos indígenas, o ambientalismo radical confronta o poder hegemônico unificador do mercado como destino inelutável da humanidade [...]. A descolonização do saber e a legitimação de outros conhecimentos-saberes-sabedorias liberam modos alternativos de compreensão da realidade, da natureza, da vida humana e das relações sociais, abrindo novos caminhos para a reconstrução da vida humana no planeta. (LEFF, 2015, p. 29)

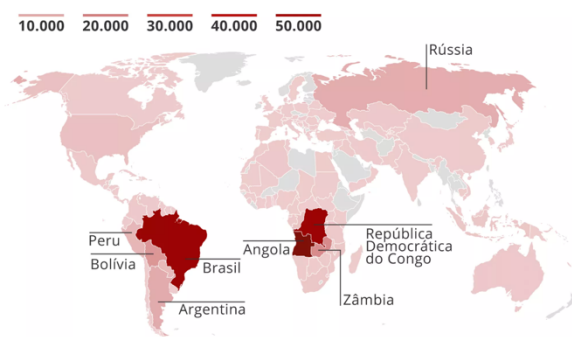
Para Logan (2004), a linha de análise da ecologia política é pertinente para o continente africano por duas razões. A primeira é a consideração de que, se há degradação ambiental por parte de populações mais pobres, é porque estes foram empurrados para as margens econômicas e ecológicas de seus ambientes. A segunda é a consideração de que os países africanos, na sua marginalidade do sistema global e na abismal diferença de renda entre os países pobres e ricos, são impelidos a sobrecarregar a natureza. Ao escancarar essas diferenças, a ecologia política fornece uma boa estrutura de análise que, em vez de focar exclusivamente fatores locais para a

compreensão de degradações ecossistêmicas, leva em conta um contexto mais abrangente, localizado no mapa de poder existente entre o Sul e o Norte Global, em evidência no contexto africano e acentuadamente no contexto angolano.

Em 2019, imagens especiais da Agência Espacial dos Estados Unidos (Nasa) colocaram Angola no topo da lista em número de queimadas. Durante a crise amazônica, em agosto, o país registrou 6.902 ocorrências em 48 horas, enquanto, no mesmo período, o Brasil registrou 2.127. Apesar das condições de bioma e clima apontarem para uma gravidade muito maior das queimadas na floresta tropical brasileira, os focos em Angola se tornaram destaque na imprensa internacional, provocando uma reação imediata da população angolana e a priorização do tema na agenda nacional. No entanto, as narrativas da mídia internacional e nacional focaram na culpabilização rasa das populações rurais e mais pobres, sem avaliação do campo e do aumento do comércio do agronegócio, sem discernimento entre queimadas menores e maiores e respectiva contextualização da importância das queimadas menores para culturas rotativas e, por mim, sem avaliação sistêmica da história política e ambiental que envolve o caso.

Queimadas em agosto/19

Focos ativos detectados pelo satélite Aqua em agosto de 2019 por país



Fonte: Inpe/Nasa



Infográfico elaborado em: 04/09/2019

Queimadas pelo mundo em agosto

Focos ativos detectados pelo satélite Aqua no mês de agosto, por país

	2018	2019
Angola	1º 57056	— 1º 58261
República Democrática do Congo	2º 48427	↑ 2º 51935
Zâmbia	3º 23750	↓ 3º 51166
Brasil	4º 22774	↓ 4º 16886
Canadá	5º 12218	↑ 5º 14412
Argentina	6º 11725	— 6º 8949

Figura 2 – Queimadas de agosto de 2019.

Fonte: G1, 4 de setembro, 2019

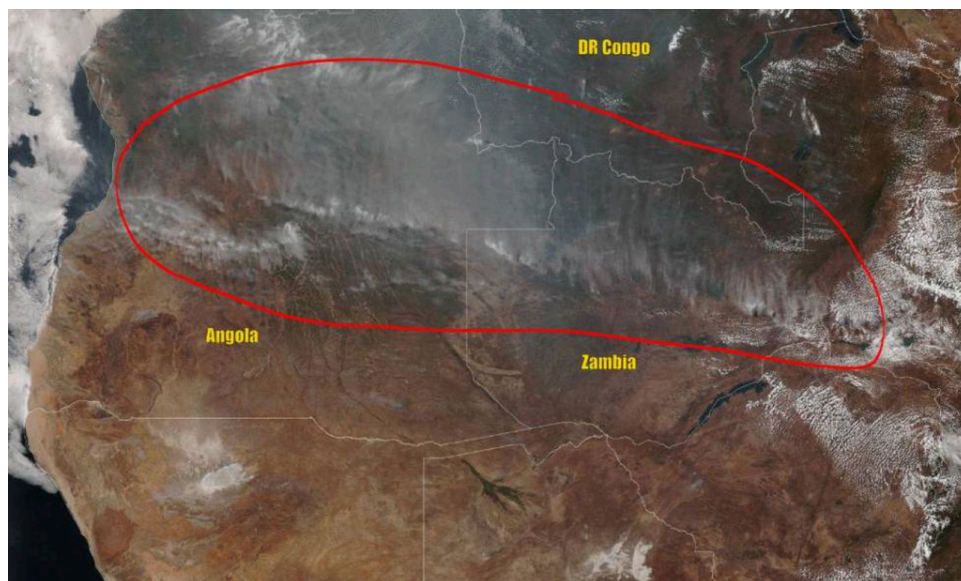


Figura 3 – Imagem de satélite mostra focos de queimada em Angola, Zâmbia e Congo em 25 de agosto de 2019.

Fonte: Nasa/Reuters

O exemplo é pertinente para situar a produção pelo Norte Global de uma literatura extensa sobre os problemas do Sul, normalmente, que ecoa no entendimento *mainstream* sobre o tema tanto em nível global quanto em nível local. Essa produção é baseada em três hipóteses: (i) crescimento populacional é a causa dos problemas ambientais; (ii) é impossível reduzir a pobreza sem controle de natalidade; e (iii) o combate da pobreza é o caminho para preservar o meio ambiente, mas a preservação do meio ambiente não é um meio de combate à pobreza. Na direção oposta está o foco dos estudiosos de ecologia política na África Subsaariana, que enxergam as posições acima com ceticismo, alegando que “[...] o movimento ambientalista global faz parte de uma agenda pós-colonial, que visa circunscrever a autonomia dos recursos, restringir as alternativas de desenvolvimento e minar a soberania nacional no subcontinente” (LOGAN; MOSELEY, 2004, p. 1). Para eles, há uma clara distinção entre as causas imediatas e as causas basilares da degradação e da insustentabilidade ambiental. Embora a pobreza e a fome possam ser causas imediatas, são as desigualdades estruturais em nível global e local que costumam ser a força motriz determinante.

Broch-Due (2000, p. 12) procura, no ensaio *Producing nature and poverty in Africa*, demonstrar como os interesses coloniais têm trabalhado arduamente nos últimos séculos para produzir e reproduzir uma visão globalizante da natureza e da pobreza africanas, “[...] ampliando-as das circunstâncias locais específicas de sua ocorrência para uma condição vaga e generalizada”,

ou então usam interpretações ocidentais dos problemas ecológicos, muitas vezes, amplamente desconectadas das realidades locais. O autor enumera diferentes exemplos de como os pontos em que o local encontra o global são de feroz contestação entre diferentes visões de mundo e práticas. Enquanto para o local, no conjunto africano, a natureza é fonte de subsistência diária e de teorias de transformação, temporalidade, criatividade e cosmologia, informando a vida e o viver (BROCH-DUE, 2000), para os administradores ambientais coloniais e pós-coloniais, é uma verdade absoluta a ideia de que os povos locais, independentemente de sua profunda conexão com a terra, têm sido os principais responsáveis pela danificação da paisagem florestal.

No ensaio de Broch-Due (2000), vale destacar dois estudos de casos, em Gana e Costa do Marfim, onde os dados dos arquivos que foram usados como base de justificativa para projetos de intervenção internacional (e que previam o colapso ambiental das regiões) foram reavaliados por pesquisadores. Ao reconstruir a história ambiental da região, foi possível notar que as evidências exageravam os números e as taxas de perda florestal. Virou-se de cabeça para baixo a ideia de que o avanço da savana em ambos os países é equivalente ao avanço da degradação ambiental, e instaurou-se a possibilidade de que a presença de aglomerados de árvores é, na verdade, o avanço da floresta, deliberadamente plantada pela população local para estender os benefícios de ter bens florestais disponíveis e ao alcance (BROCH-DUE, 2000).

Isso, inclusive, eu acho que fragiliza muito também a atuação das ONGs porque ela acaba levando um discurso que não é propriamente um discurso da população rural, obviamente que há aí uma questão também de tradução. Primeiro (é preciso) estudo de compreensão: como eles se veem prejudicados? Qual a visão que eles têm em relação ao prejuízo? O que eles acham que acontece? Para depois então criar, de certa forma, uma tradução desses sentimentos, para aí sim ser um momento, uma narrativa legítima da população rural. O que tem acontecido, por exemplo em alguns casos, as ONGs levam em defesa da população rural, mas acabam levando um discurso que não tem muito a ver com os sentimentos, um discurso muito global, muitas vezes descontextualizados, porque são discursos grandes, discursos globais que existem mundo afora. Acabam fazendo um tipo de pressão e tal, mas não eu vejo ainda como algo, como algo que consiga captar propriamente aquilo que são os sentimentos e aquilo que a população entende como prejuízo e por aí afora.

QUITARI, entrevistado, Angola, março de 2020

O campo da ecologia política questiona a falsa premissa de que a narrativa da sustentabilidade é imparcial e, por isso, a teorização da natureza cabe em apenas uma verdade (produzida pelo Norte) para os países africanos. Essa “grande narrativa ambiental” existe para que os conceitos não precisem ser problematizados, questionados ou adaptados à realidade divergente

daquela de quem os criou. Pensar politicamente a ecologia é ir no sentido contrário e questionar os conceitos dentro próprio campo: qual é o significado de preservação? Para quem? Por quê?

Chimakonam (2019), ao teorizar uma filosofia africana sobre e para as questões ambientais, propõe a mesma coisa. O autor se pergunta: se milhares de pessoas dependem de suas florestas e da exploração dos bens por elas oferecidos para sobreviver e para lutar contra uma pobreza massacrante, como pode um filósofo africano se preocupar com o meio ambiente ou aconselhar essas pessoas contra a exploração do seu ambiente? Ou falar de gerações futuras enquanto as gerações atuais não têm o básico para uma vida digna? Para o autor, não é um problema levantar essas questões. Pelo contrário, a partir do momento em que questionamos é que as melhores respostas são produzidas e melhores sentidos absorvidos. Assim, ele lembra que a biodiversidade é um mecanismo da terra para sustentar a vida, fornecendo água, alimentos e remédios, regulando o clima. Sem biodiversidade, os bens comuns da natureza deixam de existir e tornam ainda mais árduas as vidas que dependem dela. Sem biodiversidade, as espécies (inclusive a humana) não sobreviverão. Torna-se, então, um dever moral do filósofo africano proteger o meio ambiente, começando por refletir sobre ele.

3.2 O Antropoceno – um passo para frente e outro para trás

No mundo do desenvolvimento e dos projetos ambientais internacionais, há uma visão presentista que se expressa de forma dicotômica e foca apenas no futuro imediato – onde está o seu objetivo (DIAWARA, 2014). Percebe-se uma fixação nas questões contemporâneas, mas pouco ou quase nada é mencionado sobre o passado, a não ser que venha camuflado como “conhecimento tradicional”. Para Diawara (2014), a base para o futuro não pode ser artificialmente separada da memória que o gera. Mbembe (2017, p. 21), em uma abordagem sobre conflito e memória, questiona como é possível para uma comunidade se descolonizar mentalmente se esta quer ir para o futuro sem levar o passado e o presente: “Será um futuro de passado vazio? Se o futuro é que importa, qual o saber que o concretizará? Um futuro sem conteúdo? Uma estátua sem alma?”. Ele revela como as nuances do lado noturno da democracia e os conflitos com a memória formataram os níveis de preocupação (vazios) com o futuro das próximas gerações. Será possível falar do futuro sem colocar o passado e a memória como epicentro dessa inquietude?

Esse futuro sem alma provoca um vazio do imaginário e leva a sociedade que assim se relaciona com o tempo a ter imensa dificuldade para agir sobre o amanhã e não sobre o agora. Pensar uma relação sustentável com a terra é, em parte, pensar nas próximas gerações, e não apenas nas contemporâneas com suas necessidades imediatas. Essa relação de futuro vazio se desdobra também na falta de credo sobre o impacto do que hoje é feito (ou não é feito) para o *avenir* da humanidade. Falar de mudança climática, desastre climático ou crise ambiental é, para esta sociedade presentista, tratar de uma realidade quase impalpável, inalcançável ou, no máximo, muito distante para que haja séria preocupação. A compreensão enviesada do tempo (o agora) e a falta de percepção de sua fragmentação e multiplicidade (um agora composto do ontem e do amanhã) cabem não só para uma análise da crítica pós-colonial, como o fazem Diawara (2014) e Mbembe (2017), mas também para a análise da ligação desse campo com os estudos da ecologia política.

Chakrabarty (2009) é um dos primeiros autores a trazer esse debate para a crítica do chamado pós-colonial. Em seu artigo, *The Climate of History*, afirma ser inegável que o processo do aquecimento global e da globalização são justapostos e é preciso congregá-los no nosso entendimento do mundo. Para essa concomitância, recorre ao conceito de Antropoceno:¹⁰ no momento em que as pessoas passam a ser agentes geológicos capazes de mudar o clima do planeta, é preciso reconhecer que deixamos o Holoceno para trás e entramos em uma nova era geológica, em que a humanidade é o principal determinante ambiental do planeta. Como um primeiro reconhecimento da ação humana sobre o meio ambiente no campo histórico, o Antropoceno se mostra uma proposta entrecampos, pois, apesar de vanguarda no campo teórico pela crítica ao modo irresponsável e insustentável de consumo da humanidade, interpreta a conjuntura mundial de modo homogêneo e determinista, não dando conta das injustiças ambientais consequentes da colonialidade cultural ou ambiental do sistema em que estamos inseridos.

Chakrabarty (2009), por exemplo, apesar de não negar a relação profunda entre a mudança climática e a história do capital, acredita que o Antropoceno não é uma consequência vinculada ao capitalismo, mas uma catástrofe compartilhada da humanidade. Para o autor, esta é uma crise que não apenas vem do capital, mas também da história da espécie humana, por isso nega a relação forte da crise climática com os temas pós-coloniais. A impressão é que Chakrabarty (2009) passa a ser determinista com essa reflexão. Ele tenta amenizar, ao falar que não devemos deixar de culpar

¹⁰ Termo cunhado pelo vencedor do Nobel Paul J. Crutzen e seu colaborador Eugene F. Stoermer.

os mais ricos, mas não consegue deixar de parecer condescendente ao afirmar que esta é uma crise que assola a todos e não apenas a elite mundial: “Unlike in the crises of capitalism, there are no lifeboats here for the rich and the privileged” (CHAKRABARTY, 2009, p. 221). A informação é incompleta. Ele pode até estar correto se pensarmos no fim dessa trajetória da crise climática e no que seria o dilúvio final e o fim da humanidade daqui a algumas poucas centenas de anos, caso a temperatura do planeta não volte a diminuir, mas não podemos ater nossas análises no último ponto do percurso. Se a ideia de Antropoceno é um avanço no reconhecimento da consequência da ação descontrolada da humanidade, é, ao mesmo tempo, um passo para trás em sua fórmula homogeneizante e universalista, que ignora como tais consequências têm sido experimentadas de formas desiguais e injustas pelas populações do planeta.

As consequências já reverberadas da mudança do clima hoje atingem, sobretudo, as comunidades mais carentes, que não têm preparo para enfrentamento ou mitigação do que já está estabelecido. As grandes secas, as enchentes, as queimadas, as doenças consequentes dessas alterações não atingem nem atingirão os países mais ricos e as elites dos países do Sul Global da mesma forma. Tais atores, no entanto, são os principais responsáveis e culpados pelas alterações climáticas, ao mesmo tempo que delas se beneficiam. Um exemplo contundente para entendermos como a injustiça ambiental está atrelada à injustiça e à desigualdade social (para além das já demonstradas consequências socioambientais no Sul de Angola) são as últimas grandes crises zoonóticas no planeta, consequências diretas da mudança do clima. Os períodos de seca ou chuva exacerbados criaram as condições para proliferação dos vetores dos vírus da dengue,¹¹ do zika e da chikungunya.¹² Outras doenças zoonóticas são consequências da perda da biodiversidade e da caça ilegal de animais, como o ebola (chimpanzés) e o coronavírus (pangolim),¹³ ambos demonstrados nos gráficos 1 e 2.

¹¹ Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/o-zika-tem-a-ver-com-a-mudanca-do-clima/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

¹² Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-clima-e-saude-ganha-destaque-na-oms-e-na-cop23>. Acesso em: 10 jul. 2020.

¹³ Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/6-fatos-sobre-coronavirus-e-meio-ambiente>. Acesso em: 10 jul. 2020.



Gráfico 1 – Mudança do Clima e Saúde.
Fonte: Organização Mundial da Saúde, 2018



Gráfico 2 – Covid e Meio Ambiente.
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2020

A atual crise pandêmica que vivemos do coronavírus é um exemplo categórico dessa desigualdade. Ao mesmo tempo que ela assola a todos, tem consequências diversas para as diferentes camadas sociais da população. Se olharmos pela lente brasileira, o próprio isolamento é um luxo que parte da população não pode bancar, uma vez que o regime em voga não protege economicamente a camada de mais baixa renda da população. A vida daqueles que compõem essa camada também tem menos valor para o sistema. A taxa de mortalidade¹⁴ em hospitais públicos é 97% maior do que em unidades privadas. Conforme mostra a reportagem da *Revista Galileu*,¹⁵ diferentes estudos mostram que as desigualdades sociais e econômicas são determinantes para maior risco de infecção e morte pela doença causada pelo coronavírus. Considerando os óbitos, pessoas sem escolaridades têm taxas três vezes maiores do que aqueles com nível superior, e – dentro da mesma faixa de escolaridade – negros e pardos têm taxas 37% maiores do que brancos.

No continente africano, em especial subsaariano, a desigualdade climática ou a falsa ecocracia também é pungente. Caso o aumento de temperatura de dois graus centígrados se concretize, o continente que menos emite CO₂ será o mais afetado: a previsão é de um terço de chuva a menos, 20% a mais de pessoas passando fome, aumento da incidência de doenças como cólera e malária, entre outros (FISCHER, 2015). Ao balizar por cima as causas e consequências das mudanças climáticas, como o faz Chakrabarty (2009), os mecanismos de injustiças ambientais do sistema-mundo não são levados em consideração.

Eu estava dizendo que as mudanças climáticas afetam de maior maneira as comunidades rurais, as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas, tanto no tempo da seca como no tempo das cheias. Essas comunidades são afetadas diretamente. São afetadas diariamente. Eu acho que praticamente e majoritariamente todos os recursos, os meios de vida dessas comunidades ficam afetados quando há mudanças climáticas.

BAPTISTINY, entrevistado, Angola, março de 2020

¹⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/21/mortalidade-em-utis-publicas-para-covid-19-e-o-dobro-de-hospitais-privados.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

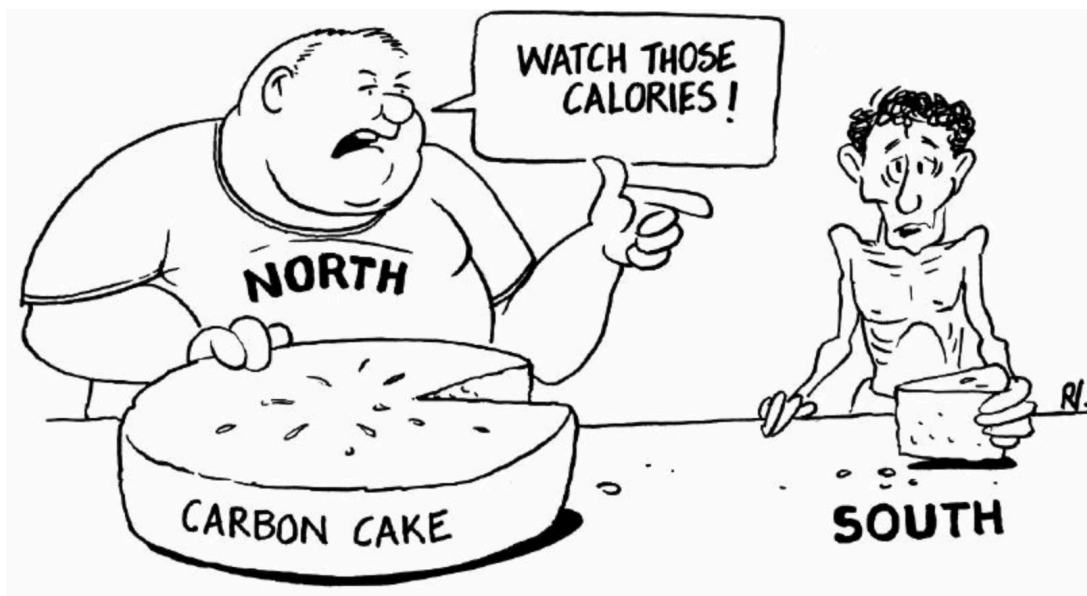


Figura 4 – Charge ilustrando o conceito de injustiça ambiental.
Disponível em: <https://bit.ly/34l38hl>. Acesso em: 28 set. 2020.

Munnik (2007) destaca três desses mecanismos frequentes no continente africano: a exclusão na tomada de decisão, o cerco dos recursos e as externalidades. A exclusão da tomada de decisão é crucial para produção de injustiça ambiental e pode se dar de forma velada ou explícita. Decisões que afetam diretamente as comunidades são tomadas sem o seu conhecimento ou sem mecanismos que lhes permitam opinar e decidir sobre eles. Como exemplo, o autor traz as mineradoras na África do Sul, detentoras de licenças ambientais concedidas por órgãos reguladores, que poluem (água, ar e terra) os entornos das comunidades, mas escondem ou divulgam seus planos de forma fragmentada e de difícil acesso, impedindo que medidas legais sejam tomadas. Menciona ainda a concentração da renda do petróleo em Angola, que permite que as elites locais, em conluio com empresas estrangeiras, continuem excluindo os interesses populares das tomadas de decisão, financiando a retenção de poder e aproveitando os excluídos como mão de obra barata.

O cerco de recursos, mecanismo fruto da colonização, impede o acesso à terra, à água e à vida selvagem e faz que as pessoas que antes dependiam do meio ambiente passem a depender do sistema que as prejudica, se vendo forçadas a trabalhar para as grandes empresas (de mineração ou do agronegócio), uma vez que não há outros modos de vida disponíveis: uma realidade vigente em Angola. Pacheco (2012) destaca, para o caso de Angola, como a concentração de terras durante o

período colonial levou os agricultores a se verem forçados a procurar fontes de renda externas e como isso só alimentou a espiral do empobrecimento do meio ambiente e da região. Segundo a Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA), no fim do período colonial, enquanto um agricultor patronal tinha em média 700 hectares de terra, um agricultor familiar tinha em média 4 hectares. Isso obrigava o uso mais intensivo do solo e não permitia a regeneração necessária para sua fertilidade natural, tornando-o cada vez mais degradado e cada vez menos produtivo. Os agricultores passaram a precisar de fontes suplementares para investir em seus cultivos ou para sustentar suas famílias e assim entraram para a engrenagem do sistema colonial, uma realidade que se desenrola até os dias de hoje.

As externalidades, terceiro mecanismo, são definidas por Munnik (2007) como a imposição dos custos de produção das grandes empresas a terceiros (sobretudo na forma de poluição ou exaurimento do solo): rejeitos de minas, cinzas de usinas elétricas, solos e rios contaminados por agrotóxicos, que são deixados na conta do governo (e gasto do orçamento público) ou das comunidades. Os três mecanismos juntos formam um arco comum da injustiça ambiental, empobrecendo mais ainda as populações periféricas para enriquecer outras, em uma forma de eco-apartheid.

Tentar distribuir igualmente a responsabilidade (e as consequências) da crise ambiental é fingir que o mundo é um todo unitário, em que todos os elementos estão integrados e que “[...] este ecossistema global deve ser concebido como uma ‘ecocracia’ global, em um sistema de gestão que aplica um conjunto de soluções padronizadas independentemente do contexto geográfico ou histórico” (BROCH-DUE, 2000, p. 14). Essa ecocracia transforma ideias em fatos, os quais são apropriados por poderosos para o avanço de agendas políticas particulares. Aqui mora o perigo do conceito do Antropoceno e da análise de Chakrabarty (2009).

Os dados apresentados são apenas alguns exemplos da constatação de que não é possível ignorar o modo como a desigualdade ambiental se revela no mundo. Aqui é pertinente a reflexão de Donna Haraway (2016) sobre o significado dessas perdas resultantes da desigualdade. Além das vidas que estão sendo ceifadas, qual é o conhecimento que está sendo levado com elas? Qual é o futuro que não teremos e qual humanidade perdemos quando o sistema elimina a diversidade do planeta, seja a diversidade biológica, seja a diversidade humana? A autora se pergunta como seria a terra daqueles que já foram extintos, como seria o mundo daqueles que não foram. Não só já extinguímos milhares de espécies quando pensamos em animais e plantas, mas também já praticamos o genocídio enquanto humanidade. Quando a humanidade pratica esses genocídios, ela

também está destruindo as principais diversidades ou ainda aqueles mais diversos. Seremos transformados na sociedade da monotonia? Do genocídio do que é diferente?

Ao refletir sobre tais desigualdades e sobre a diversidade que está sendo eliminada, Chakrabarty (2009) parece incompleto ao julgar a mudança do clima como uma consequência não intencional das ações humanas. Para ele, a economia fóssil – até que suas consequências fossem reveladas – era o único caminho a ser seguido, como parte inerente do processo evolutivo da sociedade. Ele acaba se prendendo à história da humanidade contada pelo ponto de vista dos vencedores ao cair na falsa premissa de que toda a humanidade foi impulsionadora da industrialização, assim como beneficiária do sistema, ignorando outros modos e outros saberes de vida, que coexistiram nos últimos séculos e têm outra lógica, não predatória, mas de harmonia com a natureza. O autor, ao dizer que a crítica pós-colonial é uma ferramenta eficaz para lidar com as formações nacionais e globais de dominação, mas não adequada para lidar com a crise do aquecimento global, acaba por ignorar os povos que no “[...] processo pós-colonial tiveram sua humanidade roubada, abstraída e coisificada” (MBEMBE *apud* MILANEZ, PINTO 2019, p. 58) e que estão sendo hoje sacrificados em um genocídio e epistemicídio socioambiental.

3.3 Capitaloceno, uma era histórica subjugada pelo capital, e o Chthuluceno, uma era composta

As críticas à ideia de Antropoceno são crescentes, sobretudo pelos movimentos de justiça climática, por sua narrativa hegemônica. O conceito não considera a correlação entre os processos sociopolíticos e históricos e os efeitos geológicos e ecológicos, sustentando a ideia de responsabilidades iguais entre povos, regiões e classes, beirando a proposta de uma nova colonialidade nas relações Norte-Sul (MILANEZ; PINTO, 2019). Para Malm (2018), a narrativa do Antropoceno acerta ao dizer que as ações humanas causaram a mudança climática e que isso seria incontestável, mas é falha ao distorcer a realidade, reduzindo a espécie humana a um corpo protagonista unificado. O autor propõe um novo termo, o Capitaloceno, que dê conta dessa desigualdade e que evidencie a ligação do acúmulo de riqueza com o desastre climático:

Nos últimos milhares de anos, desde que as sociedades de classes existem, o *Homo sapiens* tem sido uma entidade profundamente fragmentada, e nunca mais do que neste planeta que vem se aquecendo rapidamente – onde os oito homens mais ricos do mundo têm tanta riqueza (US\$ 426 bilhões) quanto a metade mais

pobre da população mundial somada (US\$ 409 bilhões) [...]. Sabe-se que a riqueza está estreitamente correlacionada com as emissões de CO₂. É o sinal dos lucros da forma habitual de se fazer negócios e a melhor prova contra as suas consequências. Embebido em combustíveis fósseis, é o motor da tempestade. (MALM, 2018, p. 24)

O Capitaloceno seria então a era histórica em que o capital – e não a humanidade – é o grande protagonista e principiador dos padrões globais. Moore (2017), coautor do conceito junto a Malm, alude que a proposta do Capitaloceno é entender que o capitalismo não atua apenas sobre a natureza, mas altera as estruturas da vida e de uma série de relações que estão além do controle de atores políticos e econômicos. Vai além da noção de que a industrialização radical tenha sido responsável pela transformação do ambiente global e entende que o primeiro passo foi o processo de exteriorização da natureza na dicotomia acima explicada, transformando-a em uma força de produção para criação da economia moderna. Para o autor, é preciso abandonar a ecologia política cartesiana, do colonialismo e do neoliberalismo, e considerar que os processos sociais centrais da modernidade (acumulação de capital, colonialismo, construção nacional, formação do Estado-nação) são projetos socioecológicos que não apenas atuam sobre a natureza, mas se desenvolvem explorando a estrutura e o tecido da vida.

O Capitaloceno e a crise ecológica caminham juntos. Ortega Santos e Olivieri (2017) compreendem o Capitaloceno como sistema global de destruição ambiental que reproduz a antropização e europeização dos ecossistemas para fins extrativos. Nessa lógica, as comunidades indígenas são periféricas do processo, prescindidas ou aniquiladas. São transformadas em “outro”, em “não seres”, e esquecidas no lado abismal da modernidade. Nessa perspectiva, comparam as três colonialidades de Quijano (2005) – a colonialidade do ser, dos saberes e dos poderes – ao ecocídio, ao biocídio e ao epistemicídio – e adicionam uma quarta dimensão: a colonialidade da natureza.

Con esta dimensión de la colonialidad, hago referencia a la división binaria cartesiana entre naturaleza y sociedad, una división que descarta por completo la relación milenaria entre seres, plantas y animales como también entre ellos, los mundos espirituales y los ancestros (como seres también vivos). De hecho, esta colonialidad de la naturaleza ha intentado eliminar la relacionalidad que es base de la vida, de la cosmología y del pensamiento en muchas comunidades indígenas y afros de Abya Yala, junto a la relación entre las naturalezas y sociedades humanas en el contexto asiático. Es esta lógica racionalista, la que niega la noción de la tierra como «el cuerpo de la naturaliza», como ser vivo con sus propias formas de inteligencia, sentimientos y espiritualidad, como también la noción de que los seres humanos son elementos de la tierra-naturaleza. (ORTEGA SANTOS; OLIVIERI, 2017, p. 55)

As injustiças ambientais, combinadas à fragmentação do conhecimento, impostas pelos Estados neoliberais não apenas perpetuam tais colonialidades como também contribuem para a erradicação da própria narrativa desses povos. O Capitaloceno, com a dimensão ecocida do capitalismo e com um modo imposto de transmissão do conhecimento universal e não plural, coincide em muitos pontos com a crítica pós-colonial, sobretudo ao refutar a hierarquia do pensamento e a desvalorização dos saberes nativos e de seus patrimônios e memórias bioculturais. Combate do mesmo modo o não reconhecimento de outros modos de viver, conhecer, produzir e se relacionar em sociedade e com a natureza, que não dependem da dicotomia natureza/humanidade ou de categorizações entre entidades sociais e biológicas (ESCOBAR, 2005).

Procurando dar conta de uma separação menos rígida entre humanidade e meio ambiente e uma concepção mais fluida entre as entidades presentes no mundo, Donna Haraway (2017) propõe o Chthuluceno como um passo além do Antropoceno e do Capitaloceno – ou melhor, como uma composição a mais. Sobre o primeiro, ela observa: “antropo” quer dizer cidadão, mas de qual cidadão estamos falando? Do homem branco do Norte Global? Se sim, realmente essa é a era deles, pois esse cidadão não é apenas mais um organismo que vive aqui, mas um organismo que destrói e está mudando o rumo do planeta. Sobre o Capitaloceno, ela remarca que esta é a era em que o capital será feito até que a última caloria de combustível fóssil seja queimada e, com ironia, expõe a contradição: a máquina dessa indústria é tão lucrativa que já existe mais investimento do que combustível fóssil existente na Terra.

Não são inverdades, e o Chthuluceno não seria a substituição dos outros conceitos, mas uma proposta que, considerando essa realidade de aparência insolúvel, olha para o presente e para as possibilidades de existências compostas. O termo seria uma derivação de duas ideias: uma indica o tempo de agora, e a outra, uma simbiose ou negociação entre indivíduos. Para Haraway (2017), temos que parar de falar de sustentabilidade como se o não ser sustentável fosse afetar apenas o nosso futuro. Importa o agora e, por isso, temos que aprender como coabitar e “co-viver” nesse agora. O “nós” que compõe essa coabitação não seria apenas os e as seres humano(a)s, mas também os não humanos. Só estando profundamente conectados com a natureza entenderemos o sentir de pertencimento. Por isso, devemos falar em como proteger e viver nesse e com esse organismo, do qual fazemos parte hoje.

Sobre como experimentar o presente, ela vai além: temos que aprender a entender e coabitar com os problemas (*staying with the trouble*) e com todos aqueles que têm outros interesses, mesmo

aqueles que estão queimando as últimas calorias de combustível fóssil. Para a autora, teremos que criar uma maneira de conviver, pois o problema está aqui, ele existe, é real e não vai embora. Teremos que achar uma solução em conjunto e fazer essa digestão. Em uma analogia inteligente e divertida, a autora lembra: o nascimento da célula, do jeito que ela é hoje, não se constituiu por reprodução, ou seja, não nasceu de um ato de amor. Nasceu porque dois organismos não conseguiam se dar um com outro e foram se atritando, se fundindo, se adaptando, até que ficaram sem opção e tiveram que entrar em um acordo. A célula humana não é fruto de um processo de reprodução, mas de indigestão. Haraway (2017) propõe pensar além de um pós-humanismo, mas em um composto-humanismo, misturando os conceitos de *composto* e *compostagem* de modo que aprenderemos a nos reinventar, a digerir uns aos outros e a conviver (humanos e não humanos).

O que acontece quando estamos a falar de meio ambiente, a pessoa como sujeito de ação, praticante de ação, ela tenta se excluir. Isto é uma noção da dimensão psíquica. Tenta se excluir. Mas no meio rural várias vezes a associação que o homem também é um, porque é um do próprio processo do meio ambiente, porque nós somos espécies animais, entre animal consciente e inconsciente. O grande destruidor, o grande beneficiário do meio ambiente é o próprio homem.

PEMBELE, entrevistado, Angola, março de 2020

3.4 Na composição do clima, a questão da terra e da territorialidade

É possível perceber que, nas propostas conceituais acima descritas, há um realce da relação entre as questões climáticas e dos combustíveis fósseis, sobretudo de Haraway (2017) e Chakrabarty (2009), que têm como ponto de partida para suas análises a exploração desmedida destes. É importante, no entanto, trazer a questão da terra – em toda a sua complexidade biológica, cultural e identitária – para essa composição, uma vez que cada vez mais há evidências de que seus diferentes tipos de uso têm papel central no desastre climático. Ainda, veremos como falar de terra e territorialidade evidencia outra sinapse sólida entre os pensamentos da ecologia política e os da crítica pós-colonial.

Em 2009, quando Chakrabarty negou as familiaridades entre as áreas, a principal relação entre causa e efeito das mudanças do clima era relacionado a uma economia mundial dependente do combustível fóssil, limite ao qual sua teoria também se atém, não dando conta da questão ambiental em seu aspecto holístico, mas entendendo-a de forma unilateral e homogênea. Embora já houvesse conhecimento sobre como outros fatores-chave da lógica contemporânea colaboram para o agravamento do atual cenário socioambiental, foi nos últimos anos que a discussão ganhou

mais corpo. A ampliação das indústrias extrativas, a especulação no mercado internacional de petróleo e de matérias-primas, os altos preços de minerais e alimentos, a expansão de latifúndios agrícolas e as violações sistemáticas dos direitos humanos e ambientais de civis e de organizações e movimentos sociais colaboram, de forma cada vez mais evidente, não apenas para o agravamento climático, mas para a relação entre bens naturais e acentuação da pobreza (GARCIA-LUENGOS, 2012). Nesse sentido, vale destacar a terra e seus usos e disputas. É mais do que necessário compreender que a história da colonização e a pilhagem sistemática de terras dos povos originários são fatores-chave da equação climática. O uso da terra, hoje, é um dos pontos mais críticos nesse cenário de crise ambiental, sendo enxergado tanto como agente ativo e passivo do problema quanto parte crucial de uma possível solução.

A terra oferece a principal base para o sustento e o bem-estar humano. Dessa base fazem parte o fornecimento de alimentos, de água doce, dos serviços ecossistêmicos, da biodiversidade e do próprio equilíbrio e regulação do clima. Segundo o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2019), a agricultura, a produção de alimentos e o desmatamento são hoje os impulsionadores centrais da mudança climática. Quando a terra é degradada, torna-se menos produtiva, restringindo o que pode ser cultivado e reduzindo a capacidade do solo de absorver carbono. Isso agrava a mudança do clima, enquanto esta, por sua vez, agrava a degradação da terra. Em um processo retroalimentativo, a mudança do clima tem afetado diretamente o uso da terra, criando tensões adicionais, exacerbando os riscos existentes para os meios de subsistência, para a saúde humana e do meio ambiente e, sobretudo, para a segurança alimentar. Esta se torna cada vez mais incerta, pois afetada em seus pilares básicos como disponibilidade (falta de rendimento das produções), acesso (dificuldade de obter alimentos), utilização (nutrição e culinária) e estabilidade (interrupções na disponibilidade). Dificuldades que, em um cenário de desigualdades, são sentidas com muito mais intensidade pelos povos subalternos e periféricos, enquanto do outro lado a pilhagem de terra e o acúmulo de riquezas expandem.

Nesse aspecto, o continente africano dispõe de terras que, em condições sustentáveis e harmônicas com o meio ambiente, poderiam alimentar metade da população mundial. No entanto, o investimento em terras cultiváveis, como é feito na maioria das vezes por interesses privados, sem o acompanhamento de investimentos públicos – em infraestrutura social, telecomunicações, redes de abastecimentos etc. –, não gera benefícios diretos nem emprego para a população (MBEMBE, 2019). Vale acrescentar: o que da terra é transformado em recurso é exportado como

matéria-prima, sem valor agregado, logo não gera trabalho, não especializa o país em outras áreas de conhecimento, mas concentra os lucros nas mãos dos importadores e pressiona produtores menores na mudança do uso do solo para atender o ritmo das demandas com territórios cada vez mais fragmentados e degradados. Esse cenário, para Logan (2004, p. 24), induz à “espiral viciosa de pobreza”, especialmente pela mudança na relação com a terra, no ritmo de produtividade, da ascendente erosão do solo e do aumento da degradação ambiental, em que o acúmulo de conhecimento africano para gestão dos bens naturais é aceito como um fator periférico.

A crítica pós-colonial reivindica novos marcos conceituais e analíticos com necessidades de fortalecer justamente tais “saberes endógenos” e promover uma ruptura sistêmica e epistemológica da reprodução de padrões colonizadores. Para isso, é necessário contemplar o aspecto cultural da terra. Oposto aos valores ocidentais de enxergar a terra como fonte de recursos e lucro, o valor horizontal entre pessoas e meio ambiente, de alguns povos africanos e sul-americanos, dá à terra outra dimensão. Diawara (2010) sublinha o seu valor sagrado e como suas experiências são ligadas à memória e parte intrínseca da cultura africana: não serve apenas para subsistência, mas é também espaço de caça, de aprendizado, de rituais, de culto, de iniciação e traslado. Apenas com a soma desse entendimento e a partir do resgate de valores e conhecimentos ancestrais será possível quebrar as algemas históricas de dominação e entender a lógica histórica e epistemicida da degradação ambiental, uma vez que esta, além da natureza, destrói e ignora há anos sistemas de conhecimento mais orgânicos e menos destrutivos sobre o meio ambiente.

Svampa (2016) reforça que em muitos casos a valoração do território está ligada à história familiar, comunitária e ancestral (como território herdado). Quando nos referimos aos povos originários, lembra o autor, a questão é mais complexa, pois a ideia de território e territorialidade é ligada a autonomia e autodeterminação, o que significa não apenas o reconhecimento da diversidade e da diferença cultural, mas a inscrição dos direitos coletivos, econômicos e sociais no interior do território em discussão. Falar de terra não envolve apenas falar do acesso aos “recursos” ou bens comuns, mas também de um patrimônio natural, social e cultural. O direito à terra é igualmente um direito à identidade. Martinez-Alier *et al.* (2019) apontam um importante marco da luta e reivindicação das comunidades indígenas e rurais por esse reconhecimento da ancestralidade da terra e de seu valor cultural que resultou na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, em 1989, reconhecendo o direito ao território dessas populações.

Essa forma de experimentar a terra é discutida também por Escobar (2005), para quem fica claro que qualquer saída alternativa de “desenvolvimento” deverá levar em conta os modelos de natureza baseados no lugar, assim como as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que o acompanham. O lugar, como experiência de localidade e como grau de enraizamento e de conexão com a vida diária, tem sido fato de importância não apenas para as comunidades originárias, mas também para as sociedades rurais e para os crescentes movimentos sociais. A valorização do lugar enquanto identidade tem sido um movimento de apego ecológico aos territórios, espaço em que desenvolvem suas vidas físicas, culturais, sociais, espirituais, políticas e econômicas

No Sul de Angola, em Cusseque, a terra e o meio ambiente são também pedagógicas como parte integrante e definidora do que é masculinidade e feminilidade, participando da relação dialética de como as relações locais de gênero são estruturadas e reguladas. Os elementos da natureza – rios, árvores, flores, frutos – são assim associados, implicando níveis de relação diferentes de homens e mulheres com cada meio. Os moradores de Cusseque dependem da floresta e da terra para atingir a masculinidade e para aprender sobre ela. Elas definem o processo pelo qual os moradores definirão os seus valores. A vida orgânica e a vida humana não são separadas, mas uma só (BAPTISTA, 2013). A relação e a integração que existem entre essas duas (mas coligadas) vidas é a que informa a teia ecológica social da comunidade.

Todavia, para Escobar (2005), o lugar e a terra, em seu aspecto cultural, de modo geral, são conceitos enfraquecidos e marginalizados para a sociedade ocidental – esquecimento que, para o autor, tem consequências profundas para essa sociedade na compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia. As realidades experimentadas, submetidas historicamente ao colonialismo, têm uma noção de lugar e da terra ligada ao dispositivo epistemológico do eurocentrismo, a serviço da formação do capital e do Estado e vazias de uma construção cultural que inclua as formas subalternas de pensar e as modalidades locais e regionais de configurar o mundo: “Neste âmbito, o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas. Somente nos últimos anos é que percebemos este fato” (ESCOBAR, 2005, p. 69).

Em Angola, no decorrer do processo de colonização, foi promovida, em diferentes camadas, a desarticulação desse entendimento da terra, seja pela retirada da autonomia das populações sobre ela, seja pelas mudanças estruturais das relações de poder que regulavam sua gestão e o

entendimento entre pessoas e meio ambiente. A ruptura é dupla, segundo Coelho (2004): por um lado, com o próprio território; por outro, com suas redes organizativas internas, perdendo-se, para além do “lugar”, o corpo de saber que vem com ele.

Eu acho que o conceito de terra é uma questão mais cultural do que legal. Acho que a terra sempre foi vista como propriedade não só dos que ocuparam a terra, mas das futuras gerações e das gerações que já passaram. Eu acho que há uma visão, em profundo, cultural relacionado com as terras. Claro, isso está mudando com a organização e mesmo no tempo colonial houve uma tentativa do colono português principalmente para transformar terras numa conta receita para suportar o governo. O governo colonial através da imposição das taxas de fato resultou numa mudança na relação entre o povo rural e a própria terra. Este processo teve diferentes ritmos em diferentes partes do país. A zonas do leste e do sul do país, onde ainda há uma visão mais tradicional e costumeira das terras, é porque a penetração do colono foi fraca naquelas zonas. Acho que a transformação da terra para uma fonte de rendimento, taxas, resultou numa mudança do tipo de ocupação também. Isso aconteceu quase 90 anos atrás, nos anos de 1930 e tal, quando o sistema dos Impostos sobre a terra foi introduzido. Antigamente os costumes ou as leis costumeiras deram realmente um certo poder às autoridades tradicionais para manejo e gestão das terras, mas esse processo foi quebrado com a introdução das taxas e resultou na introdução de uma visão da propriedade particular, numa visão mais da agricultura, na base dos camponeses e das pequenas unidades de produção em vez da produção comunitária.
CAIN, entrevistado, Angola, março de 2020

A esse processo Santos (2007) dá o nome de fascismo territorial, enfatizando a existência de um modelo padrão do controle de território por aqueles com forte capital patrimonial que retiram do Estado o controle e exercem eles mesmos a regulação social sobre seus habitantes. Decidem a qualidade ambiental e sanitária de seus povos e controlam terra, água potável, sementes e florestas. O fascismo territorial reforça a usurpação original de terras como prerrogativa do conquistador e “privatização” eterna das colônias. Nesse cenário, na luta entre identidade e sobrevivência, os casos de conflitos ambientais e de terra se acentuam e se espalham pelo Sul Global.

Para Ortega Santos e Olivieri (2017, p. 54), os conflitos socioambientais são uma forma de política em face dos “sistemas políticos-agrícolas de morte” que se instalaram nesse contexto de saberes e poderes ocidentais. São, assim, uma ferramenta de denúncia das externalidades negativas do “progresso e do desenvolvimento ruim”, valorizando aquilo que é comunitário e colaborativo diante do competitivo e aquilo que é solidário diante do excludente, a esperança do bem comum ante a economia da pilhagem. Para os autores, os conflitos socioambientais são autorreferenciais em sua dimensão histórica e são o substrato no qual se baseiam novas formas de economia social comunitária e da economia do bem comum.

Vale ressaltar que Ortega Santos e Olivieri (2017) acabam romantizando o próprio conflito, como se sua existência revelasse novas formas comunitárias baseadas no altruísmo e no desafiar

“informal” sociopolítico do sistema de opressão. No entanto, muitos “defensores ambientais” que estão na linha de frente desses conflitos não estão ali por opção, mas por entender que a luta é a única possibilidade de sobrevivência de seus povos e de suas culturas. Muitas vezes, antes de um processo de resiliência cultural e epistemológica, o conflito nasce de necessidades básicas de tais povos, como a própria soberania alimentar ou a luta pela saúde íntegra, quando veem seus territórios invadidos ou seus povos afetados diretamente pelo impacto e pela poluição das grandes obras de infraestrutura ou pelo processo constante e histórico de grilagem e pilhagem de suas terras. Tais conflitos nascem também na luta pelo reconhecimento dos direitos, muitas vezes, descritos em lei, mas fora da aplicação na prática.

Em função das terras comunitárias, e a olhar para as terras comunitárias como sendo parte das comunidades e a melhor forma de protegermos também de alguma forma o ambiente, por que essas comunidades têm práticas sustentáveis de preservação, digamos assim, da terra. E essa forma de pensar ajuda a manter aquele grande conceito, que é o conceito da soberania. Da soberania da terra, das pessoas poderem usar e poderem decidir sobre as suas próprias terras. Nós temos, do ponto de vista legal, esse pensamento de que a Terra é um bem da comunidade., muito embora nossa legislação diga que a Terra é propriedade do Estado, e o Estado a qualquer momento pode retirar.

KITOMBE, entrevistada, Angola, março de 2020

Tem que melhorar muitos aspectos. Muitos aspectos como: o governo é soberano, mas é preciso saber que o soberano é o próprio povo que lhe elege. Então, é preciso respeitar o próprio direito costumeiro porque o povo acha que a terra faz parte da sua cultura, faz parte do seu uso, do seu costume, então, o governo tem de velar por isso. Mas, como em Angola o governo é árbitro e ao mesmo tempo jogador, não tem sido fácil lidar com esse tipo de situações, impossível quase.

BAPTISTINY, entrevistado, Angola, março de 2020

3.5 Como reinventar o futuro?

Como podemos pensar alternativas ao extrativismo neodesenvolvimentista dominante? Em que medida os marcos comuns percorridos pelas organizações comunitárias e rurais e pelos movimentos socioterritoriais podem estar no núcleo dessas alternativas (SVAMPA, 2016)? O acirramento da crise climática, a degradação ambiental e a violência socioambiental sobre os povos subalternos, combinados a uma pandemia distópica, mostram que, mais do que nunca, precisamos pensar em outro futuro, diferente daquele para o qual a sociedade está caminhando. Porto (2019) fala em reinventar a emancipação, em articulação com lutas socioambientais emergentes que nos apontem esse caminho. Não há uma única resposta. Caminhando para o encerramento desta

dissertação, procuro deixar aqui registradas algumas noções possíveis que fazem sentido para esse futuro reinventado, sobretudo aquelas que surgem de baixo para cima ou aquelas que são aderidas e apropriadas por movimentos de base, reinventando-as e articulando-as com suas lutas territoriais.

Começo por um conceito de face dupla: a biodiversidade. Sem origem contra-hegemônica, vale ser trazido por suas diferentes absorções e entendimentos. Santos, Menezes e Nunes (2004) fazem uma análise das quatro posições e leituras desse conceito. A versão mais conhecida é, na verdade, a de uma visão “globalocêntrica”, mas começaremos por esta para chegar à visão que interessa como caminho possível.

A biodiversidade, no conceito ocidental, considera os bens da natureza como recursos e foca na sua gestão equilibrada. A preservação dessa (ideia de) biodiversidade passa pela investigação científica, conservação *in situ*, planejamentos nacionais de gestão e criação de mecanismos econômicos (por exemplo, direitos de propriedade intelectual ou de compensação de carbono). A Convenção da Biodiversidade é a representação máxima dessa concepção. Apesar de reconhecer o papel dos modos de vida e conhecimentos alternativos, atribui o protagonismo à ciência moderna e, na prática, há pouco espaço para a aplicação de outros conhecimentos.

A segunda perspectiva do conceito de biodiversidade são as propostas nacionais, que procuram negociar estratégias de preservação de patrimônios ambientais nacionais sem pôr em xeque a posição anterior. A terceira e a quarta concepções são as que mais nos interessam enquanto alternativa: a terceira é aquela que os autores chamam de “biodemocracia defendida pelas ONGs progressistas do Sul” (SANTOS; MENEZES; NUNES, 2004, p. 62). Nessa definição, há uma reinterpretação do que significa a biodiversidade ameaçada, trazendo luz à destruição promovida pelos megaprojetos de desenvolvimento, pelas práticas da monocultura, pelos hábitos de consumo do Norte e pela ciência reducionista. Ainda, apoiam-se a promoção da lógica da diversidade e o reconhecimento de uma base cultural associada à diversidade biológica. A quarta concepção é próxima da que antes discutimos sobre territorialidade e parte da perspectiva da autonomia cultural e de projetos de vida associados a lugares sociobiológicos, refutando a hegemonia do próprio conceito de biodiversidade. Ambas entendem o poder do termo por conta de sua aceitação global, mas o ressignificam e o utilizam no sentido contra-hegemônico. Tais lugares sociobiológicos encontram ressonância no entendimento entre meio ambiente e terra, em Angola, que vimos ao longo desta dissertação, sobretudo nas falas dos entrevistados, que não desconectam um do outro.

Eu penso que, na verdade, é..., rigorosamente não tem. Não deveria separar, né? Terra e meio ambiente

não se separam, rigorosamente falando, não. A gente até pode fazer uma separação mais metodológica ou didática, se a gente quiser chamar assim. Mas do ponto de vista do problema ou da forma como se expressa o problema, na realidade, eu acho que elas não se separam. São questões que metodologicamente ou politicamente podem ser tratadas de maneira diferentes, mas elas têm uma relação intrínseca, né? Aliás tudo que ameaça a terra, de certa forma ameaça o meio ambiente.

GARCIA, entrevistado, Angola, março de 2020

Nesse levante de conceitos socioculturais, o Bom Viver, ou Sumak kawsay (quéchua)/Qamaña (aymara) tem sido proposto como opção pós-desenvolvimentista, propondo-se a superar os desenvolvimentos “alternativos” e tentar ser uma “alternativa ao desenvolvimento” e transitar de visões antropocêntricas para visões sociobiocêntricas (ACOSTA, 2016, p. 84). Como os outros movimentos aqui mencionados, tem como aspecto central uma aproximação dialógica com a natureza, de respeito mútuo e cooperação entre os seus seres (inclusive o humano), e uma visão de cuidado do outro e da vida. Dentre os pontos prioritários da agenda, destacam-se os Direitos da Natureza, o reencontro com a Natureza e a sustentabilidade forte.

Direitos da Natureza seriam uma perspectiva jurídico-filosófica baseada na ecologia profunda, que considera a natureza como sujeito de direitos e prevê diferentes tipos de cidadania (cidadania ambiental e metacidania ecológica) e dois tipos de sistemas de justiça independentes: “A justiça ambiental, que exige condições sociais equitativas e um meio ambiente sadio e não contaminado, e a justiça ecológica, relacionada à sobrevivência de espécies e ecossistemas como redes de vida” (SVAMPA, 2016, p. 154). O reencontro com a Natureza seria caminhar em direção ao entendimento de que é essencial desmercantilizar a Natureza para “preservar a integridade dos processos naturais que garantem os fluxos de energia e de materiais na biosfera. Os objetivos econômicos devem estar subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais, sem perder de vista o respeito à dignidade humana e a melhora da qualidade de vida das pessoas e comunidades” (ACOSTA, 2016, p. 83). Por fim, o conceito de sustentabilidade forte seria a obrigação de preservar os territórios de grande valor ambiental e social, sobretudo aqueles de maior biodiversidade, de modo que o capital econômico não substitua o capital natural.

Aliados ao movimento do Bom Viver estão os defensores da teoria do Decrescimento. Proposta pelo economista Serge Latouche (2009), o decrescimento defende que a redução do consumo no Norte Global seria uma solução para reverter o ritmo autodestrutivo da modernidade e do desenvolvimento, uma vez que diminuiria as consequências nefastas para a biodiversidade e a justiça social no Sul. Apesar de reconhecer que o modelo pode ser enxergado como utopia, acredita que sua aceitação é essencial para sairmos da inércia do consumo desenfreado. Sua

principal crítica às outras teorias globais de sustentabilidade, entre elas a do desenvolvimento sustentável, é que existe um grande vazio de julgamento por parte dos ambientalistas, uma vez que não questionam a máquina capitalista em si. Aceitam que o crescimento infinito é incompatível com um mundo finito em que vivemos, mas não endereçam as consequências catastróficas dos nossos modos de consumo. Latouche (2009) distancia o decrescimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que, para ele, é um termo da moda, mas amplo demais e aplicável em muitos – até demasiados – sentidos, o que o torna vago e vazio de sentido.

Os outros projetos ou conceitos que tangem as questões de sustentabilidade, segundo o autor, não fogem da lógica suicida do desenvolvimento, salvo as pequenas bolhas aqui e acolá de movimentos ecológicos e de protestos da sociedade contra projetos consoantes com o produtivismo. Mesmo sendo considerado um dos principais pensadores do decrescimento, ele reitera que o conceito não é novo e que muitos teóricos anteriores a ele já criticavam o modelo atual. O que veio depois foi o foco ambiental e o entendimento de que a economia tem que ser pensada no seio da biosfera, sem deixá-la de fora da equação. O decrescimento é marcado pela crítica à sociedade desenvolvimentistas e suas três molas propulsoras: a publicidade, o crédito e a obsolescência programada e acelerada, com objetivo único de acúmulo de capital. O autor indaga: se o PIB dos países do mundo segue crescendo, por que não estamos no paraíso? O crescimento produz bem-estar real? Para ele, a resposta é categórica: não. “O homem transforma os recursos naturais da terra em resíduos mais rápido do que a natureza consegue transformar esses resíduos em novos recursos” (LATOUCHE, 2009, p. 27).

Uma das propostas criticadas pelo autor é a falsa solução de redução da população – argumento que não resolve o problema central que é a lógica do nosso sistema econômico. Cita Frans de Waal: “O problema não é tanto saber se somos ou não capazes de administrar o superpovoamento, mas se saberemos dividir os recursos com honestidade e equidade” (LATOUCHE, 2009, p. 35). Como proposta, ele explica ser necessária uma revolução cultural que culmine numa refundação do político. O decrescimento é, assim, um projeto político em construção, que visa devolver a dignidade e ressignificar o que é o próprio ser político, uma utopia concreta que tenta explorar as possibilidades objetivas de sua aplicação. Para isso, propõe um círculo virtuoso e oito R: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar. Sua teoria ainda sugere a invenção de uma democracia ecológica local, com

recuperação da autonomia econômica local, por meio de um decrescimento revolucionário, mas também reformista.

Como crítica ao discurso do autor, fica marcada uma fragilidade na questão decolonial. Latouche (2009, p. 27), em diferentes momentos, clama pela decolonização da mente e da emancipação dos países do Sul por meio de uma revolução pelo fim da dependência cultural e econômica dos países do Norte, reconhecendo posições singulares de cada parte do mundo e seus papéis no estabelecimento da modernidade: “O crescimento hoje só é rentável se seu peso cair sobre a natureza, gerações futuras, a saúde dos consumidores, as condições de trabalho dos assalariados e, mais ainda, sobre os países do Sul”. No entanto, ele mesmo foca sempre nos casos do Norte, sobretudo europeus, usando-os como exemplos para o restante do mundo, desconsiderando características próprias de outros lugares do Sul. Ainda, apesar de esboçar ideias interessantes sobre a África e suas potencialidades, tem uma retórica paternalista, propondo uma agenda simplista de sete passos para solucionar os problemas rurais do continente. Ao generalizar situações, acaba por minimizar atrocidades que ele mesmo sugere como inimigas.

O problema da generalização também é o ponto central da crítica de Logan (2004) sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, visto por ele como ortodoxia ou metanarrativa ambiental, embrulhada por uma falsa neutralidade, por isso, muitas vezes, aceita como culturalmente benigna. No entanto, destaca que a prioridade direta do desenvolvimento sustentável é promover a hegemonia ocidental sobre as interpretações africanas das noções de biodiversidade e conservação, garantindo, assim, maior controle sobre os recursos do continente e, conseqüentemente, sobre seu desenvolvimento econômico. Indiretamente, o conceito ganha espaço na sua neutralidade, permitindo que o neoliberalismo prossiga sem contestação, mesmo que sua relevância para o contexto africano seja inteiramente questionável.

Nas províncias como a Huíla talvez você encontre vozes, vozes de pessoas, que já se apropriaram de um certo discurso para sua defesa. É, e aí você pode ver um discurso até ambientalista, de conservação e por aí afora. Mas eu acho que no caso africano tá aí o grande desafio. Eu acho que ele vai um pouco mais além, eu acho que ele pede mais da gente do que a gente já conhece. Na verdade, o nosso grande problema é quando vamos estudar questões a nível do continente, a África, nós já temos muitas definições, muitos conceitos, e isso nos causa, primeiro uma dificuldade de a gente operar num lugar, né? Num lugar sem conceitos, não é? Então, a gente fica numa... ou seja, fica sem saber como explicar de maneira que aquilo fique compreensível.

QUITARI, entrevistado, Angola, março de 2020

Bom... às vezes ainda com várias terminologias... Acredito que precisamos às vezes de nos concentrar naquilo que acharmos que seja muito mais compreensível para nossas comunidades. O que eu às vezes

veja, falamos de sustentabilidade, falamos de mudanças climáticas, falamos de agricultura agroecológica... quer dizer, trazemos um montão de conceitos que às vezes fazemos muita confusão nas pessoas.

DOMINGO, entrevistado, Angola, março de 2020

Como alternativa potencial, Logan (2004) argumenta por uma noção que não esteja centrada na agenda da globalização, cultivada em África com os interesses africanos no seu núcleo e construída em torno das preocupações e aspirações das comunidades africanas. Como conceito, ele sugere a segurança ambiental (ES), que incorpora elementos de ecologia política, gestão ambiental, autonomia de bens locais e segurança nacional, que pode ser aplicada em diferentes escalas (local, regional, nacional) e usada para sanear necessidades urgentes das comunidades (por exemplo, o alívio da pobreza e a autonomia dos bens naturais. Para o autor, só assim os africanos rurais terão poder, voz e escala na hierarquia de tomada de decisão global: “Isso não significa que o local sempre dominará o nacional ou internacional, mas pode, ocasionalmente, garantir uma tomada de decisão mais justa” (MOSELEY, 2004, p. 238).

Outro conceito que vale destaque e tem ganhado corpo nos últimos anos é o de justiça ambiental, cuja noção incorpora as contribuições da ecologia política com enfrentamento simultâneo de desigualdades sociais e ambientais, focando, sobretudo, nas questões da expansão e do agravamento dos conflitos ambientais e territoriais. Porto (2019) realça que a noção de justiça ambiental entende que tais conflitos são divididos entre dois atores: de um lado, os promotores do “desenvolvimento” (agentes econômicos e governamentais); de outro, os sujeitos sociais atingidos por empreendimentos econômicos, que constroem alternativas ao modelo de desenvolvimento e ao conceito de progresso, lutando pela sobrevivência ambiental em suas comunidades. O campo entende que os conflitos e as desigualdades ambientais vão além da classe, mas também estão relacionados às questões raciais, étnicas e de gênero. A composição do movimento, portanto, é abrangente, como define o autor:

Nos campos, movimentos sociais vinculados aos indígenas, quilombolas, camponeses e pescadores, com a importante presença de movimentos feministas, combatem o agronegócio, a mineração, a construção de barragens hidrelétricas e infraestruturas. Ao mesmo tempo propõem alternativas ligadas à proteção ambiental, reforma agrária e agroecologia, demarcação de terras indígenas e quilombolas, dentre outras. Nas cidades, movimentos das periferias urbanas e favelas questionam a cidade excludente, racista e não democrática que demarca zonas de sacrifício sem saneamento e transforma moradias de política social em ativos financeiros do mercado global. Propõem alternativas para a construção de

idades incluídas, democráticas, plurais, sustentáveis e saudáveis. (PORTO, 2019, p. 4.453)

A justiça ambiental implica o direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, de modo que o meio ambiente seja considerado em sua totalidade (para além das dimensões ecológicas, mas também políticas e culturais). Implica ainda que as identidades individuais e coletivas possam ser respeitadas, assim como a dignidade, a autonomia e os direitos das comunidades possam ser livremente exercidos (SVAMPA, 2016). Nessa concepção, há também uma forte negação do termo “recurso natural”, que é nominado como “bem comum”. A ideia é reforçar que a natureza não pode ser vista como *commodity* e que sua preservação garante e sustenta diferentes formas de vida. Ao refutar o termo “recurso”, o objetivo é manter o meio ambiente fora do mercado, entendendo que seu valor natural social e cultural não pode ser precificado: “Esse caráter de ‘inalienabilidade’ aparece vinculado à ideia do comum, do compartilhado e, portanto, a própria definição da comunidade ou de âmbitos de comunidade” (SVAMPA, 2016, p. 149). Os valores representados no termo refletem, portanto, os valores das comunidades que o usam. Se, para alguns, o meio ambiente é algo externo a ser possuído e capitalizado, para outros, o ambiente natural revela um pertencer coletivo e um modo diferente de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o biológico e o natural (ESCOBAR, 2005).

Desde a fundação, em 1990, a ADRA se coloca como uma organização em defesa do ambiente. Isso está claro, inclusive, na nomenclatura da ADRA: Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente. Mas aqui, quando a gente fala preocupada com o ambiente, não é só com o ambiente no ponto de vista de saneamento básico, não. É o ambiente olhando para o contexto que está em tudo aquilo que nos rodeia mesmo, olhando para o contexto político, olhando para o contexto social e olhando para as manifestações ligadas, por exemplo, as alterações climáticas, como a seca, a cheia. Também olhando para o ambiente como uma forma de desenvolvermos, como uma forma de proporcionar o exercício de cidadania das pessoas, e eu vou explicar o porquê. Porque, a nível de nosso plano estratégico nós temos um componente, que é o componente do direito à terra. Seguramente nós tentamos nesse componente criar espaço de debate, criar espaço de reflexão. Não só para refletir sobre a importância da terra para as comunidades, mas para salvaguardar que as terras das comunidades sejam de fato tidas como propriedade da comunidade. Se é que pode perceber. Então o nosso conceito de ambiente extravasa um pouco aquele conceito sobre saneamento básico, sobre educação ambiental. Não estamos só para garantir o ponto de vista de educação para o ambiente, mas um ambiente que de fato assegure que as pessoas possam, de forma plena, exercer a sua cidadania. É um conceito um pouco mais abrangente, não é?
KITOMBE, entrevistada, Angola, março de 2020

Martinez-Alier, uma das vozes mais proeminentes da ecologia política, escreveu, em 2016, junto a um corpo de 17 pesquisadores, um artigo que faz um giro dos diferentes conceitos de sustentabilidade cunhados por organizações de justiça ambiental. Dentre tais conceitos, destaco

aqui aqueles centrais ou periféricos às análises já feitas sobre a relação humanidade/natureza e sustentabilidade/desenvolvimento. Das diferentes teorias apresentadas, destaco o racismo ambiental, o ambientalismo dos pobres, o ecofeminismo e a dívida ecológica/justiça climática, movimentos que têm no cerne de suas teorias reivindicações e críticas que poderiam potencialmente correr juntas às dos movimentos pós-coloniais.

Segundo Martinez-Alier *et al.* (2016), o *racismo ambiental* é um conceito que destaca como as comunidades negras sofrem maiores danos ambientais e têm maior probabilidade de serem expostas a poluição, pesticidas e resíduos químicos do que as comunidades brancas e de elite, uma vez que os megaprojetos de desenvolvimento ou os grandes lixões são majoritariamente instalados nas vizinhanças dessas comunidades. O *ambientalismo dos pobres* segue uma direção parecida e entende que praticamente todos os projetos industriais e de infraestrutura afetam de alguma maneira as comunidades mais carentes. No entanto, o conceito alude menos às angústias sofridas e mais à luta desses povos que se impõem proativamente contra tais projetos por temerem a perda de seus meios de subsistência e por entenderem que os chamados projetos de desenvolvimento não trarão os falsos benefícios prometidos, mas apenas os deixarão mais pobres. Os autores destacam que a denominação “ambientalismo do pobre” é cada vez menos aceita entre as organizações de justiça ambiental, que consideram o termo “pobre” pejorativo e preferem falar em ambientalismo popular ou ecologismo popular.



Figura 5 – Charge sobre racismo ambiental.

Disponível em: <https://www.instagram.com/arvoreagua/>. Acesso em: 3 out. 2020.

Sobre o *ecofeminismo*, os autores destacam que são frequentemente as mulheres que estão na liderança dos movimentos de justiça ambiental, sobretudo os de ecologismo popular acima descritos, pois não hesitam em desafiar o poder dos opressores econômicos e proteger os bens naturais dos quais suas famílias dependem. São também, na maioria das vezes, as principais responsáveis pela proteção cultural e social de suas sociedades. Igualmente, são as mais atacadas: além das agressões típicas sofridas por defensores ambientais, passam por processos difamatórios que mesclam as opressões das injustiças ambientais com as opressões do patriarcado. Para Santos, Menezes e Nunes (2004), um dos pressupostos dessa teoria é que as ideologias que justificam as discriminações em função de sexo, raça e desigualdades socioeconômicas estão intimamente ligadas à exploração e à degradação do ambiente. O ecofeminismo é um conceito de múltiplas correntes e, naturalmente, algumas discórdias. Enquanto parte defende que a mulher teria uma “relação natural” com o ambiente, “naturalmente” mais apta a sua proteção e ao seu uso sustentável, outra parte refuta colocar a mulher nesse lugar de relação com a natureza, uma vez que acaba, ao

mesmo tempo, naturalmente, colocando o fardo de sua proteção nas suas costas e exacerbando as dificuldades diárias já enfrentadas.

Os conceitos tangentes de *dívida ecológica e justiça climática* (MARTINEZ-ALIER *et al.*, 2016) entendem que o metabolismo social é o de uma economia entrópica, em que o fluxo de energia e materiais que entram na economia continua a aumentar, atribuindo, para tal, os custos aos mais vulneráveis, às gerações futuras e à natureza. Nesse contexto, há uma demanda em escala global para o reconhecimento de uma dívida ecológica do Norte para o Sul, uma vez que o primeiro se beneficia, em detrimento do segundo, de um comércio ecologicamente desigual, da pilhagem sistemática de bens naturais e da ocupação de um “espaço ambiental desproporcional”. A dívida climática também entra nesse pacote, uma vez que há um abismo entre as quantidades de dióxido de carbono emitidas entre os dois polos e uma divisão rígida entre as “emissões de dióxido de carbono de subsistência” *versus* as “emissões de dióxido de carbono de luxo” (AGARWAL; NARAIN, 1991 *apud* MARTINEZ-ALIER *et al.*, 2016, p. 28).

Do Sul de Angola, duas noções sobre meio ambiente podem ser usadas como possíveis caminhos. Baptista (2013, p. 394), ao observar a relação da comunidade de Cusseque com o seu entorno, faz a leitura de que ali não acontece o uso da terra, mas, sim, o seu *aproveitamento*, que prevê o efeito holístico da utilização: “Essa definição ultrapassa as conotações de ‘uso’ ou ‘apropriação’ e inclui as noções de ‘relacionamento com’ e ‘engajamento’ nos meios aproveitados (utilizados) [...]. Mais importante ainda, aproveitamento implica autoconsciência durante o ato de utilizar ou reaproveitar algo”. A noção vai além da ação passiva e essencialista de coletar e não se basta na ideia de “deixar propositalmente a terra sozinha” (que seria a noção de conservação ambiental mais utilizada em políticas públicas de meio ambiente). O valor da terra também está nas interações humanas, desde que os efeitos dessas relações não minem sua capacidade autorreprodutiva, ou seja, sua capacidade de existir.

Outro reconhecimento que os habitantes de Cusseque dão à terra e ao meio ambiente é o da sua autonomia, libertando-a dos impulsos dominadores das pessoas de “organizá-los” ou do planejamento e aplicação de regras em busca de um resultado – todos encobertos da vontade social de dominar a natureza. Assim, permite-se que a terra se regenere e reproduza, mas não por meios antropogênicos, em que esta só tem valor como “recurso moldável” pela humanidade, e, sim, em modelos em que um não é subserviente ao outro e as soberanias de ambos são niveladas. Os moradores de Cusseque, os modelos alternativos aqui apresentados e as entrelinhas das falas dos

entrevistados desafiam a cruzada de domínio da natureza chamada de progresso e a grande narrativa ocidental da transcendência humana sobre a natureza (BAPTISTA, 2013).

3.6 Do todo ao Sul de Angola

A junção das lentes da crítica pós-colonial e da ecologia política pode ser um caminho para o entendimento apurado das discussões ambientais que vão além das agendas internacionais e dos conceitos conhecidos globalmente – e muitas vezes vazios – que agem em nome de um planeta mais sustentável, mas alimentam uma agenda neoliberal, monetizando e capitalizando a natureza e acentuando a pobreza das comunidades que mais a protegem. No contexto de Angola, e de sua região Sul, essas diferenças são ainda mais acentuadas, somadas ao histórico fundiário e ambiental da região, apresentado no primeiro capítulo. Com políticas públicas nacionais reproduzindo os padrões e as narrativas internacionais ambientais sem questioná-los ou testá-los, o contraste com os metabolismos sociais locais é ainda maior, reforçando estruturas assimétricas de poder e de acesso aos bens naturais e degradando o meio ambiente de forma que aqueles historicamente não responsáveis por isso sejam os mais afetados e os primeiros a serem culpabilizados.

Como discutido no segundo capítulo, os efeitos dessas políticas nacionais e globais dicotômicas podem ser colocados sob a lente da crítica pós-colonial, assim como já têm sido enxergados e questionados pelos campos teóricos da ecologia política, conforme demonstrado neste terceiro e último capítulo. Vimos que há espaço de reflexão, sobretudo, na procura dos liames entre os campos com o debate contemporâneo sobre as mudanças do clima e em seus reflexos no tecido social de regiões de repercussão extrema como o Sul de Angola. As diferentes vozes e considerações dos dois campos, quando usadas como lupas para a região objeto desta dissertação, revelam como os processos epistemicidas de conhecimentos e saberes ecoam há séculos no impacto direto ao meio ambiente e à terra. Todavia, a repercussão vai além e afeta a própria percepção e o entendimento sobre o tema dos povos que deles diretamente dependem. É possível concluir que, ao falar de ecologia no Sul de Angola, é necessário o entendimento holístico das identidades pós-coloniais. Entendo que as mazelas socioambientais ali hoje presentes fazem parte de um contexto global de teias bem estabelecidas, de modo que o Norte geopolítico e as elites dos países do Sul estão incorporados verticalmente na confluência de poderes em relação ao resto do mundo.

No entanto, ao longo deste capítulo, também vimos que as rupturas culturais e identitárias e a consonância entre o que é imposto e o que é autêntico são os eixos que marcam os momentos históricos do país e da região, refletindo um maior ou menor distanciamento das noções entre os polos. É possível perceber no discurso dos entrevistados uma clara distinção entre as narrativas globalizadas e locais de interpretações, atribuições, signos e significados da terra e do meio ambiente. As falas nos ajudam a ver que conexões perdidas e visões dicotômicas perdem sentido, assim como nos guiam para um caminho que desacredita o pedestal hierárquico entre as pessoas e a terra. Exemplos exaltados nas experiências dos Kuvale, San ou da comunidade de Cusseque mostram a ligação intrínseca entre meio ambiente e terra e cultura e identidade – e refutam, mesmo se de um modo impuro, a imposição do entendimento telúrico ocidental. O Sul de Angola, com sua posição insular e a variedade cultural de seus povos, toma frente na negociação. Mais do que isso, reforça que olhar para o passado e entender a terra é o único jeito de olhar para o futuro e pensar um movimento possível de real sustentabilidade.

Conclusão

Ao revisitar brevemente a história de Angola pela ótica da relação da sociedade com a terra e com o meio ambiente, procurei entender os alicerces que, ao longo do tempo, formaram o entendimento comum que hoje se tem sobre os temas no país. Em cada período histórico desembaraçado, ambos os conceitos ganharam mais ou menos vigor, se encontrando, desencontrando e se tornando, às vezes, inseparáveis em corpo único. Também foi possível perceber tais noções dançando constantemente entre outras: as de território, de identidade, de cultura e de existência, comprovando uma das hipóteses inicialmente levantadas. Na compleição que juntas formam tais noções em Angola, encontramos como ingredientes uma violenta colonização baseada na expropriação da terra, a guerra de independência, a estatização desorganizada da terra, a guerra civil fratricida e um dominó de leis nacionais distantes da realidade de seus povos.

Em um primeiro momento, refletimos como, em Angola, desde o processo de expropriação forçada até os dias de hoje, os impactos da transposição de um sistema global (nascido no Norte) e o ignorar de valores autênticos da região não tiveram apenas repercussão econômica, mas também desestruturaram os tecidos sociais e culturais das populações da região, sobretudo os tecidos vinculados à terra e ao meio ambiente. O processo forçado da inserção dos angolanos no sistema colonial e hoje reproduzido no sistema do agrobusiness de monoculturas de *commodities* continua, segundo os pontos de vistas aqui apresentados, condicionando as culturas domésticas em uma economia externa, que mais agride do que beneficia as populações, marginalizadas nos processos decisórios e, conseqüentemente, dos lucros da máquina.

Como agravante, o país viveu duas guerras travadas no campo, e uma das maiores vítimas foi a população rural – assim como o espaço socioambiental do qual faziam parte. A falta de conhecimento ou de respeito ao ecossistema da região – antes pelo aparato colonial português e hoje pelo mercado internacional e elite angolana – foi e é um fator-chave para a desestabilização do equilíbrio ambiental e para o mau uso (aproveitamento) do solo, cuja consequência é o desamparo da população que dele sobrevive. Atualmente, uma camada legislativa tenta mapear a questão e endereçá-la, mas apresenta fragilidades quanto às suas reais capacidades de implementação e continua perpetuando conceitos sem participação popular ou sem aderência da vivência cultural de suas populações. Chegar ao elo entre terra e meio ambiente por meio da análise

do corpo legislativo foi também uma esperança inicial desta dissertação com desfecho que se comprovou positivo, não faltando, no entanto, pontos que possam ser ainda explorados, sobretudo, na aplicabilidade desse conjunto de leis nas políticas regionais das províncias do Sul do país.

Os entretons do todo do território angolano dão as bases para entender o quadro no qual a região está inserida, uma vez que, apesar das peculiaridades por conta de seu isolamento geográfico e da variedade cultural ali presente, não deixa de estar inserida em um contexto nacional. No entanto, ali encontramos um campo mais fértil de colisão cultural, social, telúrica e ambiental. Suas populações historicamente conciliam racionalidade com fragilidade ecológica de meio ambiente inóspito, partindo de um conhecimento avançado sobre o equilíbrio ecossistêmico. Assim, a persistência de uma continuidade histórica e cultural africana (FREUDENTHAL, 2005) se mostra proeminente no Sul do país, cuja capacidade de adaptação, resiliência e inovação de suas sociedades se destaca nas narrativas ambientais e fundiárias presentes nas entrevistas e nas análises dos especialistas aqui apresentados. Estes descrevem a região como produtora ativa de outras formas de conhecimentos e concepções, enquanto o Ocidente a destina a uma posição epistêmica periférica. Nas vozes dos entrevistados e entrevistadas, a relação com a terra e o meio ambiente é ali exacerbada em seu entendimento cultural como formadora identitária. A terra é mais do que subsistência, é memória, e o meio ambiente é parte de um todo, espaço de aprendizado e de política.

As compreensões dos temas na região também são um ponto de partida para entender o desencontro de percepções sobre os temas ambientais e fundiários no Ocidente (ou Norte Global) e no Sul Global e como essas estão situadas em um engenho maior de poderes de nível global de séculos de essência, analisado nesta dissertação pelas lentes da crítica pós-colonial e da ecologia política. Com ambas, discutimos como as nuances de interpretação sobre meio ambiente e terra estão dentro de um conjunto de valores que formam o sistema-mundo hoje, onde a história agrária e ambiental de Angola toma forma. No passado e no presente, pressões estruturais econômicas e sociais forçaram as sociedades locais a aderir ao sistema capitalista, perder a autonomia de suas terras e ver seus estilos de vida e relações com meio ambiente se transformarem – da lógica do aproveitamento para a lógica da acumulação.

Nessa agenda de poderes do sistema-mundo, o meio ambiente, sobretudo aquele do Sul político, é visto como objeto, com um sistema de desvalorização da relação orgânica entre a humanidade e a terra e com a legitimação da colonização da natureza. Esta, para obedecer às exigências de um aparelho econômico mundial baseado na exploração intensiva dos bens naturais,

é exteriorizada pelo Ocidente há 500 anos, jogada ao lugar do inferior e selvagem – a ser domesticada, explorada e mercantilizada. O mesmo vale para os povos que com ela vivem em pé de igualdade e que procuram outro espaço de existir que não a lógica extrativista do imperialismo ecológico, que sempre caminhou ao lado das opressões do colonialismo. Como estabelecido como hipótese, Angola e seu Sul não fogem ao caso. No entanto, para este ponto há ainda questões em aberto e cabe uma pesquisa mais longa e densa do que é possível para um mestrado, com maior participação de agentes e personagens sul-angolanos para uma construção com menos lacunas e mais holística do entendimento do campo.

Em um contexto contínuo de pilhagem ambiental, o campo de ecologia política nos serviu para ressaltar que falar de equilíbrio dos ecossistemas em Angola só é possível a partir do entendimento dos grupos sociais que neles estão inseridos. Social e ambiental são duas faces da mesma moeda. A desigualdade e a pobreza interferem sobre o meio ambiente, assim como a falta de acesso ao meio ambiente produz a pobreza e a desigualdade. A ecologia política escancara como a capitalização ambiental dos mais ricos acontece em detrimento dos mais vulneráveis, levando em conta o contexto de poder existente entre o Norte e o Sul geopolítico e questionando a falsa imparcialidade da grande narrativa global sobre sustentabilidade, ponto que foi possível aqui explorar por diferentes lúpas.

Para entender a realidade fundiária e ambiental de Angola, a análise das metanarrativas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foi também essencial. Vimos que ali as políticas públicas são atreladas às políticas de desenvolvimento, e estas atreladas às políticas de cooperação – baseadas nos discursos globais. Amansados pela sua inautêntica neutralidade, chegam embutidos da visão nortista e da agenda neoliberal dominante, focando microssituações locais e ignorando os contextos internacionais e macropolíticos. Com a análise crítica da ecologia política para o contexto angolano, procurei examinar como os pontos cegos desse discurso mantêm a hegemonia global e como a pressão do agronegócio está atrelada a esse contexto, acentuando a crise ecológica no país, assim como a crise alimentar. Ao propor uma análise pela crítica da ecologia política e do pós-colonial para as questões fundiárias e ambientais em Angola e seu Sul, entendo que há muito em comum entre os campos e o objeto, desprovidos de um sentido completo quando isolados em suas ilhas epistêmicas e conectados em sua marginalidade – passado e futuro.

Essa junção, para mim, significou os primeiros passos acadêmicos de um percurso que pretendo trilhar nessa esfera. Um futuro projeto, espero, com a possibilidade de uma visita ao

campo e com o acesso à bibliografia localizada em Angola que neste projeto a pandemia não permitiu. A dissertação aqui apresentada me deu as bases teóricas das quais quero partir para pesquisar, em um estudo mais longo e sólido de doutorado, o nascimento da noção de meio ambiente e terra, seu desenrolar e sua consolidação – mesmo que etérea – no campo do conhecimento, entendendo o seu situar-se em um mundo que só terá futuro se olharmos com afeto para trás.

Referências

REFERÊNCIAS – DISSERTAÇÃO DA FLORA

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de A. **Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ. 2006.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. p. 46-87.

ALFAGALI, Crislayne. Conflito de terras nos sertões de Angola: estudo de caso da disputa pelas terras de Ilamba, século XVIII. **Revista de História USP**, São Paulo, n. 178, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/144124>. Acesso em: 27 abr. 2020.

ALONSO, Margarita F. Protecção do conhecimento tradicional. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear outras soluções: Os caminhos rivais da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Edições Afrontamento, 2004. p. 243-268

ANGOLA. [Constituição (2010)]. **Constituição da República de Angola**. Angola: Assembleia Constituinte, 2010.

ANGOLA. [Orçamento Geral da República de 2019]. Angola: Diário da República, Série I, n. 128, 28 de dezembro de 2018.

ANGOLA. **Banco de Dados e Indicadores Ambientais de Angola**. Ministério do Ambiente, 2011.

ANGOLA. **Boletim Informativo Interno**. Edição 6. Ministério do Ambiente de Angola, 2014.

ANGOLA. **Decreto Presidencial do Estatuto Orgânico**, 2011. Diário da República, Governo de Angola, janeiro de 2011.

ANGOLA. **Lei Associações de Defesa do Ambiente**. Ministério do Ambiente, Assembleia Nacional, Lei nº 3, de 18 de janeiro de 2006.

ANGOLA. **Lei de Bases do Ambiente**. República de Angola, 1998.

ANGOLA. **Lei nº 18**, de 28 de dezembro de 2018. Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício econômico de 2019. Orçamento Geral do Estado, Luanda, Angola, 2018.

ANGOLA. **Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente (Paea)**. Governo de Angola e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Angola, 2012-2015.

ANGOLA. **Projecto Nacional da Biodiversidade**: Conservação do Parque Nacional do Iona. Ministério do Ambiente, Plano de Gestão Integrada do Parque Nacional do Iona.

ANGOLA. **Relatório do Estado Geral do Ambiente de Angola**. Programa de Investimento Ambiental. Ministério do Urbanismo e do Ambiente. Governo de Angola, 2006.

APARÍCIO, Alexandra. O último reino de Angola e a fixação da fronteira ao sul. *In*: III REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ÁFRICA (Lisboa). A África e a instalação do sistema colonial (c.1885 – c.1930). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. p. 221-230.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. Snowball (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In*: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011. p. 329 a 341.

BALL, Jeremy. **The history of Angola**. Oxford Research Encyclopedia of African History, 2017.

BAPTISTA, João Afonso *et al.* “Everything”: towards an ecology of land utilization. **Biodiversity and Ecology**, v. 5, p. 393-406, 2013.

BHABA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIERNACKI, P. & WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, vol. nº 2, November. 141-163p, 1981.

BIRMINGHAM, David. **Breve história da Angola moderna** [séc. XIX-XXI]. Trad. Rita Guerra de Carvalho. 1. ed. Lisboa: Guerra & Paz, 2016.

BIRMINGHAM, David. Daily life in colonial Angola. *In*: III REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ÁFRICA (Lisboa). A África e a instalação do sistema colonial (c.1885 - c.1930). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. p. 417-430.

BIRMINGHAM, David. **Empire in Africa**: Angola and Its Neighbors. Athens: Ohio University Press, 2006.

BITTENCOURT, Marcelo. Angola: intelectuais e luta pela independência. Lisboa: Vega Editora, 1999. X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH; História e Biografias – Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2002.

BRINKMAN, Inge. Town, village and bush: war and cultural landscapes in south-eastern Angola (1966-2002). **Afrika Focus**, v. 25, n. 2, 2012.

BROCH-DUE, Vigdis. **Dos jornais às armas.** Trajectórias da contestação angolana. Lisboa: Veja, 1999.

BROCH-DUE, Vigdis. **Producing nature and poverty in Africa**, 2000.

BUTLER, Judith. **Vulnerability and resistance.** Durham: Duke University Press, 2006.

BUZA, Ruth Gabriel Canga. **Educação ambiental:** ideias, saberes e práticas relatadas por professores em um país em reconstrução, Angola. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2013.

CAIN, Allan. Angola: Land resources and conflict. *In*: UNRUH, Jon; C. WILLIAMS, Rhodri (ed.). **Land and Post Conflict Peace Building.** [S. l.]: Earthscan from Routledge, 2012. p. 173-200.

CARVALHO, Clarissa Corrêa de. **Entre mundos das líderes namibenses:** trajetórias, funções públicas e relações de gênero. 2019. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2019.

CARVALHO, Ruy Duarte de. Em quem pensa quem responde pelos Kuvale? *Cadernos de Estudos Africanos*, 5/6, 2004. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/1060>. Acesso em: 19 out. 2019.

CARVALHO, Ruy Duarte de. O futuro já começou? Transições políticas e afirmação identitária entre os pastores kuvale (herero) do Sudoeste de Angola. **Lusotopie**, n. 2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. p. 221-237, 1995.

CARVALHO, Ruy Duarte de. Produção histórica de identidades colectivas diferenciadas no Sudoeste litoral de Angola. A insularização Kuvale e a integração Kimbar. *In*: III REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ÁFRICA (Lisboa). A África e a instalação do sistema colonial (c.1885 - c.1930). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000b.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Vou lá visitar pastores:** exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997). Lisboa: Cotovia, 2000a.

CASTELO, Cláudia. **African Knowledge and Resilience in Late Portuguese Colonial Empire:** The Agro-pastoralists of Southwestern Angola in *Portuguese Studies Review*, 2017. p. 91-118.

CASTELO, Cláudia. Arame farpado, conhecimento e desenvolvimento no Sudoeste de Angola (c. 1960-1974). **Africana Studia**, n. 30, p. 47-59, 2018.

CASTELO, Cláudia. Colonial migration to Angola and Mozambique: constraints and illusions. *In*: MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel (ed). **Imperial Migrations**: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World. Hamp-shire: Palgrave Macmillan, 2012. P. 107-128.

CASTRO HENRIQUES, Isabel. **Os pilares da diferença**: relação Portugal-África séc. XV -XX. Lisboa: Editora Caleidoscópio, 2004.

CASTRO HENRIQUES, Isabel. **Identidade e território**: a construção da Angola colonial. Lisboa: Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

CASTRO HENRIQUES, Isabel. **O pássaro do mel**: estudos de história africana. Lisboa: Ed. Colibri, 2006.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. **Critical Inquiry**, The University of Chicago, v. 35, p. 197-222, Winter 2009.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Idea of Provincializing Europe. *In*: CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: Post-Colonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2007.

CHIMAKONAM, Jonathan O. (ed.). **African Philosophy and Environmental Conservation**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2018.

COELHO, João P. B. Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural. *In*: Boaventura de Sousa. **Semear outras soluções**: Os caminhos rivais da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Edições Afrontamento, 2004. p. 183-212

COELHO, Virgílio. A questão do controle da terra e da territorialidade no antigo Reino Ndongo, vista através de um relato do fim do século XIX. *In*: III REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ÁFRICA (Lisboa). A África e a instalação do sistema colonial (c.1885 - c.1930). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. p. 187-200.

COELHO, Virgílio. **Em busca de Kábasà!** Estudos e reflexões sobre o reino do Ndòngò: contribuições para a História de Angola. Luanda: Kilombelembe, 2010.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. **Teoría desde el sur**. O cómo los países centrales evolucionan hacia África, Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONNEL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012.

COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a história colonial da África. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 21-73, jul. 2008.

COOPER, Frederick. **Histórias de África, capitalismo, modernidade e globalização** (História e Sociedade; 14). Lisboa: Edições 70, 2016.

COUTO, Mia. **Identidades de Mia, o fio que atravessa os livros e a África** [Entrevista concedida a Flora Pereira da Silva. Afreaka, Moçambique, 2013. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/identidades-de-mia/>. Acesso em: 26 set. 2020.

D'AVILA, Daniela Antonello Lobo. **Pessoas com deficiência em Angola na narrativa familiar: coragens e lutas por reconhecimento**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2018.

DA SILVA, Elisete Marques. **Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola**. Occasional Paper Series 8. Lisbon: Centro de Estudos Africanos/ISCTE, 2003.

DE FRANÇA, Luís. Direito à terra. **Mosaiko Inform** – Informação sobre os direitos humanos e o trabalho | Instituto para a cidadania: Direito à Terra, Angola, ed. 19, junho 2013. Disponível em: <https://mosaiko.op.org/publicacoes-pt/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

DE OLIVEIRA, Lima. Estórias da história: legislação fundiária em Angola. **Mosaiko Inform** – Informação sobre os direitos humanos e o trabalho | Instituto para a cidadania: Direito à Terra, Angola, ed. 19, junho 2013. Disponível em: <https://mosaiko.op.org/publicacoes-pt/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

DEMETRI, Felipe. **Judith Butler contra as necropolíticas**. 23 out. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@felipedemetri/judith-butler-contra-as-necropol%C3%ADticas-ed6678968dcc>. Acesso em: 3 jun. 2020.

DEMISSIE, Meaza Zerihun. **The Natural Resource Curse in Sub-Saharan Africa: Transparency and International Initiatives**. 2014. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Southern Mississippi, Hattiesburg, Mississippi, EUA, 2014.

DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO. **Dossier Temático sobre Terra 2014-2016**: Extractos da Imprensa Angolana sobre questões sociais e de desenvolvimento. Luanda, Angola: Centro de Documentação DW, 2017.

DIWARA, Mamadou; LATEGAN, Bernard; RUSEN, Jorn (coord.) **Historical Memory in Africa**. Dealing with the Past, Reaching for the Future in Intercultural Context. Nova York, Berghan Books, 2010.

DUCADOS, Henda. Género, raça e classe. A feminização da pobreza: a estratificação do sector informal urbano de Luanda. *In*: SIMPÓSIO O DESAFIO DA DIFERENÇA, Universidade Federal da Bahia, 2000.

EBO, Antonio. Uso consuetudinário da terra. **Mosaiko Inform** – Informação sobre os direitos humanos e o trabalho | Instituto para a cidadania: Direito à Terra, Angola, ed. 19, junho/2013. Disponível em: <https://mosaiko.op.org/publicacoes-pt/>. Acesso em: jul. 2019.

EBOKO, Fred. Politique publique et sida en Afrique. **Cahiers d'études africaines**, n. 178, p. 351-387, 2005, mis en ligne le 30 juin 2008, consulté le 30 juillet 2015. Disponível em: <http://etudesafricaines.revues.org/5419>. Acesso em: 16 nov. 2020.

EGIZIABHER, Tewolde B. G. Uma globalização baseada nas pessoas. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa. **Semear outras soluções**: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Edições Afrontamento, 2004. p. 397-419

ELA, Jean-Marc. **Investigação científica e crise da racionalidade**. Livro I. Luanda: Edições Mulemba; Ramada, Edições Pedagogo, 2015.

EMMA, G.; DINAH, R. The Anthropology of Extraction: Critical Perspectives on the Resource Curse. **The Journal of Development Studies**, v. 53, n. 2, p. 186-204, 2017.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Maurício. Movimentos sociais e biodiversidade no Pacífico colombiano. *In*: SANTOS, Boaventura Sousa. **Semear outras soluções**: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Edições Afrontamento, 2004. p. 289-318

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. p. 69-86.

FALOLA, Toyin. **The Power of African Cultures**. Rochester, NY: University of Recheater Press, 2008.

FALOLA, Toyin. **Yoruba Gurus**: Indigenous Production of Knowledge in Africa. Trenton, NJ: Africa World Press Inc., 1999.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO, Juliana; CASTRO, Eduardo Viveiros. **Comentários de Eduardo Viveiros de Castro e Juliana Fausto à entrevista de Donna Haraway**. Os Mil Nomes de Gaia. Youtube, 3 nov. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qg0oyW9-rA0>. Acesso em: fev. 2020.

FAUSTO, Juliana; DANOWSKI, Débora; CASTRO, Eduardo Viveiros. **Donna Haraway**. Os Mil Nomes de Gaia. Youtube, 24 set. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1x0oxUHOIA8>. Acesso em: fev. 2020.

FEITOSA, Cíntya. O zika tem a ver com a mudança do clima? **Observatório do Clima**, 26 jan. 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/o-zika-tem-a-ver-com-a-mudanca-do-clima/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FERGUSON, James G. Global Disconnect: Abjection & the Aftermath of Modernism. *In*: GESCHIERE, Peter; MEYER, Birgit; PELS, Peter (Eds.). **Readings in Modernity in Africa**. Londres: The International Africa Institute, 2008.

FERREIRA, Aurora da Fonseca. A questão das terras na política colonial portuguesa em Angola nos anos de 1880: O caso de um conflito em torno da Kisanga (Kisama). *In*: III REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ÁFRICA (LISBOA). A África e a instalação do sistema colonial (c.1885 – c.1930). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. p. 261-271.

FIRPO DE SOUZA PORTO, Marcelo. Crise das utopias e as quatro justiças: ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4449-4457, 2019.

FISCHER, Hilke. África exige justiça ambiental. **Deutsche Welle**, 27 nov. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/%C3%A1frica-exige-justi%C3%A7a-ambiental/g-18879680>. Acesso em: 19 maio 2020.

FREUDENTHAL, Aida; Entrevista a Fernando Pacheco por Aida Freudenthal. **Revista Transversos**. Dossiê: Reflexões sobre e de Angola – inscrevendo saberes e pensamentos, n.15, p. 549-562, abril 2019. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index. Acesso em:

FREUDENTHAL, Aida; PANTOJA, Selma (ed.). **Livro dos baculamentos: que os sobas deste Reino de Angola pagam a Sua Majestade (1630)**. Luanda, Angola: Arquivo Nacional de Angola, Ministério da Cultura, 2011.

FREUDENTHAL, Aida. **Arimos e fazendas: a transição agrária em Angola, 1850-1880**. Luanda: Chá de Caxinde, 2005.

GARCIA, João Carlos; SANTOS, Maria Emília Madeira. A representação antes da alienação: imagens cartográficas da organização do espaço angolano. *In*: III REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ÁFRICA (Lisboa). A África e a instalação do sistema colonial (c.1885 - c.1930). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. p. 221-230.

GOMES, Carla Amado. O desafio da protecção do ambiente em Angola. **Scientia Iuridica**, n. 331, 2013, p. 33.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, janeiro/abril 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joase; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 55-77

GUPTAA, Pamila; LEE, Christopher J.; MOORMAN, Marissa J.; SHUKL, Sandhya (eds.). **Radical History Review**: The Global South: History, Politics, Maps, v. 131, 2018.

HALL, Stuart. Pensando a diáspora. Reflexões sobre a terra no exterior? *In*: HALL, Stuart. **Da diáspora** – identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009. p. 25-48

HARAWAY, Donna J. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making Kin. **Environmental Humanities**, v. 6, p. 159-165, 2015.

HARAWAY, Donna J. **Making Oddkin: Story Telling for Earthly Survival**. Yale University. Youtube, 26 out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z-iEnSztKu8>. Acesso em: 20 jan. 2020.

HARAWAY, Donna J. **Staying with the Trouble**: Making Kin in the Chthulucene. Durham and London: Duke University Press, 2016.

HASSELMANN, Janaína Gonçalves. **Ancestralidade e natureza**: um estudo de caso sobre os saberes tradicionais de cosmovisão africana do Nzo Nkise Nzazi. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville/SC, 2018.

HEINTZE, Beatriz. **Angola nos séculos XVI e XVII**. Luanda: Kilombelombe, 2007.

HENDERSON, L. W. **A igreja em Angola**: um rio com várias correntes. Lisboa, Portugal: Além-Mar, 1990.

HODGES, A. **Angola**: From Afro-Stalinism to petrodiamond capitalism. Bloomington: James Curry / Indiana University Press, 2001.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 149-160, 2008.

HUNTLEY, Brian J. *et al.* (ed.). **Biodiversity of Angola** – Science & Conservation: A Modern Synthesis. [S. l.]: Springer Open, 2019. E-book.

INÁCIO, António. Conflitos de terra: Experiências dos grupos locais de direitos humanos. **Mosaiko Inform** – Informação sobre os direitos humanos e o trabalho | Instituto para a cidadania: Direito à Terra, Angola, ed. 19, junho 2013. Disponível em: <https://mosaiko.op.org/publicacoes-pt/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

INGLÊS, Paulo. **Angola é nossa Casa**. Reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo. Brasília: CSEM, 2017.

JELEMBI, Belarmino. Terra: propriedade originária do Estado. **Mosaiko Inform** – Informação sobre os direitos humanos e o trabalho | Instituto para a cidadania: Direito à Terra, Angola, ed. 19, junho 2013. Disponível em: <https://mosaiko.op.org/publicacoes-pt/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

JESUS, Jaqueline de; CARVALHO, Paulo; DIOGO, Rosália e GRANJO, Paulo. **O que é racismo**. Lisboa: Escolar Editora, 2014.

KABUNDA, Mbuyi (coord.). **África y la Cooperación con el Sur desde el Sur**. Madrid: Catarata, 2011.

KAJIBANGA, Victor. Tradição, educação e dimensão cultural de desenvolvimento. Notas avulsas para uma perspectiva sociológica do caso angolano. **Kulonga – Revista das Ciências da Educação e Estudos Multidisciplinares**, n. 2, p. 13-28, 2003.

KREIKE, Emmanuel. De-Globalisation and Deforestation in Colonial Africa: Closed Markets, the Cattle Complex, and Environmental Change in North-Central Namibia, 1890–1990*. **Journal of Southern African Studies**, [s. l.], v. 35, ed. I, março 2009.

KREIKE, Emmanuel. The Nature-Culture Trap: A Critique of Late 20th Century Global Paradigms of Environmental Change in Africa and Beyond. **Global Environment**, n. 1, p.114–145, 2008.

LANG, Miriam. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. p. 26-44.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. RJ, Ed. Zahar, 1986.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

LEFF, Enrique. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, p. 29-64, 2015.

LEITE, Ilka Boaventura; SEVERO, Cristine Gorski (orgs.). **Kadila**: culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola São Paulo: Blucher, 2016. E-book.

LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência: Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 398, setembro/dezembro 2016.

LIBERATO, Ermelinda. Modelos de desenvolvimento da mulher rural: o Programa de Auscultação à Mulher Rural em Angola. In: XII CONLAB/1º AICSHLP, Lisboa: FCSH-UNL, 2015, p. 9100-9104.

LOGAN, B. Ikubolajeh; MOSELEY, William. African Environment and Development: An Introduction. *In: MOSELEY, William G. et al. African environment and development: rhetoric, programs and realities.* Farnham: Ashgate Publishing Ltd., 2004. p. 1-16

LOGAN, B. Ikubolajeh. Ideology and Power in Resource Management: From Sustainable Development to Environmental Security in Africa. *In: MOSELEY, William G. et al. African environment and development: rhetoric, programs and realities.* Farnham: Ashgate Publishing Ltd., 2004. p. 17-40

MADEIRO, Carlos. Mortalidade em UTIs públicas para covid-19 é o dobro de hospital privados. **UOL**, p.1, jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/21/mortalidade-em-utis-publicas-para-covid-19-e-o-dobro-de-hospitais-privados.htm>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MAGALHÃES, Nancy A. Urdiduras de lutas: experiência e cultura, memória e história. *In: MAGALHÃES, Nancy A. Marcas da Terra, Marcas na Terra.* Um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico – Guarantã do Norte-MT (1984-1990). Brasília: Ed. UnB, 2013. p. 103-130.

MALM, Andreas. A perspectiva da Dominica: Antropoceno ou Capitaloceno? **O Correio da Unesco**, Paris, v2, 2018, p. 23-25. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2018-2/perspectiva-da-dominica-antropoceno-ou-capitaloceno>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MANUEL, Faustino Ângelo. **Papel do manejo florestal sustentável na gestão dos recursos florestais da República de Angola.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo, Curitiba/PR, 2013.

MARASCIULO, MARÍLIA. Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais do que brancos. Por quê?. **Galileu; Globo**, 20 maio 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MARTINEZ-ALIER, Joan *et al.* Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations. **Journal of Political Ecology**, Abingdon, Oxon, v. 21, n. 1, p. 19-60, setembro 2018.

MATIAS, Nicásia Casimiro. Os boers portugueses da Humpata: um fracasso da política de assimilação portuguesa?. *In: Actas do Seminário: Encontros de Povos e Seminário: Encontros de Povos e Culturas em Angola Culturas em Angola.* Ministério da Cultura de Angola, Luanda, maio de 1997.

MBEMBE, Achille. **A saída da democracia.** Políticas da Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2015.

MBEMBE, Achille. Provisional Notes on the Postcolony. **Africa: Journal of the International African Institute**, Luanda, v. 62, ed. 1, p. 3-37, 1992.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MILANEZ, Felipe; PINTO, Monilson dos Santos. Descolonizar a narrativa do Antropoceno: Nego Fugido e a liberdade socioecológica. **Sociedade Brasileira de Economia Ecológica: Antropoceno**, os desafios de uma "nova era", Boletim n. 38, p. 58-61, janeiro 2019.

MOORE, Jason. Del Capitaloceno a una nueva política ontológica. [Entrevista concedida *Wedekind y Felipe Milanez*]. **Ecologia Política**, 10 jul. 2017. Disponível em: https://www.ecologiapolitica.info/?p=9795#_ftn1. Acesso em: 16 maio 2020.

MORRISON, Toni. Memory, Creation, and Writing. **Thought**, v. 59, n. 235, 12/1984.

MOSELEY, William G. Whither African Environment and Development? *In*: MOSELEY, William G. *et al.* **African environment and development**: rhetoric, programs and realities. Ashgate Publishing Ltd., 2004. p. 229-240

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

MULWA, Richard; MARIARA, Jane. **Natural Resource Curse in Africa**: Dutch Disease and Institutional Explanations. Nairobi: AGRODEP, junho 2016.

MUNNIK, Victor. Solidarity for Environmental Justice in Southern Africa. **GroundWork**, Specials Reports, Paper 3, África do Sul, p. 1-23, 11 nov. 2007. Disponível em: <https://www.groundwork.org.za/specialreports/Solidarity%20for%20EJ%20in%20SA.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

NETO, Maria da Conceição. Grandes Projetos e tristes realidades – Aspectos da colonização do Planalto Central angolano, c.1900-c1931. *In*: III REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ÁFRICA (Lisboa). A África e a instalação do sistema colonial (c.1885 - c.1930). Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000. p. 513-526

NGANDA, Nsenga Yolanda Kiafuka. **Diretrizes para uso da comunicação social como forma de conscientização popular sobre a importância da biodiversidade em Angola**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo, Curitiba/PR, 2013.

NIELSEN, Robin. Women's Land Rights in Post-Conflict Angola, Rural Development Institute, **RDI Report**, n. 125, July 2008.

NISHIWAKI *et al.* A Consideration of Evaluation Method of Sentiment Analysis on Social Listening, Elsevier B.V; 23RD INTERNATIONAL CONFERENCE ON KNOWLEDGE-BASED AND INTELLIGENT INFORMATION & ENGINEERING SYSTEMS, 2017.

OLIVEIRA, Leandro Teles de. **Na República de Moçambique temos a lei: política de terras, sentidos da terra e conflito no litoral norte de Moçambique**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2018.

ORTEGA SANTOS, Antonio; OLIVIERI, Chiara. Narrativas Coloniales de la Historia Ambiental. Un balance hacia la Decolonialidad como nueva epistemología. **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, v. 7, ed. 2, p. 32-64, 2017.

OYEBADE, Adebayo. **Culture and customs of Angola**. Westport, CT: Greenwood Press, 1997.

PACHECO, F. Sistemas de uso da terra agrícola em Angola: estudos de caso nas províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíje . *In*: PACHECO, Fernando; JEAN MICHELL, Mabeko-Tali (coord.). **A questão da terra em Angola: ontem e hoje**. 1. ed. Luanda, Angola: Centro de Estudos Sociais e Desenvolvimento, 2005. p. 45-99

PACHECO, F. A terra no contexto da reconstrução e da democratização em Angola. *In*: VAN DÚNEN, José O. S.; SANTOS, Boaventura de Sousa (ed.). **Sociedade e Estado em Construção: desafios do direito e da democracia em Angola**, 2012. p. 463-496.

PACHECO, F. **Autoridades tradicionais e estruturas de poder em Angola: aspetos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica**. Luanda: Fundação Friedrich Ibert, 2002a.

PACHECO, F. **The issue of land and agriculture in Angola**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations. 2002.

PAIN, Rodrigo de Souza. A questão da terra em Angola: velhos problemas, velhas soluções. **Cadernos do CEOM** – Ano 20, n. 27, p. 71-88, 2014.

PAIVA, Felipe. O conceito da resistência na África colonial: recompondo um paradigma. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-23, 2019.

PANTOJA, Selma. Donas de Arimos: Um negócio feminino no abastecimento de gêneros alimentícios em Luanda (Séculos XVIII e XIX). *In*: PANTOJA, Selma *et al.* (org.). **Entre Áfricas e Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2001. p. 35-49.

PANTOJA, Selma. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. **Transversos: Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 46-70, 2016.

PANTOJA, Selma. Historiografia africana e os ventos sul: desenvolvimento e história. Njinga a Mbande: Power and War in 17th-Century Angola. *In*: **Oxford Research Encyclopedia, African History**. Oxford University Press, p. 1-23, maio 2020.

PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

PANTOJA, Selma. Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII. **História Unisinos**, v. 14, n. 3, p. 236-241, setembro/dezembro 2010.

PANTOJA, Selma. Um perfil de Luanda no século XVIII: personagens e cotidiano. *In*: FONSECA, Maria Nazareth Soares; CURY, Maria Zilda Ferreira (org.). **Oxford Research Encyclopedia of African History**: África: dinâmicas culturais e literárias. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 188-211.

PERAKAKIS *et al.* **Social Media Monitoring**: An Innovative Intelligent Approach/ e-Business Intelligence Laboratory. Department of Management Science and Technology, Hellenic Mediterranean University, Estavromenos, 2019.

PINTO, João N S. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola**. 2008. Dissertação (Mestrado em Mestre de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2008.

PORTELA, Graça. Observatório Clima e Saúde ganha destaque na OMS e na COP23. **Fiocruz**, 11 jan. 2018. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/observatorio-clima-e-saude-ganha-destaque-na-oms-e-na-cop23>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013** – A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **6 fatos sobre coronavírus e meio ambiente**. 2020. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/6-fatos-sobre-coronavirus-e-meio-ambiente>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Causas do COVID-19 incluem ações humanas e degradação ambiental, apontam estudos**. 2020. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/causas-do-covid-19-incluem-acoes-humanas-e-degradacao-ambiental>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Do conflito para a construção da paz**: O papel dos recursos naturais. Nairobi, Quênia: 2009. Disponível em: <http://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/7867>. Acesso em: 28 set. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE – PNUMA. **Environmental Rule of Law**: First Global Report, 2019. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/10664>. Acesso em: 28 set. 2019.

QUEIROZ, Laís Helena Custódio Rodrigues de. **Entre legados coloniais e agências**: as zungueiras na produção do espaço urbano de Luanda. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur (CLACSO), 2005. p. 227-278.

QUIJANO, Anibal. Sistemas alternativos de produção?. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

QUITARI, Garcia Neves. Agricultura familiar em Angola: as armadilhas conceituais da classificação dicotómica. **Mulemba. Revista Angolana de Ciências Sociais**, v. 5, n. 10, p. 233-260, 2015.

REIS, José. O desenvolvimento local é possível? *In*: MOREIRA, M. B. (org.). **O desenvolvimento local é possível?** Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), 1994.

SALVADOR, Cristina; UDELSMANN Rodrigues Cristina. **Viagem no deserto: Namibe, Angola, Lisboa.** Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções.** Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul.** [S. l.: s. n.], 2010. cap. 1, p. 23-72.

SANTOS, Guilheme; ZACARIAS, Inácio. **Pesquisa sobre diferendos e conflitos de terras e as formas da sua resolução.** Em Liderança institucional, técnica e metodológica: ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, Luanda, março, de 2010.

SERRANO, Carlos. **Angola nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional.** Luanda: Kilombelembe, 2009.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança – A África antes dos portugueses.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2006.

SILVA, Eugénio Alves da. Tradição e identidade de género em Angola: ser mulher no mundo rural. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 8, p. 21-34, 2011.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: Um giro ecoterritorial e novas alternativas? *In*: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO,

Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento, 2016. p. 140-173.

TAVARES, Maria de Jesus. Entrevista Fernando Pacheco. Entrevistado: Fernando Pacheco. **Mosaiko Inform** – Informação sobre os direitos humanos e o trabalho | Instituto para a cidadania: Direito à Terra, Angola, ed. 19, junho 2013. Disponível em: <https://mosaiko.op.org/publicacoes-pt/>. Acesso em: 31 jul. 2019.

THORNTON, John K. **The Kigdom of Congo**: civil war transition 1641-1718. Madison, Wisconsin: Ed. The University of Wisconsin Press, 1983.

TOKO, Patrick Wafeu. **L'analyse des politiques publiques en Afrique**. Politiques Publiques em Afrique. 2008. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00397756>. Acesso em: 17 nov. 2020.

TOULMIN, Camilla. **Climate change in Africa**. Londres/Nova York. Zed Books Ltd., 2009.

TPA. **Grande Entrevista com Paula Francisco Ministra do Ambiente**. Disponível em: <https://youtu.be/RViA7R6oe5U>. Acesso em: 26 agosto. 2019.

VALENTE, Maria Idalina. **A situação da mulher em Angola**, 2001. Disponível em: http://ieham.org/html/docs/A_Situacao_Mulher_em_Angola.pdf. Acesso em: 28/08/2014.

VENÂNCIO, José Carlos. Reflexões em torno da política agrária em África e em Angola. *In*: PANTOJA, Selma; THOMPSON, Estevan C. (org.). **Em torno de Angola**: narrativas, identidades e as conexões atlânticas. São Paulo: Intermeios, 2014. p. 49-66.

WALDMAN, Maurício. **Crise ambiental**: ponderando a respeito de um dilema da modernidade. Editora Kotev, Série Meio Ambiente 20/ Texto de Subsídio para Conferência na Área do Meio Ambiente na Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente/SP, 2019c. Disponível em: http://mw.pro.br/mw/eco_MW_UFAL_2011.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

WALDMAN, Maurício. Lições da Mãe África: o exemplo das mobilizações ambientalistas. **Revista Acadêmica África e Africanidades** (Rio de Janeiro, 2010) & **Cultura – Jornal Angolano de Artes e Letras** (Luanda, Angola, 2014), 2019a. Disponível em: http://mw.pro.br/mw/eco_licoos_da_mae_africa.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

WALDMAN, Maurício. **Limites da modernidade**: dilemas do esgotamento dos recursos. Editora Kotev, Série Meio Ambiente 19/ Texto De Subsídio Para Conferência Na Área do Meio Ambiente na Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente/SP, 2019b. Disponível em: http://mw.pro.br/mw/meio_ambiente_19.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

ENTREVISTAS

BAPTISTINY, Savio Samba Pasqual, 47 anos, diretor-geral da ONG Missão Beneficência Agropecuária do Kubango Inclusão Tecnologias Ambiente (MBAKITA).

CAIN, Allan James, 69 anos, diretor do Development Workshop e professor visitante da Universidade Waltherall (Canadá), nascido em Saint Catarinhes, Ontario, Canada. Mora em Angola desde 1981.

DOMINGOS, Adão, coordenador de programas da ONG Federação Luterana Mundial, nascido em Cambande, Kuanza Norte.

KITOMBE, Cecília, 35 anos, directora de Comunicação e Advocacia Social da Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), conduziu um estudo da ONG sobre terra em Huíla em 2019, nascida em Luanda.

MALAVINDELE, Manuel João, 37 anos, diretor executivo da ONG Omunga (atuação em Benguela, Lubango, Cunene e Cuando-Cubango), nascido em Lobito, Benguela.

PEMBELE, Mfulutoma Manuel, 54 anos, administrador, diretor-geral da Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitario em Angola (AJUDECA), nascido na Província de Uíge.

PINTO, Pedro de França Dória Vaz, 52 anos, doutor em Biologia e diretor da Fundação Kissama, nascido em Luanda.

QUITARI, Garcia Neves, 40 anos, professor de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, mestre em Sociologia e Direito. Desenvolve pesquisas sobre questão agrária, agricultura familiar, sociedade civil e cidadania no pós-guerra civil em Angola.

RUSSO, Vladimir Kiruange Agria, 45 anos, diretor executivo da Fundação Kissama e Diretor Técnico da Holísticos, nascido em Luanda.

TAVARES, Erica, 22 anos, bióloga ambiental, fundadora do site EcoAngola, nascida em Luanda.